

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

Modalidade: EAD

2023/1



FMU
CENTRO UNIVERSITÁRIO

**DIRIGENTES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES
METROPOLITANAS UNIDAS – FMU**

MANTENEDORA

Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais LTDA

REITORIA

Prof. Arthur Sperandéo de Macedo

VICE-PRESIDÊNCIA ACADÊMICA

Prof. Manuel Nabais da Furriela

**VICE-PRESIDÊNCIA EXECUTIVA DE ESTRATÉGIA E
TRANSFORMAÇÃO**

Profa. Aline Alves de Andrade

DIRETORIA DA ESCOLA

Prof. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Profa. Shirley Graff

ELABORAÇÃO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Shirley Graff
Fábio Franco Pereira
Edson Nalon Silva
Marcelo Salvador Mingrone
Nivaldo Sebastião Vícola

EQUIPE TÉCNICA REGULAÇÃO

Gláucia de Lima
Tamires Monteiro
Tatiana C. Chiaratti
Vanessa C. Bonacin

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	8
1.1. DADOS INSTITUCIONAIS.....	8
1.1.1 Mantenedora.....	8
1.1.2 Mantida.....	8
1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	9
1.3 INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO	14
1.4. MISSÃO INSTITUCIONAL	23
1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	23
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	25
2.1. HISTÓRICO E INSERÇÃO DO CURSO NA REGIÃO: JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA	25
2.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OFERTA DO CURSO.....	28
2.2.1 Número de vagas	28
2.2.2 Requisitos de acesso	28
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	29
3.1 OBJETIVOS DO CURSO	29
3.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	31
3.3 CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO.....	37
3.3.1 Atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais	37
3.3.1.1 Integralização da carga horária	37
3.3.1.2 Flexibilização curricular	38
3.3.1.3 Atendimento aos temas transversais	38
3.3.1.5 Articulação entre teoria e prática e a valorização da Educação Profissional	41
3.3.1.6 Organização Curricular de forma integradora e interdisciplinar	44
3.3.2 Matriz Curricular	51
3.3.3 Articulação da matriz curricular com o Perfil Profissional do egresso	53
3.3.4 Organização do currículo por Eixos de Integração	54
3.3.6 Curricularização da Extensão	55
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	58
3.4.1 Ensino.....	58
3.4.2 Pesquisa	58
3.5 ACESSIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO E OFERTA DO CURSO CONFORME MARCOS LEGAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS.....	61
3.6 METODOLOGIA DE ENSINO/APRENDIZAGEM	67
3.6.1 Fundamentação metodológica e concepção do processo de ensino- aprendizagem.....	67
3.6.1 Concepção das disciplinas EAD.....	71
3.6.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	73
3.6.3 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino-aprendizagem	74
3.6.4 Atividades de tutoria.....	75
3.6.5 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à tutoria	78
3.6.6 Material didático das disciplinas online	78
3.6.7 Procedimentos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem online	80
3.7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	82

3.7.1 Critérios e procedimentos para avaliação da aprendizagem: disciplinas presenciais	82
3.7.2 Critérios e procedimentos para avaliação da aprendizagem: disciplinas a distância.....	83
3.8. EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	86
3.10 AUTOAVALIAÇÃO.....	86
3.10.1 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	88
3.11 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA.....	89
3.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	107
3.13.1 Operacionalização das Atividades Complementares.....	108
3.14 APOIO AO DISCENTE.....	110
3.16 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	116
4. CORPO DOCENTE E TUTORIAL	119
4.1 COORDENADOR DO CURSO	119
4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	120
4.3 COLEGIADO DE CURSO.....	121
4.4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	122
5. INFRAESTRUTURA	130
5.1. LABORATÓRIOS E INFRAESTRUTURA DE APOIO.....	130
5.1.1 Infraestrutura de apoio.....	130
5.1.3 Equipamentos de informática	131
5.1.4 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático	132
5.1.13 Da infraestrutura dos polos de apoio às atividades presenciais.....	133
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS	140

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Segurança Pública do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, mantido pelas FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA. O Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas foi recredenciado pela Portaria MEC n.º 418, de 20 de abril de 2020, publicada no D.O.U. n.º 77 de 23/04/2020, seção 1, p. 43 e credenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria MEC no. 943, de 10 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. no. 218, de 11 de novembro de 2014, Seção 1, p. 12.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Segurança Pública é um documento desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso e tem como finalidade mapear e ajustar a estrutura do curso ao perfil do egresso, atualizar e promover atividades que modernizem a qualidade profissional, cultural e social do aluno. Reproduz a organização do curso, viabilizando o trabalho de formação educacional e profissional. Nesse sentido, apresenta um ordenamento didático-pedagógico do funcionamento amplo do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, como também as possibilidades das práticas educacionais, que se encontram harmonizados para promover o ensino ministrado nas disciplinas, nas atividades complementares e nas demais atividades propostas para o curso.

O Projeto Pedagógico apresenta o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais, que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia e o perfil dos concluintes, obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

O Projeto Pedagógico do Curso é baseado no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027 do Centro Universitário FMU – e estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação em Segurança Pública com a finalidade de proporcionar um aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitárias suas dimensões política, social, técnica e ética, como também, o processo educativo

voltado para a formação do aluno com competência técnico-científica e compromisso social.

Para a perfeita integração dos cursos mantidos pela Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda, buscou-se a plena articulação entre o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o PPI - Projeto Político Institucional e os PPCs - Projetos Pedagógicos de Cursos, de maneira que um forneça subsídios ao outro, e que todos eles se completem de modo a permitir a total presença da filosofia e objetivos do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, permitindo assim o crescimento sustentado da instituição.

É importante destacar que o PDI, o PPI e os PPCs do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU são resultados de um trabalho contínuo e participativo que envolveu todos os segmentos da estrutura organizacional do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, orientados pelas diretrizes educacionais vigentes e acreditando que os planos resumam os anseios institucionais. Compreendem também o resultado de discussão e participação, docente e discente, realizadas até o momento, permitindo ser um elemento para novas discussões, pois se acredita que os projetos pedagógicos elaborados de maneira participativa e democrática têm maior viabilidade e determinação para sua implantação e efetivação cotidiana.

Este PPC referente ao curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, o qual possui caráter experimental, com caráter inovador no que tange a sua matriz curricular, materializando uma abordagem mais próxima aos aspectos legais/jurídicos do segmento e conferindo ao egresso um perfil profissional também distinto daquele projetado no catálogo para o curso de gestão. Foi criado mediante Resolução do CONSUNEPE – Conselho Superior Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão – de nº 140, de 05/11/2018, com publicação em 26/11/2018, integrando o rol de cursos ofertados na modalidade EaD pelo CentroUniversitário das Faculdades Metropolitanas Unidas.

O Curso oferece um ensino embasado em sólida formação profissional, teórico-prática e básica, visando à formação de um profissional Tecnólogo em Segurança Pública preparado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional. O perfil e estrutura do Curso seguem com vistas a formar

profissionais capazes de realizar transformações sociais, que sejam empreendedores éticos, críticos, conscientes, comprometidos com a formação e o aprendizado contínuos.

Espera-se que o presente documento forneça, de forma clara e objetiva, a visão pedagógica do curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, refletindo seus objetivos e práticas para a formação do profissional licenciado na área.

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1.1 Mantenedora

Nome	Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais LTDA
Endereço	Av. Santo Amaro, 1239 - Vila Nova Conceição
Cnpj	63.063.689/0001-123
Município	São Paulo
Uf	SP

1.1.2 Mantida

Nome	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
Endereço Sede	Av. Santo Amaro, 1239 - Vila Nova Conceição
Município	São Paulo
Uf	SP
Telefone	(11) 3292-1709
E-Mail	regulacao@fmu.br
Site	https://portal.fmu.br/
Dirigente Principal	Prof. Arthur Sperandéo de Macedo

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, com sede na cidade de São Paulo, foi credenciado por transformação das Faculdades Metropolitanas Unidas em Centro Universitário por Decreto Federal de 23 de março de 1999, publicado no DOU Seção I, de 24/03/99 - página 37 e tem como mantenedora as Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. Tem como missão *“Promover educação superior acessível e de excelência para a formação de profissionais éticos, cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável e preparados para o mercado de trabalho”*.

A Instituição iniciou suas atividades no ensino superior com o nome de Instituto Metodista de Ensino Superior de Ciências Sociais, em 1968, denominação posteriormente alterada para Faculdades Metropolitanas Unidas, e foi, naquela ocasião, autorizado o funcionamento por meio do Decreto n.º 62.961, de 09/07/1968, DOU de 11/7/1968, Seção 1, p. 5835 do mencionado Instituto, abrangendo 4 (quatro) Faculdades: Direito; Economia; Administração de Empresas e Contabilidade; Educação e de Serviço Social. O Parecer CFE n.º 571/68 deferiu o pedido de mudança da denominação da instituição de Instituto Metodista de Ensino Superior de Ciências Sociais para Faculdades Metropolitanas Unidas (Doc. 92 - p. 111). Os Pareceres CFE n.º 117/72 e 318/72, além de reconhecerem as Faculdades e seus cursos, aprovaram a transferência da entidade mantenedora da Instituição, mantida pela Associação Bandeirantes de Educação e Assistência para a atual mantenedora, a Sociedade Civil Faculdades Metropolitanas Unidas - Associação Educacional.

O Parecer CFE 117/72 CESu, aprovado em 25 de janeiro de 1972 (Processo 530/71) - CFE e 256.670/71 – MEC), em Documento n.º 135, páginas 82/102, traz em detalhes a situação das Faculdades, ocasião em que foi comprovado estar “regularmente constituída a nova Mantenedora”, em condições financeiras satisfatórias. Com a devida autorização dos órgãos competentes, foi anexada às FMU a Faculdade de Educação e Ciências Nova Piratininga, anteriormente mantida pelo Instituto Piratininga de Ensino Superior, cujos cursos de Pedagogia e Matemática já estavam reconhecidos pelo Decreto Federal n.º 77.948, de 30/06/75, publicado no DOU de 01/07/76, página 9.035.

Pelo Parecer CFE n.º 2.550, de 03/07/75, foi também aprovada a mudança de mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Rita de Cássia, da

Sociedade Civil de Educação Santa Rita de Cássia para as Faculdades Metropolitanas – Associação Educacional, com os cursos de Psicologia, Pedagogia e Letras já reconhecidos. Em 1987, foi criado o Centro de Especialização do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, pela Portaria DG 42/87, origem do atual Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário.

No ensino, a evolução institucional pode ser observada na ampliação da oferta de cursos, com um portfólio atualmente composto por 148 cursos de graduação, dos quais 72 são a distância, além de 247 cursos de pós-graduação Lato Sensu, sendo que 179 cursos são de pós-graduação Lato Sensu a distância, e 2 programas de *Stricto Sensu*. Em 2007, autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Centro Universitário FMU iniciou as atividades de Ensino de pós-Graduação *Stricto Sensu* com o funcionamento do seu Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Sociedade da Informação. Além disso, são oferecidos aproximadamente 30 cursos de extensão. Em 2021, de acordo com a Portaria Ministerial n.º 208, de 05 de novembro de 2021, Seção 3, p.118, foi iniciado um acordo de cooperação (139/2020) entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o Centro Universitário FMU para parceria no Programa de Mestrado Profissional em Governança Corporativa. Atualmente, a instituição conta com aproximadamente 57 mil discentes.

Menciona-se, ainda, a Portaria Ministerial nº 294, de 04/03/2008, DOU nº 44, de 05/03/2008, Seção 1, p. 9, que credenciou a Instituição a ofertar cursos de pós-graduação Lato Sensu na modalidade a distância. Os cursos são oferecidos em mais de 90 polos em diversas regiões do país.

O Centro Universitário FMU há mais de 50 anos é referência na qualidade de ensino e empregabilidade de seus alunos. O Centro Universitário FMU acredita que quando seus alunos são bem-sucedidos, toda sociedade também se beneficia. Em **2022**, a Instituição conquistou **226 estrelas** no **Guia da Faculdade do Jornal O Estado de São Paulo**, um aumento de 100 estrelas em relação ao ano passado. Foram avaliados 65 cursos de Bacharelado, Licenciatura e à distância, sendo que destes, 31 cursos obtiveram 4 estrelas e 40 conquistaram 3 estrelas. Neste ciclo, destacamos os cursos de Educação Física, Odontologia, Pedagogia, Relações Internacionais e Secretariado Executivo Trilíngue, que aumentaram de 3 para 4

estrelas. Esse resultado é o reconhecimento de toda dedicação e empenho de nossos docentes e colaboradores que fazem a história da FMU!

A avaliação surgiu em 2018, em uma parceria entre o Jornal O Estado de São Paulo, uma das principais startups do País na área educacional. O objetivo deste reconhecimento é identificar e valorizar as melhores instituições de ensino superior do Brasil, de acordo com o desempenho apresentado na análise, que consiste na aplicação de uma pesquisa de opinião e avaliação criteriosa de professores e coordenadores de cursos.

Entre os pontos avaliados estão os projetos pedagógicos o corpo docente e a infraestrutura da instituição.

Abaixo destacamos o histórico de avaliações:

- **2021:** Conquistamos **133 estrelas**, um aumento de 10 estrelas em relação ao ano de 2020. Foram avaliados os cursos de Bacharelado, Licenciatura e a distância, sendo que 13 cursos obtiveram 4 estrelas e 27 conquistaram 3 estrelas. Neste período, destacamos os cursos de Biomedicina, Fisioterapia e Direito, que aumentaram de 3 para 4 estrelas.
- **2020:** Conquistamos **123 estrelas** alcançando 12 estrelas a mais em relação ao período anterior. Foram avaliados os cursos de graduação nas áreas de exatas, humanas e biológicas, sendo que 12 cursos obtiveram 4 estrelas e 25 deles conquistaram 3 estrelas. Nesse ciclo, destacamos o curso de Gestão Hospitalar, que recebeu nota 5 na modalidade EaD e nota 4 para o curso presencial, considerando um conceito de 1 a 5.
- **2019:** Conquistamos **111 estrelas**, sendo 12 graduações avaliadas com 4 estrelas e 21 cursos com 3 estrelas. A publicação, veiculada pela primeira vez este ano, avaliou quase 12 mil cursos em todo o País e contou com o envolvimento voluntário de mais de 6 mil coordenadores e professores do ensino superior como avaliadores.

Entre os cursos mais tradicionais e com nota máxima nas duas últimas avaliações *in loco* do MEC (campus Liberdade) está o Curso presencial de Bacharelado em Direito. Com 53 anos de tradição, o Curso de Direito formou personalidades do mundo jurídico em geral, como advogados de renome e membros de destaque das carreiras jurídicas públicas, incluindo Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Prosseguindo para a apresentação da missão, visão e valores da FMU, destaca-se que a missão, valores, objetivos, metas e ações, previstas neste PDI, articulam-se entre si e comunicam-se com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, tendo sua elaboração subsidiada pelos processos de avaliação interna e externa e traduzindo-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.

O Centro Universitário FMU tem como compromisso conforme definido em sua missão o desenvolvimento humano sustentável – social, cultural, tecnológico, ambiental e humano – através de sua concepção e desenvolvimento de trabalho pedagógico, da implementação de programas de pesquisa e extensão, de projetos e de atividades que visam atender a demandas de estudos nas áreas de atuação da Instituição, ao focalizar temas e problemas locais e regionais.

A articulação entre as modalidades presencial e a distância ocorre por meio das disciplinas online na modalidade presencial, dentro do limite permitido pela legislação vigente; dos mecanismos de familiarização com a modalidade a distância, da articulação entre a sede e os polos, da articulação entre os componentes curriculares no percurso da formação e dos elementos inovadores ao cumprimento dos conteúdos curriculares e metodologia de ensino.

A incorporação de recursos tecnológicos ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*). Sistema de gerenciamento de biblioteca; Sistema Intranet; Capacitação de gestores e docentes via ambiente virtual; Autoatendimento do Aluno; Autoatendimento do Professor; Sistema Acadêmico; Laboratórios especializados e atualizados com as últimas versões de software; Disponibilização de recursos tecnológicos para o atendimento educacional especializado.

O Centro Universitário FMU possui uma política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de São Paulo/SP.

Finalmente, é premente a preocupação em desenvolver o seu compromisso social ao reconhecer que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável. Seu propósito é possibilitar, por meio de suas ofertas educacionais, a formação de profissionais em diversas áreas do saber, visando ampliar o patrimônio cultural e contribuir para o crescimento econômico e social do estado e do país. Considerando seu contexto regional, conforme o PDI 2023-2027 o

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU tem como estratégia a ampliação da atuação em sua área de abrangência, tanto na educação presencial quanto na Educação a Distância

A FMU construiu sua missão de forma a reforçar o seu papel como Centro Universitário, que deve ter uma atuação importante dentro da comunidade, o que define a finalidade da Instituição. Seu foco é o presente, embora seja traçado em função do futuro. (Fonte: PDI – 2023-2027).

1.3 INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO

A concepção do Projeto Institucional do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, surge das necessidades e demandas da região São Paulo de forma a construir e desenvolver profissionais que promovam uma consistência com o desenvolvimento regional, cuja importância está expressa na sua missão institucional. Desde sua criação, a instituição busca articular as políticas e diretrizes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com as vocações e demandas socioeconômicas da região. O Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU tem os seus campi no município de São Paulo e abrange os bairros da Liberdade, Santo Amaro/Vila Nova Conceição, Vila Mariana e Morumbi.

O município de São Paulo está situado em uma área de 1.521.110km², com população estimada em 2022 de 12.200.180 milhões de habitantes, sendo 98,73% na área urbana 0,90% na área rural, com densidade demográfica de 7.388,26 hab/km², onde se destacam, em porcentagem: população de 0 a 14 anos (24,89%), 15 a 24 anos (19,30%), 25 a 59 anos (46,50%) e 60 a mais anos (9,32%). O município de São Paulo está, administrativamente, dividido em trinta e uma subprefeituras; cada uma delas, por sua vez, divididas em distritos, sendo estes últimos, eventualmente, subdivididos em subdistritos designados usualmente pela população por bairros. As subprefeituras estão oficialmente agrupadas em nove regiões ou zonas, levando-se em conta a posição geográfica e história de ocupação de modo que descentraliza, assim, os serviços rotineiros ordinários à população. O Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU tem os seus campi no município de São Paulo e abrange os bairros da Liberdade, Bela Vista, Santo Amaro/Vila Nova Conceição e Vila Mariana.

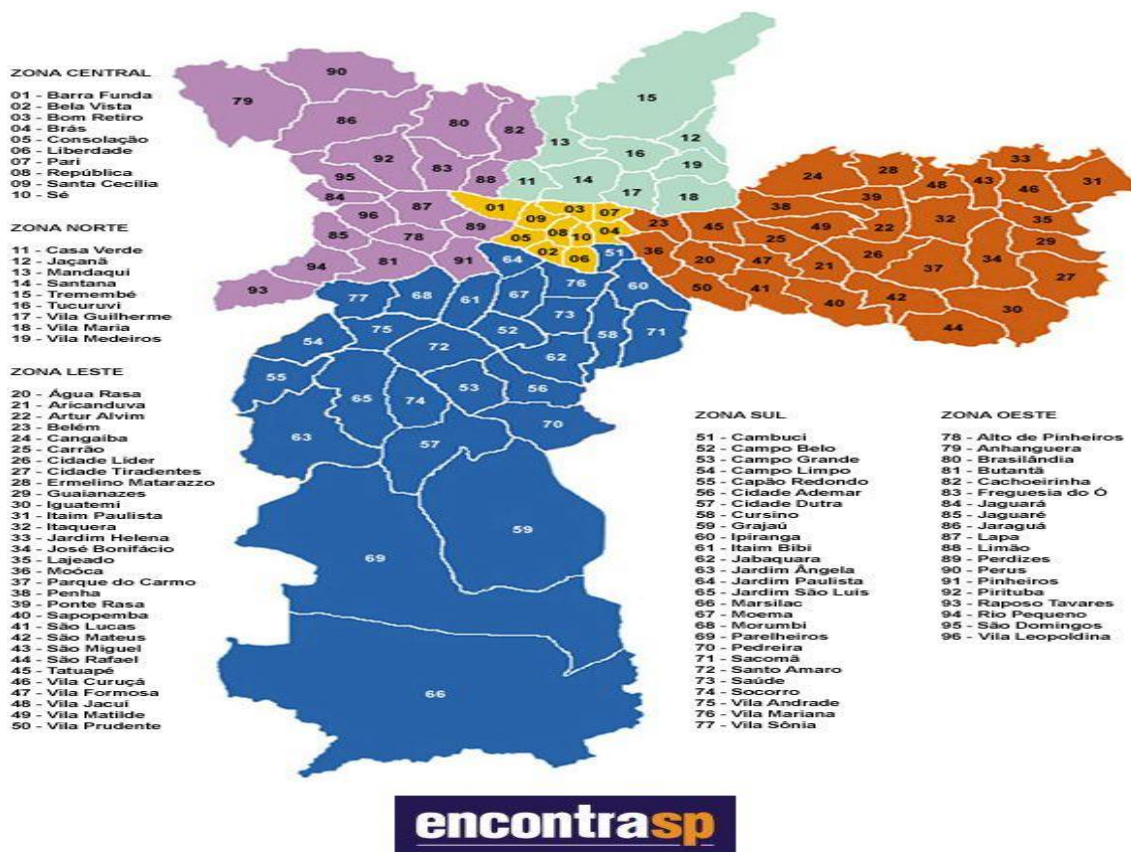


Figura 1: Zonas do município de São Paulo

Fonte: encontrasp.com.br

A cidade de São Paulo é sede da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, a mais importante concentração urbana do país. Composta por 39 municípios; é o maior centro de riqueza nacional. Segundo os dados do Produto Interno Bruto- PIB do 4º trimestre no Estado de São Paulo, apurados pela Fundação Seade, a economia paulista avançou 5,7% em 2021. Os setores que mais apresentaram taxas positivas foram o de serviços (6,2%) e indústria (5,6%). Decorrente de processos de conurbação, os municípios que compõem a RMSP são: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itapeverica da Serra, Itaquaquetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, conforme aponta a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos do governo do estado.

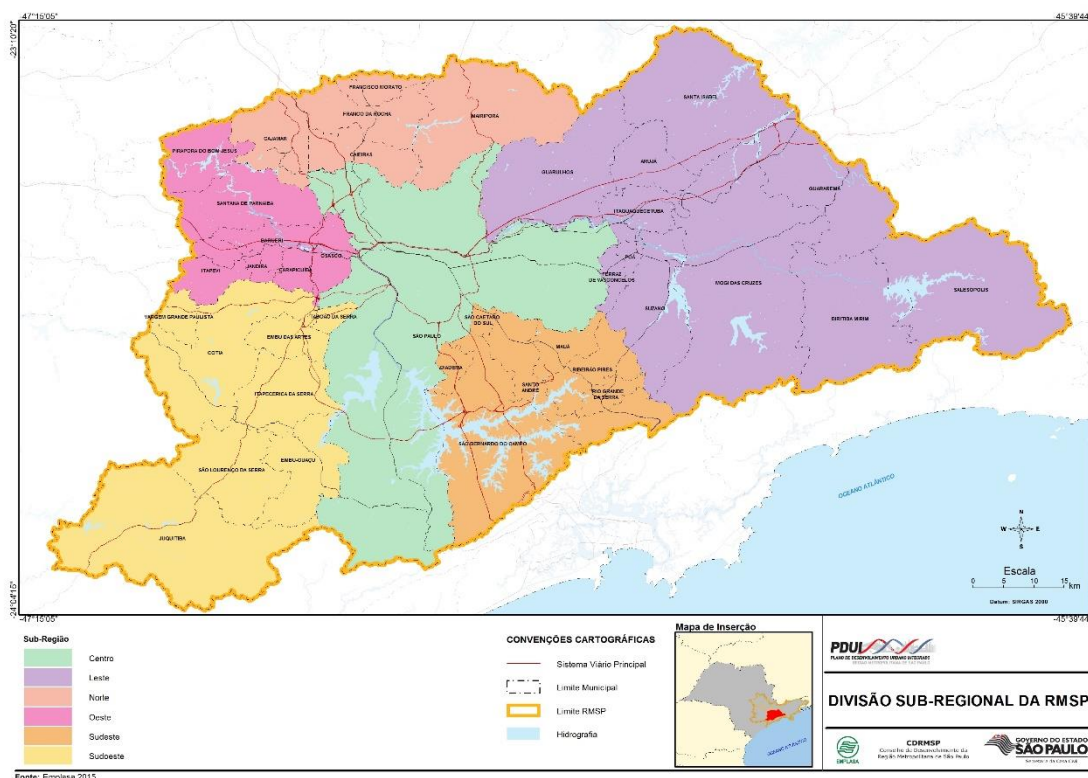


Figura 2: Municípios que compõe a RMSP

Fonte: (PDU.sp.gov.br)

As estatísticas vitais da população, em 2022, destacam que a taxa de natalidade (por mil habitantes) é de 16,32%, com taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) de 10,23% em 2021. A qualidade de vida da população apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano municipal – IDH de 0,805, e renda per capita (em salários mínimos) de 4,1 salários (em 2020). Quanto à infraestrutura urbana, os domicílios apresentaram no ano de 2021: rede de água (99,4%), rede de esgoto (92,6%), lixo coletado (99,8%) e esgoto sanitário tratado em 92,4% das residências. (Fonte: cidades.ibge.gov.br).

Em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) do município de São Paulo contava com 10,6% de participação e R\$ 699,3 bilhões de contribuição para a economia nacional, a maior entre todos os 5.570 municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo com os impactos provocados na economia devido à pandemia por COVID-19, em 2020 o PIB do Estado de São Paulo voltou a crescer ao nível registrado antes da pandemia, conferindo a 21ª posição no ranking das maiores economias do mundo. Atenta a este complexo cenário socioeconômico, a FMU aproxima sua ação educativa da realidade e das necessidades regionais e

locais por meio de importantes relações de parceria com as diversas esferas da administração pública (federal, estadual e municipal), agências governamentais, organizações da sociedade civil e representações comunitárias. Desde o seu surgimento, em seu planejamento institucional, a FMU tem buscado ofertar cursos e linhas de pesquisa que atendam às demandas sociais e as áreas de vocação econômica do Estado, ampliando o seu alcance, por meio da oferta de cursos à distância e da interiorização do ensino com a abertura de polos, conforme demonstrado na Figura 3.

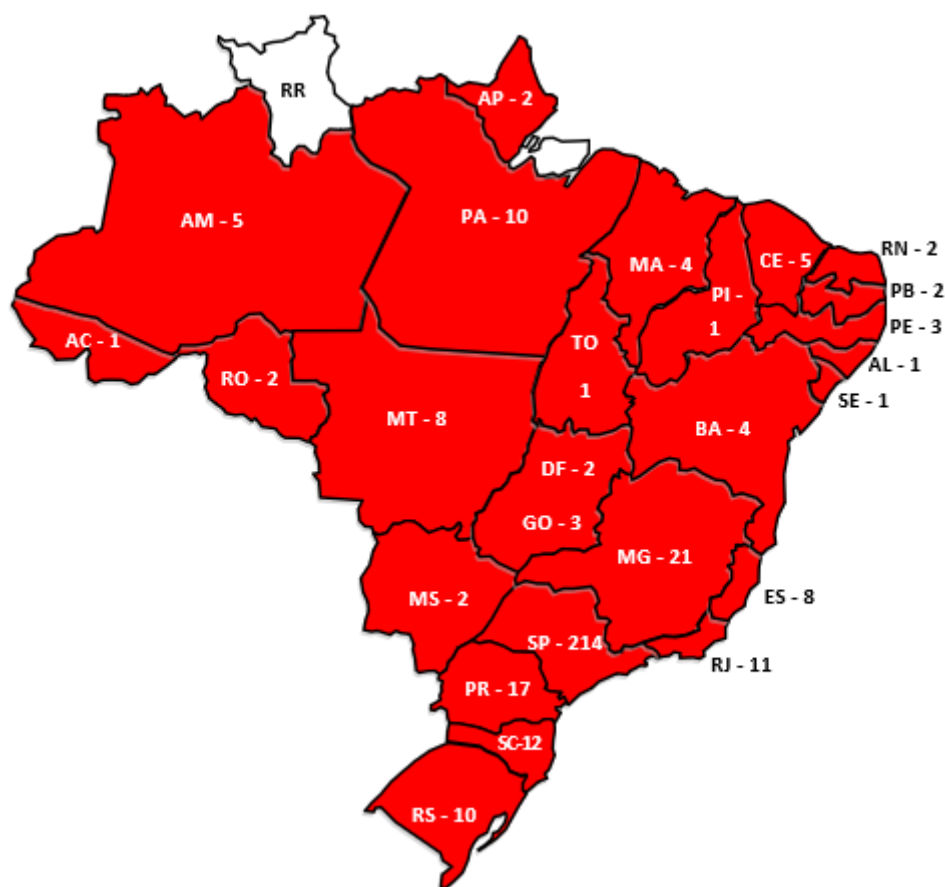


Figura 3: Mapa de Polos Ativos FMU

Fonte: Planejamento e Expansão de Polos

No Município, a empregabilidade e os rendimentos da população economicamente ativa, em 2020, assinalaram rendimentos médios de 4,1 salários-mínimos mensais. É o Município brasileiro que sedia a capital do estado de São Paulo e é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul, sendo a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano e de todo o hemisfério sul. É a cidade brasileira mais influente no cenário global, considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta. (Fonte: cidades.ibge.gov.br)

O município tem o 10º maior PIB do mundo e representa, isoladamente, 11,37% de todo o PIB brasileiro e 56% de toda a produção de bens e serviços do Estado de São Paulo. É sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. A cidade também é a sede da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F Bovespa, a segunda maior bolsa de valores do mundo em valor de mercado. Apesar de a indústria ter sido o fator de desenvolvimento da capital paulista ao longo das décadas, o setor de serviços é o de maior peso na economia do município atualmente. O Brasil gerou 2.730.597 vagas de emprego com carteira assinada em 2021. No período, foram registradas 20.699.802 contratações, dessas mais de 70% destinadas ao setor de Serviços, responsável por gerar mais de 4 milhões de empregos na cidade.

O comércio contribui com 813.188 estabelecimentos, enquanto a indústria de transformação tem participação de 551.536 locais de produção e geração de emprego, respectivamente. A administração pública apresenta 891.725 estabelecimentos, o que possibilita a existência de um grande público consumidor. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 305 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4372 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>).

Nesse contexto, a última Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp (2022), elaborada pela Fundação Seade, registrou investimentos anunciados no primeiro semestre de 2022, R\$ 47,7 bilhões, alcançaram o patamar mais elevado desde o primeiro semestre de 2019 (R\$ 68 bilhões), período anterior à pandemia de Covid-19, de acordo com a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp, elaborada pela Fundação Seade.

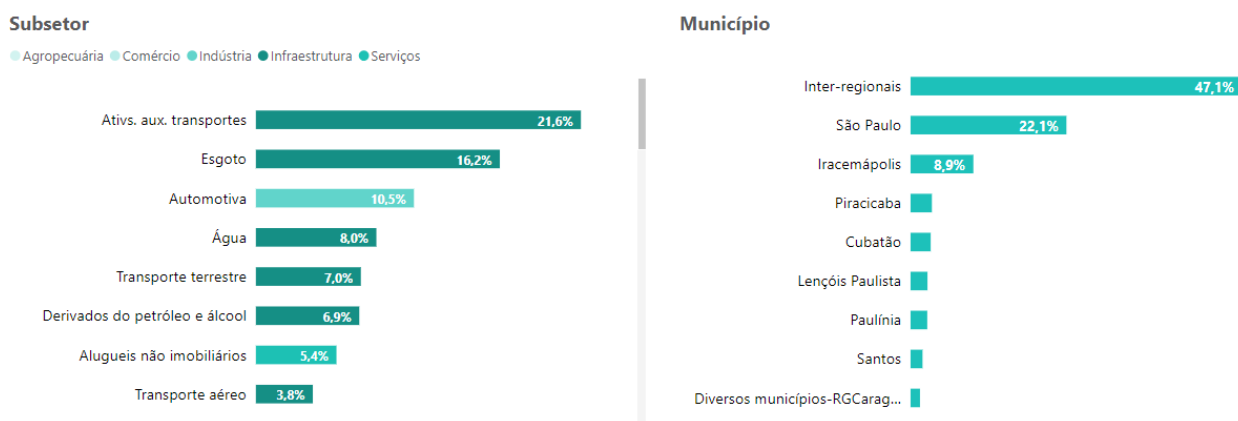


Figura 4: Distribuição dos investimentos anunciados, por setor Estado de São Paulo – 2023

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2022, os investimentos anunciados para o Estado de São Paulo foram de R\$ 39,9 bilhões.
- Em 2019, a Piesp apurou investimentos anunciados no total de R\$ 100,1 bilhões, o terceiro maior valor anual na pesquisa, que se iniciou em 1998.
- Na comparação com 2018, os investimentos avançaram 80%, impulsionados principalmente pelas inversões em infraestrutura e na indústria.
- Os recursos para infraestrutura cresceram pelo terceiro ano seguido, totalizando R\$ 53,4 bilhões.
- A indústria, por sua vez, obteve seu melhor resultado nos 22 anos da Piesp (R\$ 29,2 bilhões).
- Também foi recorde o valor relativo à agropecuária (R\$ 5,6 bilhões), que se deve essencialmente à expansão e renovação de canaviais em território paulista.
- As inversões nos serviços alcançaram R\$ 10,6 bilhões, enquanto no comércio foram de R\$ 1,3 bilhão.
- Mais da 70% dos investimentos industriais envolvem os ramos de transporte e automotivo e de celulose e papel (R\$ 7,5 bilhões). Já em infraestrutura, os destaques foram eletricidade e gás (R\$ 20,5 bilhões), transporte aéreo (R\$ 12,8 bilhões) e telecomunicações (R\$ 9,0 bilhões).
- A Região Metropolitana de São Paulo continuou liderando os investimentos anunciados, com R\$ 34,6 bilhões. Na sequência, vêm as RAs de Bauru (R\$ 8,1

bilhões), Campinas (R\$ 6,9 bilhões), Santos (R\$ 2,5 bilhões) e Sorocaba (R\$ 2,1 bilhões). Outros R\$ 44,7 bilhões envolvem várias regiões, sem especificação de valor para cada uma delas.

A Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp, elaborada pela Fundação Seade, registrou investimentos anunciados no total de R\$ 47,7 bilhões, no 1º semestre de 2022, valor superior aos verificados no mesmo período de 2020 (R\$ 19,0 bi) e 2021 (R\$ 15,0 bi) e mantendo a alta do 1º trimestre. Em janeiro de 2022, os investimentos anunciados atingiram R\$ 15,2 bilhões; no mês seguinte, o valor foi de quase R\$ 3,8 bilhões. Em março, o montante ultrapassou os R\$ 19 bilhões e, fechando o quadrimestre, os anúncios registrados em abril foram de quase R\$ 1,8 bilhão.



Figura 5:

Desempenho do Desenvolvimento do Estado de São Paulo no 1º. Semestre de 2022

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – PIESP.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Quase dois terços dos recursos anunciados no primeiro semestre de 2022 foram direcionados para a Região Metropolitana de São Paulo (R\$ 16,0 bilhões, 33,5% do total) e para a Região Administrativa de Campinas (R\$ 14,9 bilhões, ou 31,3%). As regiões de São José dos Campos e Santos também registraram valores acima de R\$ 1 bilhão cada, somando outros 7,1%. Os investimentos com abrangência inter-regional (R\$ 11,6 bilhões) representaram 24,4%.

No comércio, na Região Metropolitana de São Paulo o investimento vinculou-se ao ramo do varejo. Nessa configuração, há existência de uma competitividade inter-regional, a qual direciona a novos desafios em termos de formação profissional.

Ressalta-se ainda, que, atualmente, na Região Metropolitana, ocorre um processo de transição de uma cultura industrial para a de serviços, seguindo a tendência global de cidades do mesmo porte. Esta situação faz surgir novas oportunidades de negócios e trabalho, gerando emprego e renda em áreas pouco exploradas ou tidas como secundárias na dinâmica do processo produtivo, o que contribui para aumentar a necessidade da qualificação dos profissionais que irão atuar nesses novos seguimentos de mercado, criando condições para a oferta de cursos mais específicos e adequados à realidade deste novo contexto.

Nessa direção, a análise dos indicadores e do quadro socioeconômico, suas tendências e perspectivas de desenvolvimento, encaminham a construção do presente projeto pedagógico do curso, ofertado pelo Centro Universitário FMU, que visa, como citado, desenvolver em seus discentes as competências necessárias para um bom desempenho da função de profissional da educação tanto em organizações públicas quanto em privadas.

A partir da articulação entre teoria e prática, busca-se promover a capacidade de análise, organização e liderança, de modo a permitir que se elaborem, executem e gerenciem ações estratégicas globais, decorrentes da constituição de uma visão sistêmica da organização. Além do mais, a criatividade e a construção de um pensamento estratégico devem permear a formação do aluno, indo ao encontro das exigências de um mercado de trabalho cada dia mais competitivo e global.

Os cursos e os programas oferecidos pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, mediante seus projetos pedagógicos específicos, são organizados de modo a propiciar aos futuros profissionais conhecimentos, habilidades

e atitudes capazes de permitir-lhes uma formação de qualidade e consequente inserção no mercado. Atualmente a FMU atua em quase todos os estados do território brasileiro.

O Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas utiliza para a abertura de polos e atualização de seus cursos, estudos acerca do mercado de trabalho e das necessidades educacionais de sua área de abrangência, de forma a assegurar a adequada inserção regional e o cumprimento de seu compromisso educacional.

Os cursos são distribuídos nas Escolas de: Ciências da Saúde e Bem Estar (CISBEM); Direito; Hospitalidade, Educação e Ciências Sociais Aplicadas (HECSA); Medicina Veterinária; e Ciência, Tecnologia, Engenharia e Arte (STEAM), nos seus 4 campi, além dos mais de 300 Polos de educação a distância, todos criados pelo Conselho Superior e de Ensino, Pesquisa e Extensão – ConsUnEPE – e regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC). Atendendo o disposto no Art. 17, do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a FMU possui 80% dos cursos de graduação reconhecidos com conceitos 4 e 5 obtidos nas avaliações externas *in loco* realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Atualmente, a FMU oferece cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia.

1.4. MISSÃO INSTITUCIONAL

A Missão define a razão de ser da Instituição e reflete os motivos pelos quais o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU foi criado e é mantido. Ela define como a Instituição vê sua contribuição em relação à sociedade em geral, justificando sua existência. Sendo assim, a missão da FMU é: “**Promover Educação Superior acessível e de excelência para a formação de profissionais éticos, cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável e preparados para o mundo do trabalho**”, é orientadora da ação educativa desenvolvida pela Instituição, pressupondo uma vocação perene.

1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada pelos órgãos do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU: Conselho Superior Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão – **ConsUnEPE**; Conselho de Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos – **CRCD**; Comissão Própria de Avaliação – **CPA**; Comitê de Ética no Uso de Animais – **CEUA**; Colegiado de Curso; Núcleo Docente Estruturante – **NDE**; Reitoria; Vice-presidências (Acadêmica e Executiva de Estratégia e Transformação), Diretoria de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*; Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Diretorias de Escolas; Coordenações de Curso; Coordenações Corporativas de Suporte Acadêmico; Diretorias de Apoio Corporativo e Ouvidoria. O Estatuto, o Regimento Geral e os atos normativos da FMU contemplam as atribuições de seus colegiados institucionais.

A estrutura organizacional do Centro Universitário FMU, constatando-se a linha de gestão democrática e participativa adotada institucionalmente, pode ser verificada um resumo na figura 6:

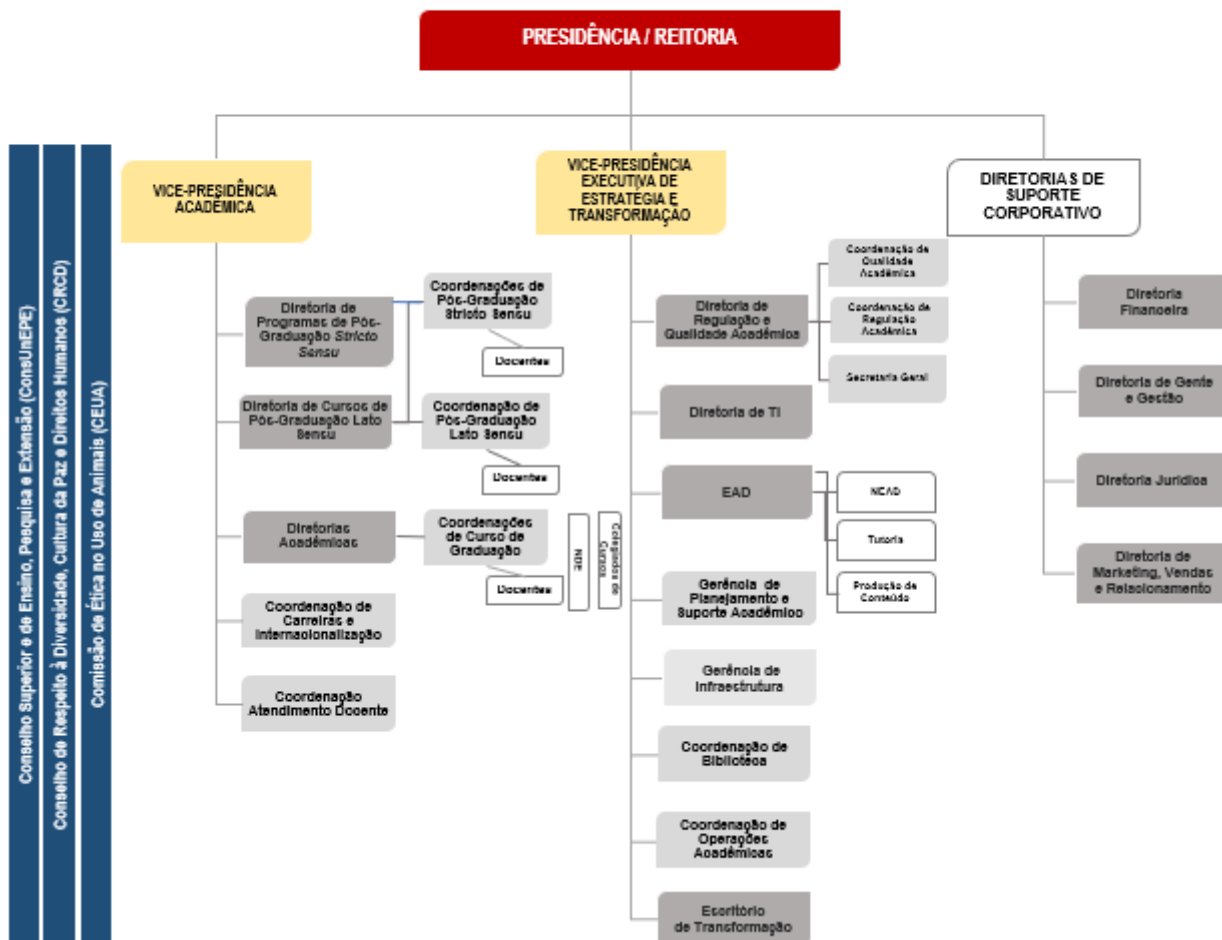
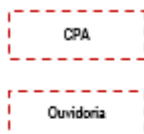


FIGURA 6 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL FMU
FONTE: REITORIA.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. HISTÓRICO E INSERÇÃO DO CURSO NA REGIÃO: JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA

Considerando seu contexto nacional, regional e local, conforme o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, tem como estratégia a ampliação da atuação em sua área de abrangência, tanto na educação presencial quanto na Educação a Distância. Conforme definido em sua missão, o Centro Universitário FMU assume compromisso com o desenvolvimento humano sustentável –social,cultural, tecnológico, ambiental e humano – por meio de sua concepção e desenvolvimento de trabalho pedagógico, da implementação de programas de pesquisa e extensão, de projetos e de atividades que visam atender a demandas de estudos nas áreas de atuação da Instituição, ao focalizar temas e problemas locais e regionais.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública foi criado em 2018, por força da Resolução do CONSUNEPE – Conselho Superior Universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão – de nº 140, de 05/11/2018, com publicação em 26/11/2018, integrando o rol de cursos ofertados na modalidade EaD pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, certo que a IES goza de nota 5 tanto no Conceito Institucional (CI), como no Conceito Institucional em EaD, aproveitamento máximo.

Com base nos desenhos da política educacional, vê-se como desejável oferta de cursos experimentais, que reflitam e respondam com pioneirismo e pertinência aos estímulos advindos das inovações científicas e tecnológicas ou das demandas regionais específicas para atendimento aos seus arranjos produtivos, culturais e sociais. Esse é o caso do CST em Segurança Pública. O curso oferecido pela FMU apresenta matriz curricular diversa, materializando uma abordagem mais próxima aos aspectos legais/jurídicos do segmento.

Neste ponto, destaca-se que o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU possui comprovada expertise na grande área do Direito, oferecendo um dos cursos mais tradicionais na cidade de São Paulo; e reconhecido não apenas pela qualidade, mas também pelo destaque profissional de seus egressos. Entre os cursos mais tradicionais e com nota máxima na avaliação do MEC está o Curso de Bacharelado em Direito, que apresenta desempenho consistente no

Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mantendo-se acima da média nacional de aprovados no Exame, o Curso de Direito foi o 5º que mais aprovou candidatos no Brasil entre os Exames XXVII e XXIX (OAB em Números 2020). No Exame XXXIII (2021), o Curso de Direito da FMU teve 741 aprovados, o maior número da história do Curso, ficando entre os primeiros de São Paulo e do Brasil.

Considerando a expertise a instituição na área jurídica e inclusive com o potencial de ofertar um curso com matriz diferenciada, depreende-se daí que as competências desenvolvidas são inegavelmente mais afeitas à área jurídica do que da área de gestão, à medida em que proporciona ao egresso o desenvolvimento de habilidades e a aquisição de competências diferenciadas.

Em síntese, o curso oferecido por esta IES se destina em formar profissionais aptos a desenvolver habilidades amplas em segurança patrimonial e pessoal, capazes de identificar riscos de segurança, bem como definir as diretrizes de ação de prevenção; e capacitados para solucionar conflitos, ao invés de realizar sua mera gestão. Além disso, como resultado da interdisciplinariedade do programa, terá condições para elaboração de pareceres técnicos e para avaliar o desenho e atuação.

Tendo em vista as oportunidades existentes na área de Segurança Pública no setor público, consultorias, órgãos municipais, estaduais e federais. O objetivo do curso é que o estudante possa planejar, formular, e gerenciar ações de segurança pública, orientar e intervir em situações de ordem pública, emitir pareceres, elaborar políticas para reduzir riscos. O curso busca trabalhar aspectos importantes na formação do egresso, que dizem respeito à motivação para o aprendizado e para a busca do conhecimento. Compreende-se, também, que alunos devam ser entendidos como construtores de saberes diversos, logo, necessitam estar diante de oportunidades dessa ordem pelas quais se viabilizem essa formação.

No curso, contemplam-se, portanto, articulações entre domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos pelas quais se alcance uma formação que torne o aluno capaz de apresentar postura reflexiva e crítica, sem desconsiderar as capacidades relacionadas ao ser humano como tal, socialmente situado, as quais permitem práticas interacionais adequadas e uso estratégico de conhecimento de diversas áreas do saber em contextos educativos e corporativos diversos, por meio de uma visão transdisciplinar.

O Centro Universitário FMU, ao ofertar o **Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública** preocupa-se com esse compromisso de formar profissionais com um perfil adequado para atender às demandas de um mercado local e global, no qual as relações de trabalho acompanham as mudanças socioeconômicas indicadas. Em razão de o Centro Universitário FMU estar situado na Região Metropolitana de São Paulo, a formação de um profissional crítico requer especial atenção, uma vez que a região é o maior mercado produtivo, econômico, social e educacional do país. Em específico, a capital de São Paulo, em virtude de sua pujança econômica, é considerada a cidade mais influente e usada como referência para outros mercados do continente latino-americano. São por essas razões que o curso se volta para o desenvolvimento de competências teóricas, técnicas e humanas, permitindo a compreensão dos aspectos geopolítico, econômico, social e educacional.

2.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OFERTA DO CURSO

Denominação	Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública
Titulação	Tecnólogo
Regime de Matrícula	Semestral
Carga Horária	1.720 horas
Tempo de Integralização	Mínimo: 04 semestres (02 anos) Máximo: 08 semestres (04 anos)
Ato Autorizativo	Resolução do CONSUNPE – Conselho Superior Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão – de nº 140, de 05/11/2018, com publicação em 26/11/2018

2.2.1 Número de vagas

São ofertadas 200 vagas totais anuais autorizadas, coerentes com estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e com pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa, conforme evidenciado no Relatório de Estudo de Vagas.

2.2.2 Requisitos de acesso

Estão aptos a ingressar no curso os estudantes que possuam ensino médio completo. Candidatos que cursaram o ensino médio no exterior devem apresentar declaração de equivalência de estudos homologada pela Diretoria de Ensino mais próxima. Candidatos estrangeiros devem apresentar duas cópias autenticadas do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, certificado de conclusão do ensino médio, com visto do cônsul brasileiro no País de origem, bem como declaração de equivalência de estudos.

Candidatos podem submeterem-se ao processo seletivo, programado ou agendado, seguindo o Edital do Processo Seletivo da Instituição. Candidatos portadores de diploma de nível superior estão dispensados de realização de processo seletivo.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 OBJETIVOS DO CURSO

3.1.1 Objetivo geral

Formar profissionais Tecnólogos com amplo conhecimento de Segurança Pública, para intervir de forma crítica, qualificada e inovadora, com fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político de acordo com o Código de Ética e com a Regulamentação da Profissão, que domine o uso de novas tecnologias, capazes de atuar com competência no âmbito federal, estadual e municipal, centrado na segurança, planejamento, implantação, gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas de segurança, junto as organizações governamentais e não governamentais, promover o exercício pleno da cidadania, ser agente de transformação da sociedade no conjunto das relações sociais e nos desafios contemporâneos do mercado de trabalho.

3.1.2 Objetivos específicos

- a) Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da Segurança Pública, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a segurança;
- b) Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica;
- c) Preparar o estudante para atuar como segurança, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente;
- d) Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como segurança público, empreendedor e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

- e) Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na Segurança Pública;
- f) Desenvolver o senso crítico, criativo, oportunizar sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento para a otimização da capacidade de governo; na solução de problemas da sociedade;
- g) Atuar de forma competente, pautados nos valores e princípios éticos, articulando estes saberes com os conhecimentos de sua formação acadêmica;
- h) Tornar-se empreendedor e participativo nas questões culturais e sociais, buscando a inclusão social, o respeito à pessoa e aos direitos humanos;
- i) Atuar comprometido com a pesquisa e autoaperfeiçoamento, a fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento do saber tecnológico com ênfase na Segurança Pública;
- i) Saber atuar em equipe; expressar e construir de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamento e ação no trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e de liderança;
- j) Participar de capacitação contínua, para aquisição e utilização de novos conhecimentos, novas ideias e novas tecnologias, necessários no seu ambiente de trabalho, despertando a criatividade para melhor servir a humanidade e o serviço público; e
- k) Agir comprometido com as transformações político-econômico-sociais culturais, adequando a prática tecnológica às contínuas exigências do mundo contemporâneo.

3.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso é fruto das competências e habilidades expressas na Diretriz Curricular Nacional e atende as necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. O mapeamento deste perfil foi realizado por meio de metodologia específica que envolveu análise documental e entrevista com experts, sendo considerados as fontes abaixo descritas, e atende as necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. O mapeamento deste perfil foi realizado através de uma metodologia específica que envolveu análise documental e entrevista com experts.

As seguintes fontes foram consideradas no mapeamento do perfil profissional do egresso:

- Documentos normativos que regem o curso;
- Documentos normativos de órgãos de classe que regem o curso, quando existente;
- Portarias e/ou editais de avaliações externas do curso;
- Publicações que apontam análise de tendências de mercado para os profissionais da área e/ou curso;
- Mapeamento de competências internacionalmente aceitas, quando disponível;
- Relatos de experts do curso.

As competências do perfil profissional do egresso do curso são classificadas em:

- Competências Gerais:** são as competências selecionadas pela instituição para serem desenvolvidas nos estudantes de todos os cursos, não importa a Área de Conhecimento;
- Competências Gerais da Área,** são as competências que são comuns a serem desenvolvidas nos discentes da Área do Conhecimento na qual o curso está inserido;
- Competências específicas** do curso, exclusivas do profissional a que se destina formar.

Portanto, as seguintes competências expressam o perfil profissional do egresso do curso:

a) Competências Gerais:

- Analisar e resolver problemas;
- Trabalhar em equipe;
- Atingir objetivos;
- Adaptar-se à mudanças;
- Aprender e autodesenvolver-se;
- Comunicar-se oralmente e por escrito;
- Cultura digital.

b) Competências Gerais da Área:

- LINGUAGEM JURÍDICA - Comunicar-se verbalmente e por escrito, bem como interpretar textos, atos e documentos jurídicos, com a devida utilização do vocabulário e normas jurídicas.
- PESQUISA JURÍDICA - Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito.
- PRÁTICA ÉTICA - Agir de forma justa, correta e tomando decisões adequadas aos seus valores e princípios.

c) Competências Específicas do Curso:

- INTERVENÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: Intervir em situações de manutenção da ordem pública e segurança comunitária, a partir do enfrentamento de conflitos e conhecimento da legislação para efetivação das atividades inerentes ao ramo profissional.
- AUXÍLIO NA ANÁLISE JURÍDICA: Auxiliar na análise das normas do ordenamento jurídico, instrumentalizando os operadores no estabelecimento de estratégias operacionais, e na identificação de formas lícitas para solução dos conflitos.
- POSTURA PREVENTIVA E CONCILIADORA EXTRAJUDICIAL: Analisar situações de risco, com base no conhecimento dos limites legais, dedicando-se à conciliação, à mediação e aos demais meios de prevenção e solução de conflitos, no âmbito extrajudicial.

O perfil profissional do egresso pode ser representado visualmente a partir da Figura 5.



Figura 5 – Representação visual do perfil profissional do egresso do curso
Fonte: Qualidade Acadêmica

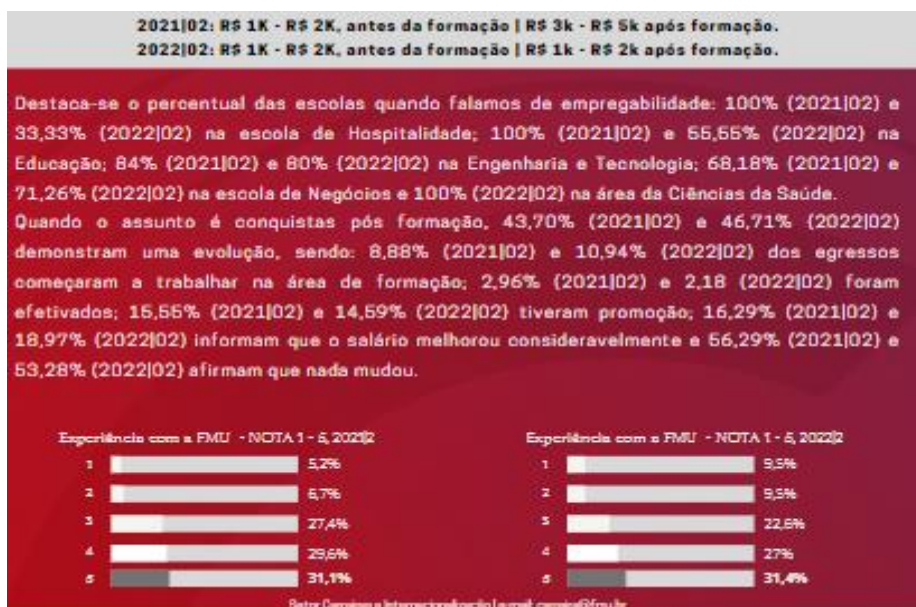
Objetivos do curso estão, portanto, correlacionados às competências do perfil profissional do egresso e estas com a Diretriz Curricular Nacional que rege o curso conforme pode ser observado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Correlação entre as competências do perfil profissional do egresso do curso e documento(s) normativo(s) que rege(m) o curso

Além de uma formação completa, o curso contempla características locais e regionais, e considera novas práticas emergentes no campo do conhecimento do curso, conforme podem ser ilustrados nas situações de aprendizagem.

Compreendendo que não basta definir um perfil profissional de seu egresso, sem as necessárias evidências relativas à evolução de sua carreira no mercado de trabalho e a satisfação do aluno nessa trajetória, a Instituição conta com pesquisas anuais, denominadas “Estudo de Empregabilidade”, que permitem uma avaliação contínua e sistemática da Instituição no que tange à satisfação, ao acompanhamento e ao monitoramento profissional dos concluintes. São acompanhados os resultados dos egressos em relação a sua atuação profissional, taxas de empregabilidade, evolução da carreira e salarial. Essas informações servem de insumo ao planejamento acadêmico e avaliação da eficácia dos cursos em relação a empregabilidade.

Com base na última edição da pesquisa, podemos identificar significativa evolução salarial e empregabilidade após a conclusão dos cursos na Instituição, com 100% dos egressos empregados.



Situação de Aprendizagem	Descrição
	<p>Disciplina: Projeto Integrador:</p> <p>Integrador: Temas Transversais em Direito</p>
	<p>Disciplina: Projeto Integrador:</p> <p>Diagnóstico Organizacional Jurídico</p>

Quadro 2 – Exemplos de situações de aprendizagem do curso em que se verificam características locais e regionais e novas práticas emergentes na Área do Conhecimento da formação dos estudantes

Compreendendo que não basta definir um perfil profissional de seu egresso, sem as necessárias evidências relativas à evolução de sua carreira no mercado de trabalho e a satisfação do aluno nessa trajetória, a Instituição conta com pesquisas anuais, denominadas “Estudo de Empregabilidade”, que permitem uma avaliação contínua e sistemática da Instituição no que tange à satisfação, ao acompanhamento e ao monitoramento profissional dos concluintes. São acompanhados os resultados dos egressos em relação a sua atuação para o profissional, taxas de empregabilidade, evolução da carreira e salarial. A pesquisa de empregabilidade pelo setor de carreira internacionalização da FMU na modalidade EAD, aponta que 74,81% (2021/2) e

70,80% (2022/02) dos egressos estão no mercado de trabalho. Sendo 10,37% (2021/2) e 13,86% (2022/2) estão em busca de uma oportunidade dentro da área de formação; 12,59% (2021/02) e 13,13% (2022/02) estão disponíveis no mercado de trabalho; 2,22%(2021/02) e 2,18% (2022/02) são estudantes; 24,44% (2021/02) e 27,73% (2022/02) trabalham em uma área diferente da formação acadêmica e 50,37%(2021/02) e 43,06% (2022/02) estão trabalhando na área de formação.

3.3 CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública tem como objetivo formar profissionais com habilidades em segurança patrimonial e pessoal. Identificando e analisando riscos de segurança, bem como definir as diretrizes de ação de prevenção. O profissional desta área também poderá elaborar planos para os riscos envolvidos nas operações de segurança e trabalhar no desenvolvimento de políticas de segurança.

3.3.1 Atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais

O nosso Curso baseia-se em elementos diferenciais que o caracterizam como inovador, não previsto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) de 2016, sendo este organizado e desenvolvido com base no disposto no art. 81 da LDB, art. 10 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 e art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017. Um curso superior de tecnologia pode, portanto, não ter sua denominação presente no Catálogo e, mesmo assim, ser regular em se tratando de cursos autorizados em caráter experimental.

3.3.1.1 Integralização da carga horária

Nesse sentido, é desejável pelo MEC a existência de cursos experimentais, desde que reflitam e respondam com pioneirismo e pertinência a estímulos advindos das inovações científicas e tecnológicas ou das demandas regionais específicas para o atendimento aos seus arranjos produtivos, culturais e sociais. Pautado nestas considerações, o presente curso tem uma carga horária total de 1.720 horas, com hora -aula de 60 minutos.

Destaca-se que a carga horária proposta (em horas-relógio) para o curso de Segurança Pública EaD é compatível e apropriada para o desenvolvimento dos conhecimentos, competências, habilidades e atitudes que se pretende que o egresso adquira, articulando teoria e prática.

3.3.1.2. Flexibilização curricular

A proposta curricular é marcada pela **flexibilidade** que se materializa na oferta de disciplinas Optativas, aumentando o leque de possibilidades de formação para os estudantes.

A flexibilização curricular também pode ser observada na oferta de Atividades Complementares, a partir da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e estímulo à prática de estudos independentes. Detalhamento sobre esse aspecto pode ser observado na seção “Atividades Complementares” deste documento.

Além da flexibilidade no âmbito do curso, há flexibilidade intercursos, seja no âmbito de uma mesma Escola, seja no âmbito institucional, facilitando a eventual mudança ou opção por um segundo curso de Área de conhecimento comum ou diversa, dado que há disciplinas comuns aos vários cursos, sejam elas institucionais, ou pertencentes a uma mesma Escola, que podem ser aproveitadas.

Outro tipo de flexibilidade está relacionada à progressão no curso que ocorre por meio de ciclos de formação, o que permite a movimentação dos estudantes entre os semestres de um mesmo ciclo.

Isso contribui para a redução do tempo de formação e motiva o estudante a continuar estudando, além de participar de um processo de formação profissional que rompe com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado partindo de uma hierarquização de conteúdos. Com a flexibilização curricular cria-se novos espaços de aprendizagem, buscando a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer), o que possibilita ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propicia a diversidade de experiências aos alunos.

3.3.1.3 Atendimento aos temas transversais

a) Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Conforme Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, são tratadas no decorrer do curso no âmbito das disciplinas “Antropologia e Cultura Brasileira”; “Desafios Contemporâneos” e “Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais”.

O(s) Plano(s) de Ensino da(s) disciplina(s) mencionada(s) estão à disposição para consulta.

b) Educação em Direitos Humanos

A temática conforme Resolução CNE/CP nº 01/2012, encontra-se contemplada na disciplina de “Desafios Contemporâneos”, “Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais”. O(s) Plano(s) de Ensino da(s) disciplina(s) mencionada(s) estão à disposição para consulta. Não obstante, integra a Agenda Institucional de Responsabilidade Social a iniciativa semestral denominada “#SELIGA” que trata do necessário respeito à diversidade e cuja prática está em linha com a temática de Direitos Humanos. A própria Política de Extensão conta com um de seus eixos dedicado aos “direitos humanos, cidadania, diversidade e inclusão”.



c) Educação Ambiental

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, são abordados no decorrer do curso da seguinte forma: o tema é discutido na disciplina de “Desafios Contemporâneos”, combinada à inserção da matéria em outras disciplinas, como “Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais”. O(s) Plano(s) de Ensino da(s) disciplina(s) mencionada(s) estão à disposição para consulta. Além disso, do ponto de vista cocurricular, a Política de Extensão está alicerçada em três dimensões, sendo uma delas a dimensão ambiental.

3.3.1.4 Oferta de Libras

Conforme Decreto nº 5.626/2005 é ofertada como disciplina Optativa em todos os cursos de graduação da Instituição, exceto em cursos de licenciatura e fonoaudiologia, cuja completude e aprovação é necessária para a integralização da matriz curricular.

As situações de aprendizagem, nos Quadros a seguir, ilustram o desenvolvimento dos temas transversais no Curso:

Situação de Aprendizagem Temas Transversais	Descrição
	
	

Quadro 3 – Exemplos de situações de aprendizagem do curso em que se verifica o desenvolvimento de temas transversais no curso

Situação de Aprendizagem	Descrição
Evidência 1: Congresso Internacional realizado no período da pandemia de COVID-19– Palestra	Congresso Internacional. Tema da palestra: Ações afirmativas e a equidade racial. Palestra da Promotora do Ministério Público do Trabalho, Dra. Valdirene Silva de Assis.
Evidência 2: Congresso Internacional realizado no período da pandemia de COVID-19 – Palestra	Congresso Internacional. Tema da palestra: Racismo no Mundo Virtual. Expositor: Dr. Adilson Moreira.

Quadro 2: Desenvolvimento dos Temas Transversais

Fonte: Coordenação de curso

3.3.1.5 Articulação entre teoria e prática e a valorização da Educação Profissional

Em nosso currículo há a obrigatória **articulação entre teoria e prática**, com uso de metodologias ativas, cujo pressuposto é que se aprende melhor fazendo (ou simulando), e esse movimento permanente de ir e vir, facilita e legitima o processo de ensino-aprendizagem. Essas evidências constam no corpo da matriz curricular indicando a carga horária de cunho teórico e prático.

A matriz curricular foi concebida considerando e valorizando a construção de situações formativas dos discentes focadas na prática desde o primeiro semestre do curso. Essa inserção na prática profissional desde o primeiro momento proporciona a integração, tão necessária, da realidade profissional aos conhecimentos que a fundamentam. No princípio da aprendizagem significativa, nenhuma estratégia supera a inserção do discente no cotidiano e nas próprias experiências.

As práticas profissionais foram cuidadosamente mensuradas, assistidas e de complexidade crescente. Esse processo contínuo de inserção na prática profissional avança, semestre a semestre, em conformidade com as competências do perfil profissional do egresso a serem desenvolvidas.

Gradativamente, o processo de aprendizagem vem evoluindo no sentido de ampliar referenciais teóricos e de desenvolver situações de aprendizagem que articulam prática-teoria-prática. Cabe ressaltar que o equilíbrio entre esses aspectos deve ser observado como premissa importante na criação e planejamento da **Educação Profissional**, uma vez que a decisão de estratégias aplicadas a mesma precisa estar ligada às competências que serão desenvolvidas por nossos discentes. A Educação Profissional está explícita durante todo o processo de formação estabelecido conceitualmente, sendo constituída pelas disciplinas que trabalham temas específicos aplicados à prática profissional.

No currículo, há a obrigatória **articulação entre teoria e prática**, com uso de metodologias ativas, cujo pressuposto é que se aprende melhor fazendo (ou simulando), e esse movimento permanente de ir e vir, facilita e legitima o processo de ensino-aprendizagem. Essas evidências constam no corpo da matriz curricular indicando a carga horária de cunho teórico e prático.

A matriz curricular foi concebida considerando e valorizando a construção de situações formativas dos discentes focadas na prática desde o primeiro semestre do

curso. Essa inserção na prática profissional desde o primeiro momento proporciona a integração, tão necessária, da realidade profissional aos conhecimentos que a fundamentam. No princípio da aprendizagem significativa, nenhuma estratégia supera a inserção do discente no cotidiano e nas próprias experiências.

As práticas profissionais foram cuidadosamente mensuradas, assistidas e de complexidade crescente. Esse processo contínuo de inserção na prática profissional avança, semestre a semestre, em conformidade com as competências do perfil profissional do egresso a serem desenvolvidas.

Gradativamente, o processo de aprendizagem vem evoluindo no sentido de ampliar referenciais teóricos e de desenvolver situações de aprendizagem que articulam prática-teoria-prática. Cabe ressaltar que o equilíbrio entre esses aspectos deve ser observado como premissa importante na criação e planejamento da Educação Profissional, uma vez que a decisão de estratégias aplicadas a mesma precisa estar ligada às competências que serão desenvolvidas por nossos discentes. A Educação Profissional está explícita durante todo o processo de formação estabelecido conceitualmente, sendo constituída pelas disciplinas que trabalham temas específicos aplicados à prática profissional.

As situações de aprendizagem, nos Quadros a seguir ilustram a articulação entre teoria e a prática, valorizando a Educação Profissional no curso: Evidência 3 e 4 Projeto integrador: Temas Transversais em Direito





Vamos Praticar

Então, vamos delimitar a forma que a atividade será executada. Nessa primeira Unidade, você deve refletir sobre a estrutura de um projeto que envolve a Cidadania e os princípios norteadores da convivência social.

Escolha a estrutura mais adequada para o seu projeto, ou seja, quais as partes que esse projeto vai ter: problema, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, metas, componentes e etapas a seguir etc.

O problema deve ser entendido como o fator ou fatores de ordem prática que são relevantes para um determinado grupo e que comportam algumas soluções.

A justificativa de um projeto é o tópico onde o estudante deve apresentar as razões e os argumentos que justificam a discussão daquele problema; é o momento em que se demonstra a relevância da pesquisa.

Os objetivos definem os resultados que se pretendem alcançar com a pesquisa; estes devem ser definidos de maneira clara, por isso, a importância de refletir detidamente sobre seu problema.

A fundamentação teórica é outro aspecto muito relevante, pois permite que você crie argumentos consistentes para desenvolver sua pesquisa, demonstrando que seus apontamentos sobre o tema são alcançados em pesquisa.

As metas são bem parecidas com os objetivos, mas são específicas, uma vez que toda meta precisa ser claramente delimitada no tempo e no espaço. Uma meta, quanto mais detalhada, mais facilmente é alcançada, então, para definir sua meta, faça as seguintes perguntas: como? onde? quando? de que forma?

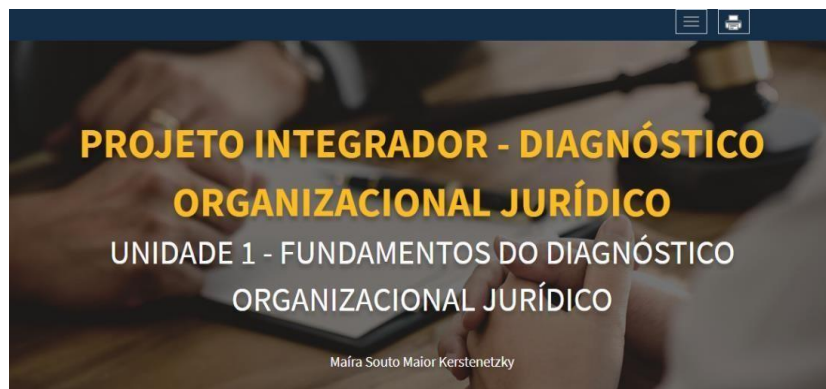
Os componentes de um projeto são as pessoas que participaram deste projeto, seja na elaboração, na pesquisa, na orientação etc.

Você deve delimitar, ainda, as etapas, isto é, ter clareza nas etapas que irão compor o projeto, pois isso permite que você tenha noção de sua viabilidade, principalmente, em relação ao tempo; isso pode ser feito por meio de um cronograma.


Ao estruturar seu projeto, é importante, também, prever os recursos e a metodologia que utilizada e, finalmente, o custo e riscos desse projeto, que podem ser apenas uma estimativa, mas precisam ser previstos.

Caro aluno, após pensar e estruturar seu projeto, você deve compartilhar esta etapa no Fórum da seção: "Pratique e Compartilhe".

Evidência 5 e 6 Projeto integrador em direito



INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO



Vamos praticar

Então, agora vamos delimitar a forma como a atividade será executada. Nessa primeira Unidade, você deve refletir sobre a estrutura de um PROJETO que envolva o instrumento de combate à corrupção.

Escolha a estrutura mais adequada para o seu projeto, ou seja, quais as partes que esse projeto vai ter. Sugerimos o seguinte: problema, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, metas, componentes e etapas a seguir etc.

São exemplos de situações de aprendizagem em que se verifica a articulação entre teoria e a prática.

Além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, a matriz curricular do curso preza pela formação profissional do egresso e as contrapartidas exigidas em termos de atualização dos conteúdos curriculares em conformidade com a evolução do mundo do trabalho, induzindo contato com conhecimento recente e inovador. Essa atualização pode ser detectada na nomenclatura das disciplinas e confirmada a partir da análise dos Planos de Ensino e bibliografias das disciplinas. Além disso, há um zelo na adequação das cargas horárias cuja confirmação se obtém ao analisar o agrupamento das disciplinas afins e o encadeamento proposto.

3.3.1.6 Organização Curricular de forma integradora e interdisciplinar

A **interdisciplinaridade** se traduz em uma organização curricular integrada envolvendo estratégias de como organizar o currículo de acordo com eixos longitudinais e transversais considerados integradores. Essa lógica organiza e serve como contexto para unificar o conhecimento, integrar a experiência profissional e a fundamentação básica e maximizar a aprendizagem. A integração curricular se traduz

pela integração da aprendizagem e pressupõe a quebra das barreiras do conhecimento, proporcionando a disjunção dos domínios científicos e o desmoronamento das fronteiras para um pensamento complexo.

A organização curricular integradora ocorre em nossos cursos por meio da integração da aprendizagem, isto é, disciplinas que comumente são ofertadas em currículos tradicionais de forma isolada são repensadas e integradas, a partir de temas ou projetos, formando uma nova disciplina. A vantagem da integração é não segmentar a aprendizagem, aproximando-a ao máximo do contexto profissional e de como os conhecimentos, habilidades e atitudes estão inter-relacionados no mercado. Nesse sentido, a integração se materializa em nossas escolas pelas seguintes estratégias:

- Integração de disciplinas em eixos de integração;
- Integração do eixo básico com a prática profissionalizante;
- Integração de conteúdo ou temas como, por exemplo, os transversais que devem versar durante todo o processo de aprendizagem;
- Integração por projetos interdisciplinares.

Ao longo do currículo, então, as disciplinas são organizadas por **Eixos de Integração**, que visam agrupá-las em uma unidade coerente, seja por desenvolverem temas ou competências em comum. Essa organização é importante, pois promove a aprendizagem em espiral e permite a seleção das melhores estratégias de aprendizagem e avaliação para a formação dos discentes em seu contexto. Assim, a integração entre as disciplinas é evidente e o sinergismo é observado na matriz curricular, sustentada pelos seguintes Eixos de Integração

Ao longo do currículo, então, as disciplinas são organizadas por **Eixos de Integração**, que visam agrupá-las em uma unidade coerente, seja por desenvolverem temas ou competências em comum. Essa organização é importante, pois promove a aprendizagem em espiral e permite a seleção das melhores estratégias de aprendizagem e avaliação para a formação dos discentes em seu contexto. Assim, a integração entre as disciplinas é evidente e o sinergismo é observado na matriz curricular, sustentada pelos seguintes Eixos de Integração:

- **Comportamento e Sociedade:** Esse Eixo de Integração traz a discussão das relações humanas, do comportamento nos diversos contextos e através

de diversas abordagens teóricas e práticas, das questões técnicas, éticas, políticas e sociais e sua interação com a saúde e a qualidade de vida, a educação e direitos humanos por meio das disciplinas: Comunicação; Antropologia e Cultura Brasileira; e Desafios Contemporâneos.

- **Fundamentação:** o Eixo tem por objetivo abordar as bases teóricas e epistemológicas dos conhecimentos necessários ao profissional egresso do Curso, por meio das disciplinas: Introdução, Teoria da constituição e dos direitos fundamentais.
- **Práticas e Habilidades:** esse eixo, volta-se à formação teórica e prática de Segurança Pública, Base das Relações Privadas, Direito de Empresas Aplicados, dando uma visão ampla da área.
- **Pesquisa:** esse Eixo, formado por quatro disciplinas de Projeto Integrador (Temas Transversais em Direito; Diagnóstico Organizacional Jurídico; Planejamento Estratégico em Direito; e Gestão de Projetos em Direito) distribuídas em cada um dos semestres, é voltado à habilitação do estudante não apenas para a pesquisa jurídica, mas também para a interdisciplinaridade, em virtude dos temas abordados em cada um dos projetos.
- **Flexibilização (Optativas):** O objetivo desse Eixo Integrador é agregar conhecimentos ao estudante e enriquecer o currículo permitindo a busca do conhecimento de acordo com o interesse individual. As disciplinas ofertadas como “Optativa” são constantemente analisadas e propostas pelo NDE e Colegiado do curso, seguindo tendências e inovações da área do curso. São elas: Língua Brasileira de Sinais (Libras); Direito Constitucional; Direito Administrativo: Bens Públicos e Contratos Administrativos.

O efeito da interdisciplinaridade no currículo e a sua organização em Eixos de Integração poderá ser visualizado neste documento, na seção “Organização do currículo por eixos de integração”.

A proposta de integração curricular e interdisciplinaridade vai além do curso, estendendo-se para os demais cursos das instituições, de maneira que os discentes poderão desenvolver atividades entre eles, caracterizando-se o trabalho interprofissional, uma vez que a percepção de diferentes perspectivas profissionais dentro de disciplinas compartilhadas torna-se um estímulo adicional diferenciado à

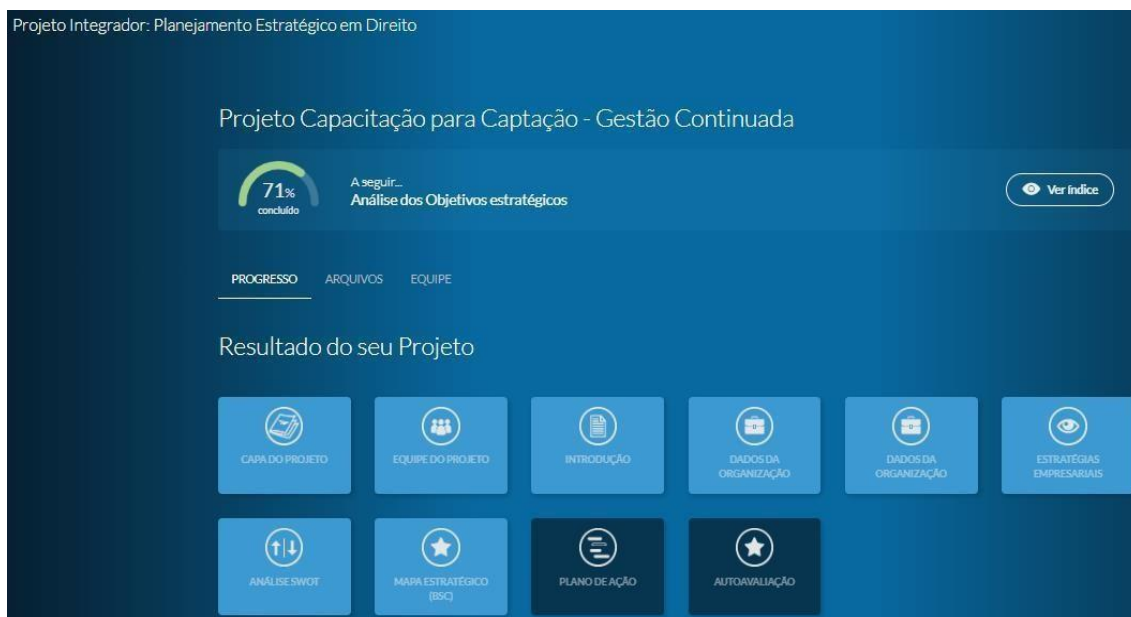
formação do aluno.

As situações de aprendizagem vivenciadas no Projeto Integrador, evidenciadas abaixo, são exemplos de tipos de integração e interdisciplinaridade presentes no Curso. De fato, o Projeto integrador, visa estimular o estudante a ter contato com a prática, assim oportunizando o desenvolvimento de competências gerais tais como analisar e resolver problemas e trabalhar em equipe por meio da promoção da colaboração profissional, com objetivo de aprimorar a compreensão mútua e explorar maneiras de combinar seus conhecimentos em prol de resultados conjuntos. São empregadas diversas possibilidades como: Atividades baseadas em problemas interprofissionais, cenários de Simulação.

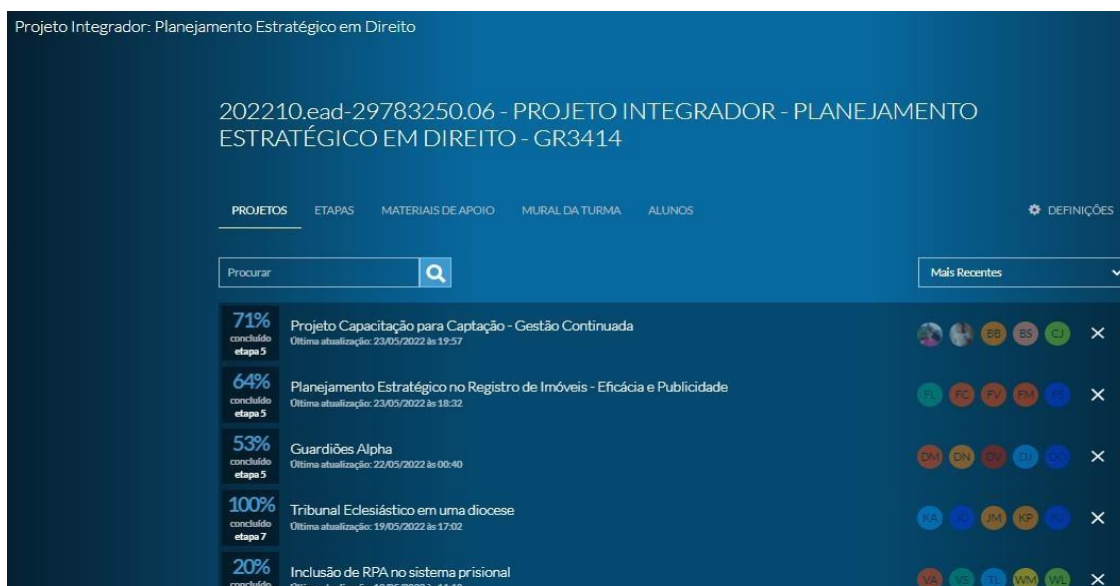
Evidência 1

The screenshot shows a course management system interface. At the top, there is a navigation bar with the title 'PROJETO INTEGRADOR GESTAO DE PROJETOS EM DIREITO' and a breadcrumb trail: 'Minhas Disciplinas > Salas Modelo > 2022.2-SALAS MODELO > PROJETO INTEGRADOR GESTAO DE PROJETOS EM DIREITO'. Below the navigation bar, there is a grid of course content tiles. The tiles are arranged in two rows and four columns. The first row contains: 'Avisos', 'Esclareça suas Dúvidas', 'Boletim', and 'Pesquisa CPA'. The second row contains: 'INFORMAÇÕES GERAIS', 'UNIDADE 1', 'UNIDADE 2', and 'UNIDADE 3'. The third row contains: 'UNIDADE 4', 'PROVA N2 (A5)', and 'FÓRUMS ESCLAREÇA SUAS DÚVIDAS'. At the bottom right of the grid, there are two buttons: 'Dar Feedback' and 'Exportar'. Below the grid, there is a section titled '2 Introdução' with a sub-section 'Introdução'. The text in the 'Introdução' section reads: 'Este projeto visa estudar a Kiril Corporation, consultoria em gestão contratual, administrativa e pleitos jurídicos. Um grande número de pessoas estão tornando-se empreendedores. Esta tendência cria uma lacuna em um serviço de assessoria Jurídica e contábil mais moderno e de proximidade ao cliente. Tendo em vista isso a nossa empresa visa preencher este espaço no mercado onde cada colaborador responde por um certo número de clientes o que cria uma relação de afinidade e fideliza a clientela, onde os resultados são compartilhados aos gestores de forma eficiente. O objetivo é maximizar o crescimento dos clientes através de assessoria altamente qualificada.' To the right of the 'Introdução' section, there are two sections: 'Objetivos Gerais' and 'Objetivos Específico'. The 'Objetivos Gerais' section reads: 'Através da inovação captar novos clientes e fidelizá-los através dos resultados.' The 'Objetivos Específico' section lists three bullet points: 'Melhorar índice de satisfação do cliente', 'Aumentar a retenção de clientes', and 'Tornar-se líder entre os competidores do mercado'. Below these bullet points, there is a fourth bullet point: 'Motivar a equipe para aumentar a eficiência.'

Evidência 2



Evidência 3



Situação de Aprendizagem	Descrição
Evidência 1: Disponibilização de disciplina Projeto Integrador	Demonstração dos objetivos disciplinares, de pesquisa e práticos da disciplina.
Evidência 2: Representação das etapas do projeto	Mostra das etapas desenvolvidas pelos alunos ao longo do projeto.
Evidência 3: apresentação das equipes e porcentagem	Demonstração da atuação em equipe necessária à realização de cada projeto.

Quadro 5 – Exemplos de situações de aprendizagem do curso em que se verificam práticas integradoras e interdisciplinares.

Além dos pressupostos e conceitos contidos no modelo educacional institucional, o curso contempla a exploração dos aspectos interdisciplinares de cada conteúdo: todas as disciplinas e seus objetos do conhecimento se relacionam, bem como as metodologias e estratégias utilizadas pelos professores para desenvolver atividades práticas, reflexões e avaliações inclusivas. Essa prática traz vantagens ao aluno, que terá de realizar um trabalho reflexivo junto de seus colegas de grupo, alinhando suas ações pedagógicas com a cidadania, a equidade e a democracia em diferentes instituições de ensino. Dessa forma, o discente desenvolve o olhar crítico sobre diferentes práticas e as associa ao desenvolvimento integral, tanto pessoal como de seus futuros alunos. Contempla também a prática da avaliação formativa associada às atividades somativas, o que permite o desenvolvimento de um olhar formativo em todas as disciplinas ministradas no curso, de modo que o aluno desenvolva conhecimentos e valores atitudinais, cognitivos e procedimentais por meio de diferentes ferramentas de aprendizagem. Assim, ao realizar avaliações somativas em fim de semestre, visualiza, de modo claro, as correspondências entre a teoria e a prática. Isso o prepara para outras avaliações, tais como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), sem perder de vista suas práticas enquanto futuro professor e educador. Faz-se uso também de novas tecnologias de aprendizagem como "Mentimeter", "Padlet", "Forms", "Microsoft Educative Educator", entre outras. Dessa forma, as aulas se tornam criativas, bem estruturadas, críticas e reflexivas. O discente se envolve no processo de aprendizagem como um protagonista e, além disso, aprende, na prática, a utilizar novas tecnologias em suas ações como discente e futuro docente.

3.3.2 Matriz Curricular

A Matriz Curricular proposta para o curso apresenta a seguinte distribuição de disciplinas e carga horária:

Sem	Disciplina	CH
1	Ciência Política e do Estado	66
1	Teoria do Delito e Princípios Constitucionais Penais	66
1	Noções sobre o Sistema Único de Segurança Pública	66
1	Polícia, Prática Reflexiva e Ética Profissional	66
1	Projeto Integrador - Temas Transversais em Direito	66
1	Comunicação	66
		396
2	Penas e Medidas Alternativas	66
2	Crimes em Espécie	66
2	Criminalidade, Sociedade, Violência e Controle Social	66
2	Psicologia Jurídica	66
2	Projeto Integrador - Diagnóstico Organizacional Jurídico	66
2	Atividades Extensionistas – Módulo Preparatório	66
2	Antropologia e Cultura Brasileira	66
		462
3	Processo Penal - Rito Comum	66
3	Direito da Administração Pública	66
3	Segurança Pública e Segurança no Sistema Penitenciário	66
3	Gerenciamento de Crises e Mediação de Conflitos	66
3	Projeto Integrador - Planejamento Estratégico em Direito	66
3	Atividades Extensionistas – Módulo Avançado Aplicado Jurídico	66
3	Desafios Contemporâneos	66
		462
4	Processo Penal - Infrações e Procedimentos Criminais Especiais	66
4	Filosofia do Direito e Direitos Humanos	66
4	Políticas Públicas e Orçamento	66
4	Optativa	66
4	Projeto Integrador - Gestão de Projetos em Direito	66
4	Atividades Extensionistas – Vivência Aplicada Jurídico I	40
4	Atividades Complementares	30
		400

CARGA HORÁRIA TOTAL DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO (hora-relógio)	1.720h
ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH
Atividades Complementares	30h

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS DISPONÍVEIS AO CURSO	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	66h
Empreendedorismo	66h
Direito Constitucional	66h
Direito Administrativo: Bens Públicos e contratos administrativos	66h

3.3.3 Articulação da matriz curricular com o Perfil Profissional do egresso

O design da matriz curricular do curso atende ao desenvolvimento do perfil profissional do egresso mapeado e já supracitado neste documento, tal como pode ser observado na Figura 9.

s	DISCIPLINAS																
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	COMPETÊNCIAS GERAIS	COMPETÊNCIAS GERAL DA ÁREA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO CURSO
		19	7	5	4	10	13	5	11	10	13	11	11	7			
1	Meios Adequados de Resolução de Conflitos	6													I – ANALISAR E RESOLVER PROBLEMAS	VIII- LINGUAGEM JURÍDICA	XI - INTERVENÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA
1	Teoria do Delito e Princípios Constitucionais Penais	5													II – TRABALHAR EM EQUIPE	IX- PESQUISA JURÍDICA	XII - AUXÍLIO NA ANÁLISE JURÍDICA
1	Criminalidade, Sociedade, Violência e Controle Social	5													III – ATINGIR OBJETIVOS	X - PRÁTICA ÉTICA	XIII - POSTURA PREVENTIVA E CONCILIADORA
1	Sociedade de Risco, Segurança Privada e Ética Profissional	5													IV – ADAPTAR-SE À MUDANÇA		
1	Projeto Integrador - Temas Transversais em Direito	9													V – APRENDER E AUTODESENVOLVER-SE		
1	Comunicação	3													VI – COMUNICAR-SE ORALMENTE E POR ESCRITO		
2	Penas e Medidas Alternativas	5													VII - CULTURA DIGITAL		
2	Crimes em Espécie	5															
2	Primeiros Socorros	5															
2	Psicologia Jurídica	5															
2	Projeto Integrador - Diagnóstico Organizacional Jurídico	9															
2	Antropologia e Cultura Brasileira	3															
3	Processo Penal - Rito Comum	5															
3	Direito das Empresas Aplicado	5															
3	Segurança Empresarial e Patrimonial	6															
3	Técnicas de Segurança Pessoal, Armamentos e Munições	6															
3	Projeto Integrador - Planejamento Estratégico em Direito	9															
3	Desafios Contemporâneos	4															
4	Processo Penal - Infrações e Procedimentos Criminais Especiais	5															
4	Filosofia do Direito e Direitos Humanos	6															
4	Liderança, Cultura e Comportamento Organizacional	6															
4	Optativa	0															
4	Projeto Integrador - Gestão de Projetos em Direito	9															

Figura 9 – Articulação do currículo com o Perfil Profissional do Egresso

3.3.4 Organização do currículo por Eixos de Integração

Ao longo do currículo, as disciplinas são organizadas por **Eixos de Integração**, que visam agrupá-las em uma unidade coerente, seja por desenvolverem temas ou competências em comum, conforme pode ser observado na Figura 10.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA (CST)

Semestre	Teórica			Prática			Total	Teórica			Prática			Total	Teórica			Prática			Total	Teórica			Prática			Total	Teórica			Prática			Total	Carga Horária Semestral	Eixos de Integração	CH Total	%					
	Disciplinas	CH	0	CH	0	CH		Disciplinas	CH	0	CH	Disciplinas	CH		0	CH	Disciplinas	CH	0	CH		Disciplinas	CH	0	CH	Disciplinas	CH		0	CH	Disciplinas	CH	0	CH						Disciplinas	CH	0	CH	
1	06	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	352	38	440	Fundamentação	528	29,8%	
	Ciência Política e do Estado			Teoria do Direito e Princípios Constitucionais Penais				Noções sobre o Sistema Único de Segurança Pública			Polícia, Prática Reflexiva e Ética Profissional				Projeto Integrador - Temas Transversais em Direito			Comunicação																										
	EaD			EaD				EaD			EaD				EaD			EaD																										
2	06	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	352	38	440	Comportamento e Sociedade	284	14,9%	
	Pensos e Medidas Alternativas			Crimes em Espécie				Consciência, Sociedade, Violência e Controle Social			Psicologia Jurídica				Projeto Integrador - Diagnóstico Organizacional Jurídico			Antropologia e Cultura Brasileira																										
	EaD			EaD				EaD			EaD				EaD			EaD																										
3	06	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	352	38	440	Práticas e Habilidades	396	22,3%	
	Processos Penais - Rito Comum			Direito de Administração Pública				Segurança Pública e Segurança do Sistema Penitenciário			Gerenciamento de Crises e Mediação de Conflitos				Projeto Integrador - Planejamento Estratégico em Direito			Desafios Contemporâneos																										
	EaD			EaD				EaD			EaD				EaD			EaD																										
4	05	11	06	06	0	06	17	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	0	06	06	0	06	12	187	165	352	Práticas Complementares	0	0,0%	
	Processos Penais - Atuação e Procedimentos Criminais Especiais			Fluxo de Direito e Direitos Humanos				Políticas Públicas e Orçamento			Ostia				Projeto Integrador - Gestão de Projetos em Direito			Políticas Públicas																										
	EaD			EaD				EaD			EaD				EaD			EaD																										

3.3.6 Curricularização da Extensão

O Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Curricularização da Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/201, orienta que as atividades de extensão devem compor, de no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Tal resolução define que a Extensão no Ensino Superior é a atividade que se integra ao ensino e à pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Nesse contexto, também se leva em conta a formação das competências humanas, pois a formação acadêmica vivenciada em uma instituição — e no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU em particular — deve ultrapassar o espaço da sala de aula para articular-se com diferentes aspectos da realidade e contribuir para formação do egresso. Com isso, a instituição promoverá intensa “curricularização” de suas numerosas atividades de extensão já promovidas.

Para implementar tais princípios, a instituição delineou um **Percurso Formativo de Extensão**, que conduz o estudante ao aprendizado e ao despertar da consciência sobre as questões éticas, socioambientais atuais, cidadania, diversidade e pluralidade até a elaboração e aplicação de projetos extensionistas. Este percurso abrange os componentes curriculares denominados: Atividade Extensionista – Módulo Preparatório; Atividade Extensionista – Módulo Avançado Aplicado e Vivências Aplicadas, distribuídos ao longo do curso. Na sequência, apresenta-se a propostas dos referidos componentes curriculares:

A. Atividades Extensionistas – Módulo Preparatório

Tem como premissa o desenvolvimento do “pensamento social” na atuação profissional, levando em conta que a responsabilidade socioambiental articulada com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU - 2030), envolve uma mudança de comportamento tanto das pessoas quanto das organizações, e pressupõe a necessidade de instrumentalizar essa mudança para potencialização de seus resultados.

Os propósitos e competências a serem desenvolvidas neste componente curricular são:

- I – analisar e resolver problemas;

- II – adaptar-se à mudança;
- III – aprender a autodesenvolver-se;
- IV – comunicar-se oralmente e por escrito.

B. Atividades Extensionistas - Módulo Avançado Aplicado

É pautado pelo desenvolvimento do conhecimento de diferentes áreas de atuação profissional e social e aprendizado intra/interprofissional, por meio da integração teórico-prática para promoção do bem social, intercâmbio de conhecimento, e incremento qualidade de vida a partir da construção de propostas para a prática colaborativa em instituições e comunidades; contribuindo para a formação integral do estudante.

Os propósitos e competências a serem desenvolvidas neste componente curricular são:

- I - analisar e resolver problemas;
- II - trabalhar em equipe;
- III - atingir objetivos;
- IV - cultura digital;
- V - adaptar-se à mudança;
- VI - aprender e autodesenvolver-se;
- VII - comunicar-se oralmente e por escrito.

C. Atividades Extensionistas - Vivência Aplicada

As Atividades Extensionistas - Vivência Aplicada tem como premissas o desenvolvimento do conhecimento de diferentes áreas de formação profissional quanto às questões sociais e aprendizado em grupos interprofissionais, contribuindo para a formação integral do estudante. Exploração da integração teórico-prática na promoção do bem-estar social e melhoria da qualidade de vida a partir da prática colaborativa presencial em instituições e comunidades.

Todas as competências acima estão articuladas com o perfil do egresso, uma vez que em cada projeto o estudante deverá articular a aplicação dos conceitos teóricos em formação nos referidos projetos que serão desenvolvidos e aplicados.

Ainda, os projetos e intervenções do **Percurso Formativo Extensionista** potencializarão a produção acadêmica, integrando-se com a pesquisa, já que são componente obrigatório dos cursos, nas unidades curriculares das Atividades Extensionistas.

No que tange ao processo avaliativo de cada componente curricular, o mesmo está detalhado nos planos de ensino e prevê conceito único como: REALIZADA – NÃO REALIZADA.

3.3.7 Atividades Presenciais

O curso contempla como atividades presenciais obrigatórias a realização das Atividades Extensionistas. Poderá também haver aulas inaugurais, palestras e seminários presenciais, não obrigatórios, com transmissão simultânea para atender aos alunos que não puderem comparecer presencialmente. Além disso, as Atividades Complementares, também, poderão ser ofertadas presencialmente.

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Diante do preceito constitucional de INDISSOCIABILIDADE entre ensino, pesquisa e extensão, as políticas institucionais no âmbito do curso consideram a articulação entre esses três pilares que conduzem a significativas mudanças nos processos de ensino-aprendizagem, além de colaborar com a formação profissional dos estudantes e docentes, nos atos de aprender, ensinar, formar cidadãos e profissionais, viabilizando uma relação transformadora entre a Instituição e a sociedade.

Para isso o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prevê políticas de ensino, pesquisa e extensão já implantadas ou em fluxo contínuo de implantação, no âmbito do curso. Destaque se deve a implantação de práticas que medem o atingimento de competências profissionais gerais e específicas do perfil do egresso obtidas no âmbito das disciplinas detalhado a seguir.

3.4.1 Ensino

Em termos de ENSINO destacam-se:

a) Planos de Ensino baseados em competências, tanto gerais quanto específicas do curso

As Competências Gerais da IES, Gerais da Área e Específicas do Curso são avaliadas no âmbito da própria disciplina, já que seus objetivos de aprendizagem correspondem às competências relevantes à formação do egresso do curso, já apresentado na seção “Perfil profissional do egresso”, deste documento.

b) A avaliação de aprendizagem está relacionada aos objetivos de aprendizagem da disciplina, por sua vez, baseados em competências relevantes à formação do egresso;

c) Adoção contínua de oportunidades de aprendizagem favorecedoras do desenvolvimento de competências profissionais pautadas em metodologias ativas e no uso de avaliações formativas, detalhadas e evidenciadas na seção “Metodologia de Ensino”, mais à frente neste documento.

3.4.2 Pesquisa

Conforme destacado no PDI, a existência da PESQUISA é inseparável das atividades de ensino e extensão, contribuindo para elevação da qualidade dos processos educacionais. Para isso a Instituição conta com uma coordenação de Pesquisa no incentivo às atividades de investigação científica e tecnológica nas áreas de conhecimentos de cada curso, além do

estímulo à produção científica dos professores e estudantes. A coordenadoria incentiva à participação em encontros científicos internos e externos à Instituição, como forma de possibilitar a integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico e ampliação da pesquisa e extensão. Esse engajamento leva ao fortalecimento profissional e acadêmico do corpo docente, assim como o permanente aprimoramento do projeto pedagógico dos cursos. No âmbito da pesquisa destacam-se:

- a) O aumento dos grupos de pesquisa certificados no diretório de grupos de pesquisa no CNPq;
- b) O aumento da concessão de bolsas de iniciação científica, próprias e/ou de órgãos de fomento;
- c) A permanência dos programas *stricto sensu* que contribui com a valorização e a prática da pesquisa em todas as áreas de conhecimento.

A iniciação científica é considerada um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, e constitui uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à formação de uma nova mentalidade no estudante. Este programa tem por objetivo promover desenvolvimento da Pesquisa da Instituição, mediante o encaminhamento de estudantes de graduação para a descoberta científica, e convivência com o procedimento e a metodologia adotada em ciência e em tecnologia. Todos os estudantes participantes são orientados por um docente designado para conduzir o desenvolvimento do projeto, mediante publicação de edital.

Os programas de Iniciação Científica são gerenciados pela coordenadoria de Pesquisa, e estruturam-se da seguinte forma:

- PIBIC/FMU – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica / FMU. Orientado aos estudantes que se submeteram ao edital de iniciação científica;
- PIVIC/FMU – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica /FMU. Orientado aos estudantes que se submeteram ao edital de iniciação científica, mas não foram aprovados, sendo orientados para redirecionar seus projetos, e validarem-nos como Atividade Complementar;

Relatórios de desempenho de iniciação científica encontram-se à disposição para consulta.

A PESQUISA é elemento indissociável da tríade ensino-pesquisa-extensão, está regulamentada, conta com política de Iniciação Científica, é respaldada nos cursos *stricto*

sensu, mas não se restringe a eles, permeando toda a Instituição em nível de graduação e pós-graduação.

A promoção da iniciação científica é realizada pelos docentes, pelos coordenadores e pelo Líder de Pesquisa e Iniciação Científica da Escola da Educação. Os cursos dedicam-se à divulgação dos editais de pesquisa institucionais, promovendo palestras sobre a importância da pesquisa para o desenvolvimento científico-profissional, colaboram para a divulgação das pesquisas realizadas nas Semanas Acadêmicas dos Cursos, no Simpósio Institucional de Iniciação Científica, bem como para o Congresso Nacional de Iniciação Científica (Conic) e eventos afins e semelhantes.

3.5 ACESSIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO E OFERTA DO CURSO CONFORME MARCOS LEGAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

Em observância à legislação que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação aliada à atual política de educação especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, torna-se conveniente esclarecer o significado dos marcos legais, políticos e pedagógicos orientadores deste documento, bem como seu impacto na organização e oferta da educação. Tomando como objetivo a observação das condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos discentes com deficiência em toda a trajetória do seu ensino, apresentam-se os principais referenciais políticos e pedagógicos norteadores para garantia dos direitos da pessoa portadora de necessidades especiais:

- A Constituição Federal/1988, artigo 205, que garante a educação como um direito de todos.
- Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, que garante apoio necessário e adaptado aos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, conforme dispõe o artigo 58.
- Aviso Circular n.º 277/96, que apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
- Lei n.º 13.663/18, que altera o art. 12 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
- Decreto n.º 3.298/99, que regulamenta a Lei n.º 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
- O Decreto n.º 3.956/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Portaria n.º 2.678/02, que aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o

projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

- A Lei n.º 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras;
- A Portaria n.º 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
- O Decreto n.º 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
- Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e os direitos da pessoa surda.
- Plano de Desenvolvimento da Educação/2007, no qual o Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- O Decreto n.º 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- Decreto n.º 7.234/10, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
- Decreto n.º 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.
- Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012 que recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.
- Lei n.º 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Programa Acessibilidade ao Ensino Superior – Incluir /2013 que determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
- A Lei n.º 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Nota Técnica DAES/INEP N° 008/2015, que dispõe sobre a acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e à distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (Sinaes).
- Norma Técnica ABNT NBR n.º 9050/2015, que especifica critérios de acessibilidade arquitetônica a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Lei n.º 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Assim, a garantia a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras metodológicas, instrumental, arquitetônicas, atitudinais, comunicações e programática é assegurada em todas as atividades acadêmicas, a saber:

a) Acessibilidade metodológica e instrumental

Considerando que a preocupação é com o resultado de aprendizagem dos estudantes, a metodologia que conduz o processo de ensino-aprendizagem é fundamental. O nosso Design Acadêmico baseia-se, principalmente, em metodologias ativas apoiadas em um conjunto de ações que compõem sequências didáticas de aula. Todas as ações educacionais, independentemente da disciplina ou curso, têm como premissa a acessibilidade metodológica e instrumental, ou seja, buscam atingir todos os perfis de estudante, incluindo alunos com deficiências físicas ou cognitivas, e com diferentes estilos de aprendizagem.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: avaliações adaptadas, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos. A adoção de posturas por parte do professor em sala a fim de facilitar a captação e entendimento do que é exposto para o discente, como falar sempre de frente para os acadêmicos e a utilização de mídias especialmente adaptadas também constituem a acessibilidade metodológica. Ainda, o programa de monitorias das disciplinas prevê que monitores possam auxiliar os alunos PCDs (Pessoas com Deficiência) no ambiente de sala de aula em tempo real.

A acessibilidade Instrumental envolve a oferta de equipamentos sendo assegurada por meio das adaptações realizadas nos instrumentos, capazes de garantir às pessoas com deficiência condições de igualdade com as outras pessoas, no desenvolvimento de sua vida social. Em defesa desse tipo de acessibilidade dispomos de equipe multidisciplinar no EaD,

que, por meio de estudos, consegue adaptar os instrumentos às necessidades de cada pessoa com deficiência e, com isso, garantir sentimentos de pertencimento, valorização, independência e autonomia. Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais formas e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.

Com vistas a garantir a acessibilidade instrumental, há ferramentas que contribuem com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, comunicação e superação metodológica dos estudantes com deficiência visual e/ou auditiva. Para isso, está disponível, no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*), o HandTalk, software de tradução de texto e voz para LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais, que permite a tradução de todo conteúdo do *Ambiente Acadêmico* para LIBRAS, possibilitando a comunicação entre os surdos e ouvintes e facilitando a troca de experiências com a comunidade surda.

Além disso, nosso servidor de vídeos, Kaltura – plataforma de vídeos líder mundial de mercado, disponibiliza ferramenta de legenda automática em todos os vídeos inseridos na plataforma. Todo conteúdo presente no *Ambiente Acadêmico* é compatível com qualquer tipo de leitor para acesso não visual, no entanto, é recomendado o uso do NonVisual Desktop Access (NVDA), plataforma de código aberto de leitura de tela, gratuito e em conformidade com o *Ambiente Acadêmico*, que possibilita a comunicação com o deficiente visual por meio da síntese de voz, viabilizando o uso de computadores por deficientes visuais. Tais aplicativos impactam diretamente no desenvolvimento dos discentes, proporcionando independência nos estudos, motivação e interação com a comunidade acadêmica.

b) Acessibilidade arquitetônica e atitudinal

A eliminação das barreiras arquitetônicas, que pode ser constatada *in loco*, é de responsabilidade da área de Qualidade Acadêmica em parceria com Operações Acadêmicas, vinculada à Regulação e Suporte Acadêmico, que, com base no nosso Design Acadêmico define diretrizes pedagógicas e metodológicas gerais, que apoiam docentes e discentes nesse percurso. A Qualidade Acadêmica atua com apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) para conferir o necessário suporte e inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais, seja ela física e/ou cognitiva, e que é descrito detalhadamente neste documento na seção “Apoio ao Discente”.

A eliminação de barreiras atitudinais trata da compreensão da diversidade em diversos âmbitos, gênero, orientação sexual, deficiências, raça, religião, e são operadas conjuntamente por Qualidade Acadêmica, Responsabilidade Social e o NAP, com uma agenda denominada

#SELIGA, que são *lives* ofertadas aos alunos sobre tais temáticas associadas à empregabilidade. Além disso, o Conselho de Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos (CRCD) tem como intuito implementar as ações de educação em diversidade, Direitos Humanos e Cultura pela paz, promover e defender Direitos Humanos no âmbito da educação superior, monitorar e disseminar medidas fundamentadas na universalidade, indivisibilidade e transversalidade dos Direitos Humanos.

c) Acessibilidade comunicacional e programática

A eliminação das barreiras de comunicação e programática são de responsabilidade de todos os setores, mas principalmente do Marketing e da Educação a Distância. Todas as disciplinas oferecidas no curso contam com acesso ao *Ambiente Acadêmico*, constituindo o ambiente virtual de apoio às aulas ministradas presencialmente e a distância. Todos os docentes utilizam, em graus variados, o ambiente virtual de aprendizagem. Essa possibilidade alinha a velocidade de comunicação e acesso às informações aos padrões de exigência atuais do perfil dos estudantes.

A acessibilidade Comunicacional está garantida aos nossos estudantes através da presença de intérpretes de libras que acompanham o aluno em sala de aula, da adaptação de materiais escritos como materiais de estudo (artigos, livros, aulas e provas) e uso de recursos tecnológicos, que vão desde a inserção de legendas em vídeos até a disponibilização de softwares como NVDA® e Handtalk® - tanto nos computadores das IES quanto nos ambientes virtuais (sites e Moodle®).

Já a acessibilidade Programática ocorre através da disponibilização de materiais informativos sobre os direitos dos alunos PCDs, tanto aos estudantes quanto aos demais níveis institucionais. Todos os regimentos de nossas instituições garantem a efetivação de políticas de acessibilidade, sendo reforçadas através de políticas como a do NAP e de materiais como o Guia de Orientações aos Docentes sobre como adaptar suas aulas de modo que sejam universalmente acessíveis e inclusivas.

3.6 METODOLOGIA DE ENSINO/APRENDIZAGEM

3.6.1 Fundamentação metodológica e concepção do processo de ensino-aprendizagem

O **Centro Universitário Das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU** busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, o nosso Design Acadêmico, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas, com destaque para Piaget, Vigotsky e Ausubel.

A aprendizagem é entendida como um processo ativo, por meio do qual conhecimentos, habilidades e atitudes são construídos pelo sujeito que aprende a partir da relação que estabelece com o mundo e com as pessoas com quem se relaciona. Nesse sentido, o papel do docente se transforma, deixa de ser aquele que “transmite” conhecimentos que serão “absorvidos” pelos estudantes nos moldes da “educação bancária” de Paulo Freire, para ser aquele que provoca a curiosidade e a autonomia por meio da articulação e organização de estratégias de aprendizagem que provoquem conflitos e mudanças nas estruturas mentais dos estudantes. Nas palavras de Zabala (1998, p.63):

Em tudo isto desempenha papel essencial a pessoa especializada, que ajuda a detectar um conflito inicial entre o que já se conhece e o que se deve saber, que contribui para que o aluno se sinta capaz e com vontade de resolvê-lo, que propõe o novo conteúdo como um desafio interessante cuja resolução terá alguma utilidade, que intervém de forma adequada nos progressos e nas dificuldades que o aluno manifesta, apoiando-o e prevendo, ao mesmo tempo, a atuação autônoma do aluno.

Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente. É esse movimento que torna a aprendizagem significativa, como aponta Ausubel. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Como ensinou Piaget, os conflitos cognitivos são a alavanca para a aprendizagem, por criarem desequilíbrios cognitivos que induzem uma adaptação, ou busca de equilíbrio, exigindo do estudante um trabalho constante de assimilação e/ou acomodação do objeto ou novos conceitos às estruturas cognitivas.

Independentemente do estágio em que os seres humanos se encontrem a aquisição de conhecimentos, segundo Piaget, acontece por meio da relação sujeito/objeto. Esta relação é dialética e se dá por processos de assimilação, acomodação e “equilibração”. O dinamismo da equilibração acontece através de sucessivas situações de equilíbrio - desequilíbrio - reequilíbrio que visam, por assim dizer, “dominar” o objeto do conhecimento. (PÁDUA, 2009, p. 34).


Para que essas elaborações venham a acontecer, a Instituição busca desenvolver currículos que incorporem a aprendizagem ativa, aqui definida como um “método instrucional que engaje o estudante no processo de aprendizagem (...) que requeira aos estudantes que façam atividades de aprendizagem significativas e reflitam sobre o que estão fazendo” (PRINCE, 2004, p.1).

A aprendizagem ativa vem há tempos sendo apontada como um dos pilares das boas práticas na educação superior, como indicaram Chickering e Gamson, em 1987, no texto clássico *Seven Principles for Good Practice in Undergraduate Education*.

Nesse escopo podemos encontrar um *continuum* que vai de estratégias que buscam envolver o estudante numa atividade intelectual, tais como *Think-Pair-Share*, *Snowball*, ou *Brainstorming* até metodologias mais sistematizadas, como Aprendizagem Colaborativa, Baseada em Projetos e Aprendizagem Baseada em Problemas, sempre organizadas e orientadas pelas competências profissionais expressas no projeto pedagógico de cada curso e nos objetivos de aprendizagem da disciplina e da aula.

Em experiências de situações de aprendizagem práticas, há o uso de significativas metodologias de aprendizagem e avaliação no curso, conforme pode ser evidenciado nos Planos de Ensino.

São exemplos de situações de aprendizagem com uso de metodologias ativas inovadoras no curso (Quadro 7):

Situação de Aprendizagem	Descrição
	<p>Disciplina: Projeto Integrador em Gestão em Direito Proposta: Elaborar um projeto</p>

Quadro 7 – Exemplos de situações de aprendizagem do curso com uso de metodologias ativas significativas e inovadoras

As práticas pedagógicas adotadas pela Instituição se apoiam ainda na perspectiva Vigotskyana de aprendizagem de que é na interação entre as pessoas que se constrói o conhecimento. Conforme afirma Martins, “a apropriação da cultura pelo indivíduo não acontece de forma passiva: este, ao receber do meio social o significado convencional de um determinado conceito, interioriza-o e promove, nele, uma síntese pessoal” (1997, p. 111).

Nesse sentido, faz-se central o trabalho com estratégias de aprendizagem colaborativas e cooperativas, efetivas para a elevação dos resultados de aprendizagem dos estudantes (PRINCE, 2004, p. 5).

Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do **percurso formativo** desenhado para as disciplinas, que é constituído pelos seguintes elementos didáticos:

- **Identificação das competências** previstas para serem desenvolvidas na disciplina, que advém de um mapeamento prévio que correlaciona a matriz curricular com o perfil do egresso a fim de localizar em que disciplinas do curso cada competência deve ser desenvolvida, como pôde ser observado nas seções “Perfil Profissional do Egresso” e “Articulação da matriz curricular com o Perfil Profissional do egresso” deste documento e materializado nos Planos de Ensino.
- **Identificação dos temas**, isto é, dos conteúdos previstos para serem desenvolvidos. A seleção dos temas advém da ementa da disciplina.
- **Identificação e sinalização dos objetivos de aprendizagem:** a partir de articulação entre as competências e os temas que devem ser desenvolvidos na disciplina, elaboram-se adequadamente os objetivos de aprendizagem pertinentes para a aprendizagem dos discentes. Além disso, há a sinalização das habilidades mais importantes que os estudantes precisam aprender nas disciplinas, a fim de que se dedique maior carga

horária para o seu desenvolvimento, assim como, possam ser avaliadas de forma concreta nos procedimentos avaliativos

- **Seleção do espaço formativo:** são locais articulados e planejados para que a experiência formativa ocorra, visto os princípios conceituais e operativos definidos e articulados na concepção e organização curricular, bem como na execução e funcionamento do curso. São espaços presenciais ou virtuais, acadêmicos ou não, de prática simulada ou real, cenários de atuação, instituições, empresas e organizações, conforme a modelagem do modelo interacional e da matriz interacional construída e planejada para o curso/área/IES e seguem uma definição padronizada.
- **Utilização de sequência didática padronizada:** a utilização da mesma estrutura didática nas diferentes situações de aprendizagem do curso, não importa onde ela ocorra (sala de aula, laboratório, ambiente virtual, aula de campo etc.), garante a presença de elementos didáticos mínimos que conferem a qualidade da aprendizagem e favorece o contexto necessário para o desenvolvimento de competências. Desse modo, a sequência didática de nossas situações de aprendizagem é estruturada em 3 etapas significativas, a saber: **Contextualização** (início), **Atividade de Aprendizagem** (meio) e **Finalização** (fim), havendo ainda o uso de atividades extras, que podem servir de gatilho para a aprendizagem em um próximo momento ou de verificação do aprendizado de uma ou mais situações de aprendizagem ocorridas.

Assim, a nossa sequência didática garante em todas as nossas experiências de aprendizagem, sejam presenciais ou online:

- O **desenvolvimento da meta-aprendizagem**, levando o discente a avaliar e regular o seu próprio processo de aprendizagem para fazê-lo mais consciente e melhorá-lo. Na sequência didática de aula presencial, a meta-aprendizagem é desenvolvida no início da aula (Contextualização) quando o discente é levado a regular o que irá aprender (explicitação dos objetivos de aprendizagem pelo docente) e na fase de Finalização da aula, quando o discente é levado a verificar o que aprendeu, recebendo feedback do professor sobre o que precisa melhorar para avançar em seu aprendizado. Além disso, o professor auxilia o discente a regular sua aprendizagem através das atividades extraclasse. No contexto da disciplina online, a meta-aprendizagem é desenvolvida na apresentação da disciplina e unidade de estudo (Contextualização), quando o discente é levado a regular o que irá aprender (explicitação dos objetivos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem), e na fase de Finalização do conteúdo da unidade (seções "Pratique e Compartilhe" e "Atividade Avaliativa", por exemplo), quando o

discente é levado a verificar o que aprendeu, recebendo feedback imediato para que possa se autoavaliar e verificar o que precisa melhorar para avançar em seu aprendizado.

- **Avaliação contínua da aprendizagem:** valorização da avaliação diagnóstica, na etapa de Contextualização, e da avaliação formativa, na etapa de Finalização, com feedback significativo.
- **Contexto propício para o desenvolvimento de competências:** uma vez que na etapa de Atividade de Aprendizagem os discentes aprendem, prioritariamente, através de metodologias ativas e em contextos da prática profissional.

Enfim, o percurso formativo em cada disciplina do curso, conforme supracitado, pode ser representado nas Figura 12 a seguir:

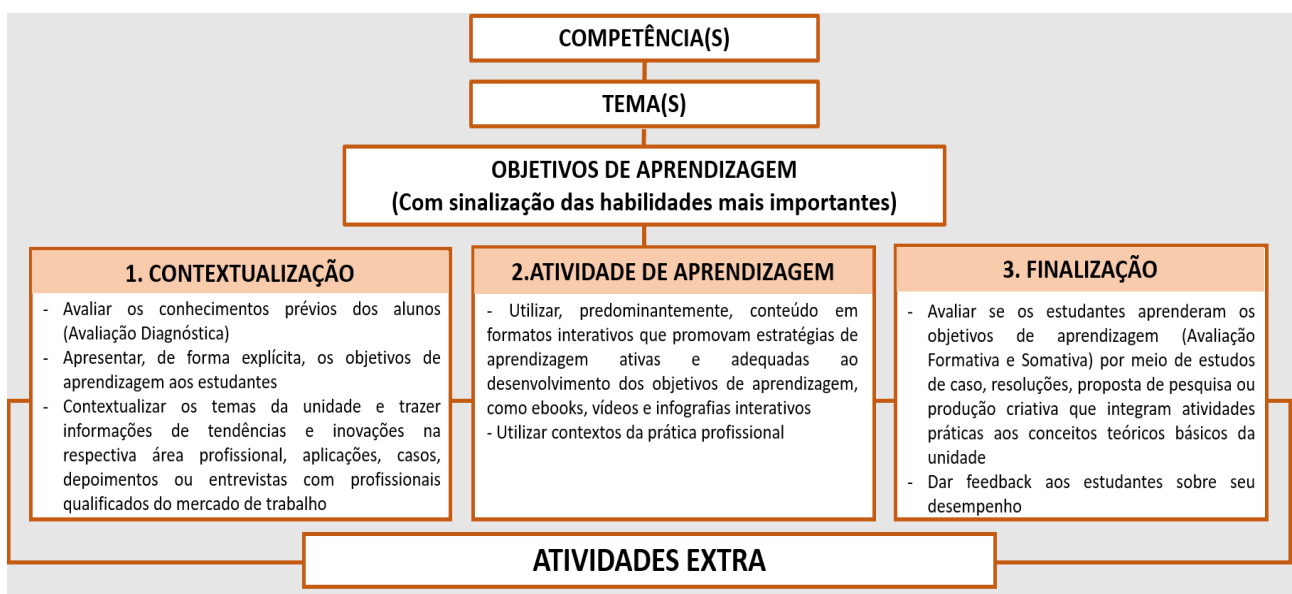


Figura 12 – Percurso Formativo do curso em disciplinas online

3.6.1 Concepção das disciplinas EAD

Com vistas a garantir resultados de aprendizagem, é disponibilizado um Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*), além de tutoriais que detalham as características da modalidade de educação a distância e o funcionamento do ambiente, promovendo a familiarização dos estudantes com a modalidade a distância.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) inauguraram um novo patamar de inovação para a educação nos vários níveis de formação. Nesse contexto, a

Educação a Distância (EAD) surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede.

De acordo com o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, art. 1º,

...considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (MEC, 2017).

A concepção para EAD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas no modelo *web-based*.

No modelo *web-based*, o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por tutores que dão suporte à atuação dos professores por meio das TDICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva as competências necessárias para a formação dos futuros profissionais.

Com base nessa concepção, foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do discente para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. A opção da Instituição é pelo uso da metodologia ativa, não apenas em seus cursos e disciplinas presenciais, mas também nos cursos e disciplinas oferecidos na modalidade a distância. Cada disciplina contém uma trilha de aprendizagem pautada no percurso formativo e baseada nas metodologias ativas, e os conteúdos são concebidos em múltiplos formatos, garantindo abordagem adequada à necessidade de cada disciplina, conforme o Plano de Ensino.

Nesse âmbito, a força motriz se baseia na provocação, no estímulo à curiosidade, nos conhecimentos prévios e na capacidade de pesquisar e de interagir com ideias e pessoas. Daí a importância da mediação didático-pedagógica que inclui a participação ativa pela busca do conhecimento por meio de experiências reais ou simuladas, com o objetivo de desenvolver a capacidade de resolver problemas com sucesso.

Essa metodologia está baseada na proposta da Aprendizagem Baseada em Problemas. É um método centrado no estudante, que tem como ponto de partida um problema, estimulando o estudo e atuando como fio condutor da construção do conhecimento. A Aprendizagem Baseada em Problemas é apoiada pelo uso intensivo de conteúdos voltados ao mercado de trabalho e atividades relacionadas à prática profissional.

Alinhada a esse pressuposto, na Instituição, a modalidade a distância está alicerçada nos pilares pedagógicos que constituem as etapas significativas da sequência didática padronizada do percurso formativo já supracitado (Figura 7).

3.6.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA que permite estruturar o modelo pedagógico para EAD na Instituição é o “*Ambiente Acadêmico*”, que é considerado líder mundial em plataformas de *e-learning* e destaca-se pela sua flexibilidade pedagógica, amplitude de funções e por suas características simples e intuitivas para o aprendiz à distância e apoio ao ensino presencial.

O *Ambiente Acadêmico* é utilizado por milhares de usuários e é referência em educação a distância no mundo. Sua escolha se valeu pela viabilidade de integração com o sistema acadêmico e pela acessibilidade e escalabilidade. Nesse sentido, a plataforma assegura a regularidade de registros acadêmicos, garante o acesso às pessoas com deficiências e suporta um grande número de cursos e usuários simultâneos, além de oferecer funcionalidades de publicação de conteúdos em diferentes formatos e sob condições adaptáveis.

Para convergir com os propósitos pedagógicos institucionais alinhados ao uso de metodologias ativas, o *Ambiente Acadêmico* foi customizado e estruturado com recursos de comunicação, interação, aprendizagem, avaliação e acompanhamento.

É também favorecida a utilização de recursos para realização e entrega de atividades individuais e coletivas, com os respectivos registros de participação dos estudantes, de acompanhamento dos docentes e de exibição de resultados de avaliação, viabilizando o uso das funções gerenciais importantes para correção de quaisquer desvios eventuais.

Todas as disciplinas oferecidas contam com acesso ao *Ambiente Acadêmico*, constituindo o ambiente virtual de apoio às aulas ministradas presencialmente e a distância. Há oferta frequente de programas de capacitação para uso do *Ambiente Acadêmico* em diferentes níveis. Todos os docentes utilizam, em graus variados, o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essa possibilidade alinha a velocidade de comunicação e acesso às informações aos padrões de exigência atuais do perfil dos estudantes.

A fim de promover e garantir o uso abrangente do Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*), são disponibilizados tutoriais sobre a metodologia do EAD bem como todas as funcionalidades do AVA, fomentando a familiarização e a capacitação dos estudantes com o ambiente e as disciplinas na modalidade a distância.

3.6.3 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino-aprendizagem

A Instituição acredita que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação favorece a geração de novos conhecimentos e a viabilização de novas oportunidades. Ao discorrer sobre suas diretrizes pedagógicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional enfatiza o ensino em bases tecnológicas – sem prescindir de valores referentes à formação integral e humanística do indivíduo – destacando a competência tecnológica “Cultura Digital”, prevista para ser desenvolvida em todos os cursos.

A concepção institucional e oferta de EAD e o próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*) estão solidamente estruturados segundo as NTICs, e são inspirados por cinco conceitos norteadores do EAD atual:

- **Acessibilidade:** materiais didáticos acessados por todos a qualquer tempo.
- **Mobilidade:** conteúdos acessados por meio de *tablets*, *smartphones* e computadores, além de *e-books* para impressão.
- **Interatividade:** objetos de aprendizagem interativos, baseados em um intenso processo que envolve dialogismo, hipertextualidade e multimediatização, garantindo a transmissão de conteúdos de forma mais intuitiva e dinâmica.
- **Interação:** conjunto de ferramentas que garante a possibilidade de comunicação e interação entre estudantes, tutores e professores, permitindo retorno imediato por meio de ferramentas textuais e audiovisuais.
- **Cooperação:** incentivo aos estudantes para que compartilhem materiais e produzam conhecimentos de forma colaborativa.

Essas premissas são responsáveis diretas pela otimização e qualidade do processo de ensino-aprendizagem, conferindo um conjunto de características e qualidades que atendem ao perfil dos estudantes da atualidade.

Para potencializar o processo educativo das disciplinas oferecidas na modalidade a distância, há mecanismos efetivos de interação e comunicação que permitem executar em profundidade o projeto pedagógico do curso, garantindo acessibilidade digital e comunicacional e cooperação entre seus usuários: coordenadores, professores, tutores e

estudantes, assegurando acesso aos seus recursos didáticos 24 horas por dia, 7 dias na semana, com segurança do registro de seus dados.

Os principais **mecanismos de comunicação** adotados são:

- **Trilhas de Aprendizagem:** hipertexto que apresenta os links e acessos aos conteúdos de forma dinâmica e contextualizada.
- **Avisos:** publicados no ambiente da disciplina e encaminhados via e-mail aos estudantes, onde os tutores destacam os conteúdos das aulas e atividades.
- **SMS/Whatsapp:** mensagens enviadas aos estudantes como lembrete e sensibilização das principais datas e atividades de aprendizagem.
- **E-mail:** comunicados enviados ao endereço eletrônico dos estudantes, com informações sobre as atividades de cada unidade de aprendizagem, *links*, avisos, orientações e esclarecimentos.
- **Fórum:** onde ocorre a interação assíncrona entre tutores e estudantes.
- **Contatos:** informações sobre os contatos com profissionais envolvidos no atendimento ao estudante para esclarecimento de dúvidas técnicas, financeiras, administrativas e acadêmicas.
- **Telefone:** contato da Central de Atendimento disponibilizado aos estudantes.

Esses canais de interação e comunicação seguem um padrão em todas as disciplinas, facilitando a apropriação pelos estudantes a respeito do AVA e seus recursos, e do modelo educacional operado. Igualmente, o padrão é importante para guiar os tutores e professores em seu trabalho, ao mesmo tempo em que definem requisitos mínimos de qualidade válidos e facilita a gestão da EAD.

Coordenador, professores e tutores prestam suporte pedagógico aos estudantes na modalidade EAD. Além disso, a instituição provê também aos alunos atendimento psicopedagógico para aqueles com deficiências ou necessidades especiais, conforme detalhado na seção “Apoio ao discente”.

Como parte do processo de avaliação institucional, a oferta de disciplinas EAD, incluindo as NTICs utilizadas, são periodicamente avaliadas pelos estudantes e equipe pedagógica. Relatórios de avaliação estão disponíveis para consulta.

3.6.4 Atividades de tutoria

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EAD adotado pela Instituição, porém, a assistência direta aos estudantes depende

da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de tutores, que apoiam a atuação docente, no esclarecimento de todas as dúvidas dos estudantes relacionadas a temas distintos do conteúdo da disciplina.

O professor é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas e pela criação de estratégias de mediação pedagógica significativas para o estudante, enquanto o tutor é responsável por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem. Além disso, os tutores atuam como facilitadores do contato entre o estudante, a instituição e o conteúdo; assim, publicam avisos semanais, acompanham os indicadores de qualidade e estimulam a participação dos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As atividades de tutoria garantem o acompanhamento permanente do estudante e a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, os professores trabalham na composição das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento, mantêm os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e de outras atividades.

Uma questão crucial é a clareza dos papéis e atribuições de cada um dos atores do modelo pedagógico EAD da Instituição, conforme delimitado a seguir:

a) Atribuições do Tutor

- Observar e cumprir o regimento, políticas e determinações da Instituição e de seus órgãos e colegiados internos.
- Mediar os processos educativos, orientando os estudantes e acompanhando as atividades (avaliativas e não avaliativas); atuando como facilitador e incentivador, oferecendo suporte quando requerido.
- Acolher, acompanhar, e prestar suporte ao estudante acompanhado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, conforme orientação.
- Auxiliar os estudantes na navegação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA; orientando a realização das atividades de aprendizagem, interação e avaliação, bem como sobre o cumprimento dos prazos determinados.
- Atuar intensivamente na comunicação com os estudantes, buscando e monitorando o seu engajamento.

- Acompanhar as tarefas diárias no cronograma de ações disponibilizado no canal oficial de comunicação da Tutoria.
- Monitorar os canais oficiais de comunicação, atendendo as solicitações e demandas.
- Conferir a inserção do material didático e objetos de aprendizagem no AVA, realizando verificação periódica nas unidades curriculares em relação às suas funcionalidades e aos materiais complementares.
- Inserir material complementar na disciplina, em conformidade com as orientações dos docentes.
- Orientar, na forma e limites de sua designação específica, os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, projetos e atividades de estágio.
- Notificar a área responsável, quando da necessidade de ajustes nas salas virtuais das disciplinas.
- Aplicar as rubricas de avaliação elaboradas pelos professores às verificações de aprendizado e às solicitações de revisão feitas pelos estudantes.
- Atender as solicitações oriundas da gestão da EaD; e comparecer às reuniões (presenciais ou virtuais) quando solicitado.
- Desenvolver ações de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência.

b) Atribuições do NEaD

- Organizar, presidir e registrar as reuniões da Equipe Multidisciplinar.
- Acompanhar os planos de ações da Equipe Multidisciplinar.
- Acompanhar o processo de migração das notas do AVA para o Sistema Acadêmico da IES.
- Garantir o acesso dos estudantes e dos professores ao AVA.
- Ambientar os estudantes calouros ao AVA, por meio de ferramentas, instrumentos e treinamentos digitais.
- Acompanhar a ambientação e o engajamento dos estudantes por meio de indicadores e agir sobre essas informações.
- Apoiar as atividades do corpo docente e tutorial, inclusive no engajamento estudantil.
- Apoiar os estudantes em dúvidas sobre o AVA.
- Apoiar os colaboradores, docentes e administrativos, em dúvidas sobre o AVA.
- Atender dúvidas administrativas dos estudantes, mantendo o devido registro.
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes.

- Incentivar os Estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos, fóruns e demais atividades previstas na disciplina.
- Orientar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma para realização e entrega das atividades de aprendizagem.

3.6.5 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à tutoria

Tutores são os atores que mais interagem com os estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem, daí a importância de terem formação acadêmica na área da disciplina; conhecimento especializado dos temas abordados; e disposição didática para a EAD, o que engloba o uso adequado de estratégias de comunicação, metodológicas e de relacionamento, além do próprio domínio de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Ambiente Acadêmico*).

Para que correspondam às expectativas e potencializem suas competências, Tutores são capacitados para atuar em EAD e para utilizar o ambiente virtual. Essa capacitação orientada para fins educacionais contempla: docência no século XXI; TICs; potencialidades da Internet incluindo ferramentas e recursos web disponíveis; especificidades do ambiente virtual; e estratégias de ensino-aprendizagem e indicadores de qualidade na EAD.

Além disso, Tutores participam de reuniões, recebem suporte técnico e pedagógico e têm oportunidade de trocar informações sobre melhores práticas, o que facilita a identificação e adoção de práticas inovadoras de retenção e sucesso acadêmico dos estudantes. E ainda dispõem de uma área virtual de apoio que disponibiliza materiais diversos: manuais e tutoriais, modelos, recursos digitais (objetos de aprendizagem, bancos de questões e de atividades, animações etc.).

De modo a garantir a melhoria contínua das atividades de mediação pedagógica, e como parte das ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), todos os atores são avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica. A retroalimentação com os atores é realizada e os relatórios de avaliação são compartilhados, além de ficarem disponíveis para consulta.

3.6.6 Material didático das disciplinas online

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, a gerência acadêmica, em conjunto com uma equipe multidisciplinar definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e acessibilidade metodológica e instrumental, além das

orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

A equipe multidisciplinar é composta por:

- NEAD
- Qualidade Acadêmica
- Design Educacional
- Tecnologia Educacional
- Produção de Conteúdo
- 1 Professor e 1 Tutor de cada área de conhecimento.

De maneira direta, o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O **material referencial** é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor e disponibilizado em formato de livro eletrônico, videoaulas interativas e objetos de aprendizagem interativos. Está estruturado em conformidade com a sequência didática do percurso formativo da disciplina online e dividido de acordo com as seguintes premissas pedagógicas:

- **Fato gerador:** primeira seção do material denominado “INSPIRE-SE”. Nesta etapa, o estudante é provocado e instigado a explorar como os conteúdos da disciplina são transpostos ao mercado de trabalho. Os temas apresentados são contextualizados ao perfil do estudante e relacionados a conceitos aplicados no cotidiano profissional da área. São casos e situações reais experimentados por leigos ou profissionais, apresentando problemas e resoluções que exemplificam a importância do estudo da disciplina, além de possibilitarem a apresentação de tendências, inovações e desafios do mercado de trabalho. Em sua maioria, são constituídos por mídias em formato de vídeo entrevista, vídeo reportagem, vídeo animação ou vídeo conceitual.
- **Exploração:** segunda seção denominada “EXPLORE”. É a etapa na qual o estudante tem a oportunidade de se apropriar dos conceitos básicos em uma linguagem dinâmica e adequada à plataforma digital, no formato de livro eletrônico. Utilizando bibliografias de referência nacional e internacional, o material apresentado engloba textos, imagens, esquemas, tabelas, vídeos e infografias interativas. Todo o material é original e tem autoria. A organização dos livros eletrônicos respeita os conteúdos previstos nas ementas e bibliografias das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino. Eles são interativos e visualizados em meios eletrônicos, e podem ser impressos. Em sua

elaboração, predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano profissional a partir de exemplos, estudos de casos, exercícios e práticas. As aulas interativas bem como os objetos de aprendizagem interativos destacam a aplicação de conceitos, contextualizando e reforçando ideias contidas no livro eletrônico, e fazem a conexão com a atuação profissional. As videoaulas são apresentadas por professores e trazem a aplicação de conceitos e consolidação dos temas abordados no livro eletrônico. Dentro do vídeo, para cada tema, há uma atividade formativa no modelo múltipla escolha com *feedback* automático; o estudante também tem acesso a todos os *feedbacks* ao término do vídeo. Adicionalmente, podem contar com o apoio de imagens, infográficos ou outros elementos em tela. Os objetos de aprendizagem podem ser apresentados em forma de infográfico, ilustração, animação, vídeo, *podcast*, *game*, vídeos 360° e realidade virtual, e têm como objetivo principal proporcionar a integração dos conteúdos e interação;

- **Integração:** terceira seção intitulada “PRATIQUE E COMPARTILHE”. Nesta etapa, o estudante tem a oportunidade de aplicar os conceitos aprendidos na seção “EXPLORE” em uma atividade formativa – ou seja, não pontuada – que pode se apresentar como: estudo de caso, proposta de construção de projetos, mapas conceituais, produção multimídia, dissertações, resenhas e relatórios, realização de pesquisa, visitas técnicas, participação de *wikis*, fóruns, entre outros. Todas as atividades desta seção têm *feedback* imediato ao estudante com rubricas de respostas para que possa se autoavaliar. Como forma de instigar a interação entre os estudantes, os resultados da atividade devem ser compartilhados em um fórum destinado exclusivamente a este fim.

O **material complementar**, denominado também como “Saiba Mais”, é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos professores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial. Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, *podcasts*, vídeos, *softwares*, ilustrações, entrevistas, indicações de *sites*, sugestões de filmes e *softwares*. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo e estimular o aprofundamento no tema.

3.6.7 Procedimentos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem online

Os recursos de aprendizagem são apresentados nas disciplinas a partir de Trilhas de Aprendizagem que são formuladas na estrutura de hipertexto. Nelas, ocorre a contextualização e a problematização do tema proposto, e os *links* e acessos aos conteúdos são apresentados

de forma dinâmica e prática. Assim, a aprendizagem é organizada de forma significativa e centrada no estudante a partir de experiências profissionais cotidianas. As trilhas de aprendizagem são compostas de: contextualização; materiais referenciais; e materiais complementares (Saiba Mais), conforme supracitado.

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos:

- **Acompanhamento das atividades do estudante:** conjunto de recursos disponíveis no *Ambiente Acadêmico* que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam os tutores a fazerem orientações pontuais.
- **Avaliação do processo pedagógico:** recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar, da satisfação e da insatisfação dos recursos apresentados, além da avaliação do processo pedagógico de cada disciplina.

3.7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A Instituição acredita que a avaliação faz parte do processo ensino-aprendizagem e que por meio dela é possível inferir resultados de desempenho de estudantes e de professores. Os instrumentos de avaliação utilizados são baseados nos objetivos de aprendizagem propostos e sistematicamente validados pelas coordenações de curso.

Os métodos de ensino adotados institucionalmente exigem a prática de metodologias ativas acompanhadas por **avaliações formativas** que visam a promover feedback permanente tanto aos estudantes quanto aos docentes, sobre os avanços relativos ao percurso de aprendizagem proposto no Plano de Ensino.

Além das avaliações formativas, importantes para a evolução das aulas, há também as **avaliações somativas** que são adotadas para fins de cálculo de nota e que configurarão no histórico escolar dos estudantes, bem como as **avaliações diagnósticas**, que avaliam o nível de aprendizado e do desenvolvimento dos estudantes. Pode ocorrer no início de cada unidade de ensino e em períodos pontuais durante a formação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, em seu art. 24, inciso V, indica que a avaliação deve ser: "uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período". A instituição segue essa orientação desenvolvendo a avaliação de aprendizagem em duas etapas denominadas N1 e N2, conforme explicitado em seu Regimento Acadêmico e descrito a seguir.

3.7.1 Critérios e procedimentos para avaliação da aprendizagem: disciplinas presenciais

a) Avaliação de disciplinas teóricas ou teórico práticas

A Média Final (MF) da disciplina considera os seguintes elementos e valores:

N1	N2
<p>A1 – Avaliação(ões) a ser(em) definida(s) de acordo com os objetivos de aprendizagem</p> <p>[nota de 0 a 10]</p>	<p>A2 – Avaliação(ões) a ser(em) definida(s) de acordo com os objetivos de aprendizagem (10,0 pontos) +</p> <p>[nota de 0 a 10]</p> <p style="text-align: center;">OU</p> <p>SUB – Avaliação Substitutiva</p> <p>[nota de 0 a 10]</p>

A Média Final (MF) é calculada por meio da média ponderada das duas notas, N1 e N2, com peso, respectivamente de 40% e 60%, resultante da seguinte equação:

$$MF = (N1*0,4) + (N2*0,6)$$

Para aprovação, a Média Final deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis), além da necessária frequência mínima de 75% nas aulas.

O estudante que não realizar a A2 ou não atingir a média final 6,0 (seis) na disciplina, poderá realizar uma Avaliação Substitutiva (SUB), cuja nota substituirá a nota de A2 obtida, caso seja maior.

b) Avaliação de disciplinas práticas ou de projetos

A Média Final (MF) da disciplina considera os seguintes elementos e valores:

N1	N2
A1 – Avaliação(ões) a ser(em) definida(s) de acordo com os objetivos de aprendizagem [nota de 0 a 10]	A2 – Avaliação(ões) a ser(em) definida(s) de acordo com os objetivos de aprendizagem [nota de 0 a 10]

A Média Final (MF) é calculada por meio da média ponderada das duas notas, N1 e N2, com peso, respectivamente de 40% e 60%, resultante da seguinte equação:

$$MF = (N1*0,4) + (N2*0,6)$$

Para aprovação, a Média Final deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis), além da necessária frequência mínima de 75% nas aulas.

Não há Avaliação Substitutiva nas disciplinas práticas ou de projetos.

3.7.2 Critérios e procedimentos para avaliação da aprendizagem: disciplinas a distância.

O uso de tecnologias na educação já se tornou uma prática aceita, e até esperada, no contexto atual de transformação e inovação constante nas dimensões culturais, econômicas e tecnológicas. Esse uso agora estende-se aos algoritmos e aplicativos de Inteligência Artificial

(IA), aprendizado de máquinas e redes neurais nos diversos espaços que permeiam a educação.

A automação simplifica processos repetitivos e permite que o tempo dos docentes seja dedicado à personalização e desenvolvimento de soft skills nos estudantes. Não há, por ora, um futuro em que a IA substitua o docente. Ao mesmo tempo, o papel do docente não continua o mesmo, pois passa por uma transformação contínua em que sua experiência e expertise são melhores aproveitadas e potencializadas para guiar e mediar a experiência formativa do estudante.

Em busca do constante aprimoramento e inovação, a instituição já faz uso de correção automática de atividades avaliativas objetivas. Além disso, a ferramenta permite a correção com mais consistência, coerência e eficiência, uma vez que os mesmos parâmetros são aplicados em cada correção, com objetividade e imparcialidade. O algoritmo é treinado com base em expertise do docente e testes extensos e calibração periódica são realizados para garantir eficácia e acurácia. Vale ressaltar que a ferramenta não é utilizada em atividades avaliativas que envolvam questões de lógica e cálculos, nem nos relatórios de estágio, trabalhos de conclusão de cursos e disciplinas de projetos.

a) Avaliação de disciplinas teóricas ou práticas

A Média Final (MF) da disciplina considera os seguintes elementos e valores:

N1				N2
A1	A2	A3	A4	
Atividade dissertativa ou objetiva [nota de 0 a 10]	Atividade dissertativa ou objetiva [nota de 0 a 10]	Atividade dissertativa ou objetiva [nota de 0 a 10]	Atividade dissertativa ou objetiva [nota de 0 a 10]	A5 – Avaliação dissertativa ou objetiva [nota de 0 a 10] OU A6 – Avaliação Substitutiva [nota de 0 a 10]

$$\text{Cálculo N1: } \frac{A1 + A2 + A3 + A4}{4}$$

A Média Final (MF) é calculada por meio da média ponderada das duas notas, N1 e N2, com peso, respectivamente de 40% e 60%, resultante da seguinte equação:

$$\mathbf{MF = (N1*0,4) + (N2*0,6)}$$

Para aprovação, a Média Final deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis), além da necessária frequência mínima de 75% nas aulas, que corresponde a realização de, no mínimo, três das quatro Atividades Avaliativas da N1.

O estudante que não realizar a A5 ou não atingir a média final 6,0 (seis) na disciplina, poderá realizar uma Avaliação Substitutiva (A6), cuja nota substituirá a nota de A5 obtida, caso seja maior.

c) Avaliação de disciplinas práticas ou de projetos

Terão seu resultado final expresso em nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez). Terá um registro único (NF), que deve ser dado mediante rubrica de avaliação, com base nas competências estabelecidas pela instituição, pela área e pelo curso.

O estudante será considerado aprovado na disciplina caso obtenha no mínimo a nota 6 (seis). Não há Avaliação Substitutiva nas disciplinas práticas ou de projetos.

3.8. EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O critério de aproveitamento de competências profissionais adquiridas previamente pelo estudante é o mesmo previsto no Regimento Geral, a saber:

- É permitido ao aluno o aproveitamento extraordinário de estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, que poderá resultar em abreviação da duração de seus cursos, desde que atendidos os prazos previstos em Calendário Acadêmico e as condições estabelecidas neste Projeto Pedagógico do Curso.

O processo de verificação de extraordinário aproveitamento de estudos segue regulamentação própria estabelecida pelo Colegiado de cada Curso.

3.10 AUTOAVALIAÇÃO

A instituição, em atendimento às diretrizes Sinaes e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (Conaes), mantém desde 2004, uma **CPA** que atua junto a todos os setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas. Esse processo, como sinalizado, é conduzido pela CPA, cuja rotina é definida em regulamento próprio disponível para consulta.

A experiência adquirida no processo de autoavaliação possibilita aos gestores, coordenadores de cursos, corpo discente, docente e técnico-administrativo, terem acesso a um balanço crítico de caráter analítico e interpretativo sobre a Instituição. Esse balanço crítico contém sugestões de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica, expressando os desafios, perspectivas e aferições das ações que ocorrem na Instituição.

Possuir um sistema de autoavaliação permanente na Instituição, com vistas à melhoria de todas as ações da instituição contribui efetivamente com a sua gestão em todos os níveis da estrutura, possibilitando refletir sobre objetivos e metas, modos de atuação e de decisão, além de promover mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas, com foco na excelência da qualidade, missão e valores da instituição.

O processo de autoavaliação do curso insere-se nesse contexto por meio da avaliação continuada do corpo docente, coordenação, instalações, atendimento e recursos pedagógicos e é realizada pelos estudantes e professores. Este processo é conduzido a partir de diferentes instrumentos que são utilizados na autoavaliação do curso, os quais permitem avaliar

quantitativa e qualitativamente, diferentes aspectos presentes nas suas atividades. Como informado, a autoavaliação não se limita a avaliação das práticas docentes e do processo pedagógico, mas estende-se também à percepção dos diversos segmentos da comunidade acadêmica sobre os espaços específicos do curso, laboratórios de informática e áreas gerais disponíveis na instituição, entre outros.

Além do sistema de autoavaliação, conduzido pela CPA, há outros fóruns que promovem a reflexão e autoavaliação do curso. O Colegiado de Curso também constitui um órgão que promove a autoavaliação, a partir de suas percepções e dos resultados da autoavaliação encaminhados pela CPA. Há ainda o Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão técnico-consultivo que participa ativamente da implantação e consolidação do PPC e se reúne ordinariamente duas vezes por semestre e sempre que convocado extraordinariamente. Ainda, há reuniões com os alunos representantes de turma, que contribuem com a perspectiva dos estudantes no processo reflexivo e avaliativo do curso. Nessas reuniões, os alunos são estimulados para que contribuam, por meio do representante discente, do Colegiado do Curso, órgão que paralelamente ao NDE é responsável pelo acompanhamento e a avaliação do PPC de uma maneira muito próxima e com poder deliberativo.

Desse modo, garante-se a participação dos estudantes no acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico à medida em que os discentes são informados sobre os resultados das pesquisas semestrais, onde responderam ao questionário de autoavaliação institucional. A partir desses resultados, participam de reuniões de representantes com o coordenador, além de serem representados por um par no Colegiado do Curso. Esse processo permite que sejam trabalhadas as oportunidades de melhoria no curso, além de disponibilizar seus resultados no portal institucional para toda a comunidade acadêmica (interna e externa).

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, e seus diferentes prismas de análise: (I) Avaliação do curso por comissões de verificação *in loco* designadas pelo INEP/MEC; (II) Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (Enade) que avalia o desempenho dos estudantes considerando as habilidades e competências exigidas; (III) Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do Enade combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica.

3.10.1 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

No processo de gestão do curso, ações são tomadas, tanto em função da avaliação interna quanto da avaliação externa.

Em termos de avaliação interna, os quesitos avaliados com conceitos não satisfatórios dos docentes e relativos a diferentes departamentos e serviços, ensejam a apresentação de Planos de Ação (PA), que são encaminhados a cada gestor, coordenador, gerente, reitoria e CPA, e acompanhados durante o período letivo, visando uma melhoria mensurável no Curso e uma consequente melhoria da performance na próxima avaliação. Estes PA auxiliam os gestores administrativos e acadêmicos a preservarem e aprimorarem a qualidade de ensino da instituição. Os resultados do questionário de autoavaliação institucional, também servem de referência avaliativa ao coordenador, consistindo em um importante instrumento de gestão acadêmica.

Em termos de avaliação externa, a instituição também se vale do relatório das comissões de avaliação *in loco*, dos resultados do Enade e do CPC como insumos relevantes para seus atos de reflexão e avaliação do curso a partir de recursos comparativos nos âmbitos local, regional e nacional. O coordenador de curso discute com o NDE e Colegiado os relatórios das comissões de verificação *in loco* e apresentam *feedback* formal à Qualidade Acadêmica a partir de PA específico. Todos os relatórios estão disponíveis para consulta. No que compete à prova do Enade esta é avaliada nos mesmos fóruns e é feita uma checagem das habilidades e competências abordadas nas disciplinas correspondentes.

Importante destacar que a Instituição entende a importância do Enade e conta com programas de conscientização e incentivo à participação dos estudantes em todos os cursos que participam dos ciclos, com vistas a reforçar a cultura avaliativa, e oferece cursos instrumentais e simulados no intuito de melhor prepará-los para a data do exame.

3.11 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

A Instituição conta com bibliotecas físicas em seus campi, cujo acervo encontra-se tombado e informatizado, sendo a consulta livre pelo estudante. Paralelamente, a Instituição tem privilegiado o acervo virtual cujo contrato garante acesso ininterrupto e simultâneo por todos os seus usuários.

A **bibliografia básica** e a **bibliografia complementar** são adequadas às disciplinas, e atualizadas, excetuando-se dessa regra a indicação de obras clássicas, porventura indicadas.

Sendo a indicação bibliográfica nos Planos de Ensino majoritariamente virtual, e estando garantido o acesso simultâneo para consulta pelo estudante, a compatibilidade entre as vagas autorizadas, incluindo cursos que compartilhem a mesma bibliografia, e a quantidade de exemplares por título não se faz necessária. Ainda assim, o NDE emite relatório de compatibilidade entre indicações bibliográficas, vagas autorizadas no curso e outros que indiquem os mesmos títulos, e o volume de títulos.

No caso de indicações de bibliografias básicas e/ou complementares físicas, por não haver acervo virtual correspondente, o NDE do curso referenda e assina relatório de adequação, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da disciplina, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título, conforme Anexo A.

O acesso dos estudantes aos títulos virtuais ocorre por meio da Internet, seja no interior das Bibliotecas, dos laboratórios ou de seus próprios *devices* eletrônicos em qualquer área dos *campi* a partir de Wi-Fi ou de qualquer lugar onde esteja o aluno com acesso à Internet.

As Bibliotecas dispõem de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, para atender estudantes com deficiências ou necessidades especiais. O descritivo desses equipamentos e suas funcionalidades estão descritos em documento específico disponível para consulta.

O acervo inclui assinaturas de periódicos virtuais especializados, conforme Anexo A. Bem como a base de dados dos periódicos no anexo B deste documento.

O curso conta com as seguintes disciplinas, ementas e bibliografias básicas e complementares:

MEIOS ADEQUADOS E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS– 66H
Aborda a teoria geral do conflito e os diferentes modelos de meios de solução de conflitos inseridos no contexto de sistema de justiça multiportas. Analisa o cenário normativo atual, voltado para compreensão da adequação dos métodos para a resolução de conflitos em âmbito judicial e extrajudicial.
Bibliografia Básica

BARCELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: Minha Biblioteca. Acesso em: 02 abr. 2022.

ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597012798. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597012798>. Acesso em: 2 out.2022.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos Conflitos Cíveis. Ed. Método. São Paulo, 2021. E-book. Disponível em: Minha Biblioteca. Acesso em: 02 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Arbitragem. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530987244. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530987244>. Acesso em: 2 out.2022.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553601530. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601530>. Acesso em: 2 out.2022.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord.). Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 3. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530988128. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530988128>. Acesso em: 02 out.2022.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Arbitragem: mediação, conciliação e negociação. 9. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530985004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530985004>. Acesso em: 2 out.2022.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530981839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530981839>. Acesso em: 2 out.2022.

TEORIA DO DELITO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS– 66H

Explora a teoria da aplicação da lei penal e define o conceito de crime a partir de uma teoria do delito que enfoca tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Aborda a limitação ao jus puniendi com base na principiologia penal constitucional, desenvolvendo o espírito crítico acerca de sua aplicação.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, v. 1: parte geral (arts. 1º a 120). 28. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555597172. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597172>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BUSATO, Paulo César. Direito penal, v. 1: parte geral. 5. ed. rev., atual., reform. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597025590. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597025590>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LIMA, Alberto Jorge C. de Barros. Direito penal constitucional: a imposição dos princípios constitucionais penais. São Paulo: Saraiva, 2012. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502146426. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502146426>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro, volume único. 19. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530994136. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530994136>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRANDÃO, Cláudio. Tipicidade e Interpretação no Direito Penal. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 35, n. 68, p. 5990, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v35n68p59>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CASTRO, Henrique Monteiro de. Princípio da legalidade penal como direito humano fundamental. Lex Humana, v. 4, n. 2 (2012). Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/199/181>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DURKHEIM, Emile. Dos leyes de la evolución penal. Cad. CRH [online], vol.22, n.57, pp. 635652, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/MTTH8xPTbhQQPJSGBKRTcJc/?lang=es>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SIEBER, Ulrich. Limites do direito penal: princípios e desafios do novo programa de pesquisa em direito penal no Instituto MaxPlanck de direito penal estrangeiro e internacional. Rev. direito GV, Jun 2008, v.4, n.1, p.269330. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/6fTSb6QbhLFHBJYKckwFdRF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2022.

TAVARES dos Santos, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". São Paulo Perspec., v.18, n.1, pp.312, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/6LmRjdTMDfNCLMqYSGSSmwy/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CRIMINALIDADE, SOCIEDADE, VIOLÊNCIA E CONTROLE SOCIAL – 66H

Possibilita a compreensão acerca das relações entre violência, controle social e seletividade na sociedade complexa, abordando a proposição de ações preventivas no âmbito da segurança pública e o diálogo sobre a importância da mídia e do urbanismo na prevenção, controle da criminalidade e na redução da violência intrínseca às instituições totais e comunidades carcerárias

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fabio (org.). **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção**. Barueri: Manole, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788520442418. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520442418>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. (1 recurso online). (Saberes críticos). ISBN 9788502230514. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502230514>. Acesso em: 4 jul. 2022.

Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/1181740/d60a4c>. Acesso em: 4 jul. 2022

ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana (org.). **Sobre a violência**. São Paulo: Autêntica, 2017. Livro digital. (1 recurso online). (Escritos de Marilena Chaui, 5). ISBN 9788551300855. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788551300855>. Acesso em: 4 jul. 2022.

LIMA, Renato Sérgio de (org.) **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel?. São Paulo : Contexto, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1581>. Acesso em: 4 jul.2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559641437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559641437>. Acesso em: 4 jul.2022.

SALINEIRO, André. **Políticas públicas em segurança pública e defesa social**. Curitiba: Intersaberes, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653>. Acesso em: 4 jul.2022.

SOCIEDADE DE RISCO, SEGURANÇA PRIVADA E ÉTICA PROFISSIONAL – 66H

Contempla o estudo da sociedade de risco como panorama no qual a segurança privada assume papel de destaque, estuda a origem, evolução e importância da atividade de segurança privada, abordando a legislação aplicável aos ramos de atuação, a competência, fiscalização e credenciamento, além das normas éticas da atividade

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fabio (org.). **Poder econômico**: direito, pobreza, violência, corrupção. Barueri: Manole, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788520442418. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520442418>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. (1 recurso online). (Saberes críticos). ISBN 9788502230514. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502230514>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/1181740/d60a4c>. Acesso em: 4 jul. 2022

ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana (org.). **Sobre a violência**. São Paulo: Autêntica, 2017. Livro digital. (1 recurso online). (Escritos de Marilena Chaui, 5). ISBN 9788551300855. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788551300855>. Acesso em: 4 jul.2022.

LIMA, Renato Sérgio de (org.) **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel?. São Paulo : Contexto, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1581>. Acesso em: 4 jul. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559641437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559641437>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SALINEIRO, André. **Políticas públicas em segurança pública e defesa social**. Curitiba: Intersaberes, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PROJETO INTEGRADOR - DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL JURÍDICO– 66H

Analisa a estrutura, as relações e o ambiente interno de organizações bem como a definição e o mapeamento de processos. Explora também a Identificação de problemas, a coleta e a interpretação e análise de dados coletados nas organizações com vistas a possibilitar a elaboração de relatório de diagnóstico organizacional e oportunizar a elaboração de propostas de melhoria e de mudança.

Bibliografia Básica

CAETANO, Cristiano Israel; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. Planejamento Estratégico e Administração em Segurança. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42582>. Acesso em: 4 abr. 2022.

LU, Liu Shih (org.) Prevenção e Tratamento de não conformidades. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26514>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: ArtMed, 2011. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788536314945. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536314945>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jun. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jun. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

FRÖHLICH, L. Redação jurídica objetiva: o juridiquês no banco dos réus. Revista da ESMESC, v. 22, n. 28, p. 211236, 2015. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/128/107>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PASETTO, Neusa Vitola; MESANDRI, Fernando Eduardo. Comportamento organizacional: integrando conceitos de administração e da psicologia. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5986>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SALINEIRO, A. Políticas públicas em segurança pública e defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SANTOS, HM; SANTANA, AF; ALVES, CF. Análise de fatores críticos de sucesso da gestão de processos de negócio em organizações públicas: Analysis of critical success factors of business processes' management in government. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação. 11, 1, 120, Jan. 2012. ISSN: 16773071. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/996>. Acesso em: 5 abr. 2022.

COMUNICAÇÃO – 66H

Estuda o processo comunicativo em diferentes contextos sociais. Discute o uso de elementos linguísticos adequados às peculiaridades de cada tipo de texto e situação comunicativa. Identifica e reflete sobre as estratégias linguístico-textuais em gêneros diversificados da oralidade e da escrita.

Bibliografia Básica

CAVALCANTE, M. M. Os Sentidos do Texto. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3509>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GUIMARÃES, T. Comunicação e linguagem. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178098>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TERRA, Ernani. Linguagem, língua e fala. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553131112. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553131112>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Bibliografia Complementar

BLIKSTEIN, I. Falar em Público e Convencer: Técnicas e Habilidades. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/34861>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1394>. Acesso em: 5 abr. 2022.

KOCH, I. G. V. A Coesão Textual. São Paulo: Contexto, 2010. 22. ed. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1549>. Acesso em: 31 mar. 2022.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A Coerência Textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1552>. Acesso em: 31 mar. 2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional, v.2. São Paulo: Saraiva, 2009. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502109261. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502109261>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS – 66H

Analisa as diversas sanções penais empregadas na reprovação e prevenção do delito, suas modalidades, regimes e cálculo. Explora a finalidade da pena com base em distintas teorias, sua aplicação e a extinção da punibilidade.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal econômico, v. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788547210182. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547210182>. Acesso em: 1 abr. 2022.

BUSATO, Paulo César. Direito penal, v. 1: parte geral. 5. ed. rev., atual., reform. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597025590. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597025590>. Acesso em: 1 abr. 2022.

ROSSETTO, Enio Luiz. Teoria e aplicação da pena. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788522492657. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522492657>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo. Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 64, p. 227258, julho. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n64p227>. Acesso em: 4 abr. 2022.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. Direito penal da loucura: medida de segurança e reforma psiquiátrica. Revista de Direito Sanitário, Brasil, v. 5, n. 1, p. 6785, mar. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/80889>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MENDES, André Pacheco Teixeira. Penas e medidas alternativas. Rio de Janeiro: FGV, 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/penas-e-medidas-alternativas-2>. Acesso em: 4 abr. 2022.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; NERY FILHO, Antônio. A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. Hist. cienc. saudeManguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 335355, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Kd7b5QmLDPGkZwJMQ4wPCpP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CRIMES EM ESPÉCIE– 66H

Desenvolve uma visão geral acerca dos elementos estruturais do tipo penal e da importância da parte especial do Código Penal. Analisa os principais tipos penais com ênfase nos requisitos para subsunção da conduta aos crimes em espécie.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei nº 11.343/2006. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502638334. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502638334>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555590005. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555590005>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. Criminologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530987008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530987008>. Acesso em: 8 abr. 2022.

PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. 25. ed. rev., atual. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597026962. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026962>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RANGEL, Paulo; BACILA, Carlos Roberto. Lei de drogas: comentários penais e processuais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597000801. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597000801>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins (org.). O direito e as políticas públicas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788522484072. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484072>. Acesso em: 8 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). (Saberes monográficos). ISBN 9788553600236. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553600236>. Acesso em: 8 abr. 2022.

LIMA, Renato Sérgio de et al. Segurança pública e violência: o estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1581>. Acesso em: 8 abr. 2022.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direitos humanos. 8. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Método, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788530993320. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993320>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MENKE, Christoph. Direito e violência: estudos críticos. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. (1 recurso online). (IDP. Linha direito comparado). ISBN 9788553612840. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612840>. Acesso em: 8 abr. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal. 3. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559643691. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643691>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7782/material/Livro%20-Sistema%20Acusatorio%20-%20Geraldo%20Prado.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 29. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559770526. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770526>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. (1 recurso online). (Saberes críticos). ISBN 9788502230514. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502230514>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SOUZA, César Alberto; ALBUQUERQUE, Marinson Luiz. Segurança pública: histórico, realidade e desafios. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52011>. Acesso em: 8 fev. 2022.

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito digital e processo eletrônico. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555596946. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555596946>. Acesso em: 8 abr. 2022.

PRIMEIROS SOCORROS – 66H

Trata das noções básicas de primeiros socorros para o atendimento de indivíduos vítimas de agravos clínicos e traumatológicos; emergências gerais, suporte básico de vida e abordagem primária e secundária da vítima. Estuda as modalidades,

competências e atribuições no atendimento às urgências e emergências quanto aos aspectos éticos, legais e de biossegurança

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Núcleo de Biossegurança, FundaçãoOswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2003. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdepri-meiossocorros.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FLEGEL, Melinda J. **Primeiros socorros no esporte**. 5. ed. Barueri: Manole, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788520450208. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520450208>. Acesso em: 5 jul. 2022.

HAUBERT, Márcio. **Primeiros socorros**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595024885. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024885>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SAIONETI, L. O que acontece no corpo durante uma convulsão?. **Mundo Estranho**, 8 nov.2017. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/saude/o-que-acontece-no-corpo-durante-uma-convulsao/>. (Obra virtual).Acesso em: 5 jul. 2022.

SZPILMAN, D. **Manual de emergências aquáticas**. Sociedade Brasileira de SalvamentoAquático (SOBRASA), 2013. Disponível em: http://www.sobrasa.org/biblioteca/Manual_emerg_aquaticas_2012_curso_dinamico.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

PSICOLOGIA JURÍDICA– 66H

Discorre sobre a psicologia à luz do Direito e da Lei, desde a conceituação e papel do psicólogo no universo jurídico, os laudos psicológicos, a questão da saúde mental, do trabalho com os agentes penitenciários, da violência familiar e da ética no âmbito da Vara de Família e da Vara da Infância e da adolescência, bem como as formas de comunicação e a mediação e a justiça restaurativa.

Bibliografia Básica

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica. 11. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597027990. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597027990>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PINHEIRO, Carla. Manual de psicologia jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. ISBN 9788553610402. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553610402>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SOUZA, André Peixoto; SCHERER, Daniel Cotelino. Psicologia jurídica. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185160>. Acesso em: 13 abr 2022.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, Márcio Borges. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: ArtMed, 2019. Disponível: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715161> Acesso em: 13 abr. 2022.

PAULO, Beatrice Marinho. Psicologia na prática jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502175907. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502175907>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PENSO, Maria Aparecida; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Direitos e conflitos psicossociais: ações e interfaces disciplinares. Rio de Janeiro: Roca, 2012. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978-85-412-0425-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-412-0425-5>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PETRI, Maria José Constantino. Manual de linguagem jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788547216801. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547216801>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses. 3. ed. atual., ampl. Barueri: Manole, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555761344. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555761344>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PROJETO INTEGRADOR - DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL JURÍDICO– 66H

Analisa a estrutura, as relações e o ambiente interno de organizações bem como a definição e o mapeamento de processos. Explora também a Identificação de problemas, a coleta e a interpretação e análise de dados coletados nas organizações com vistas a possibilitar a elaboração de relatório de diagnóstico organizacional e oportunizar a elaboração de propostas de melhoria e de mudança.

Bibliografia Básica

CAETANO, Cristiano Israel; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. Planejamento Estratégico e Administração em Segurança. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42582>. Acesso em: 4 abr. 2022.

LU, Liu Shih (org.) Prevenção e Tratamento de não conformidades. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26514>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: ArtMed, 2011. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788536314945. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536314945>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jun. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jun. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

FRÖHLICH, L. Redação jurídica objetiva: o juridiquês no banco dos réus. Revista da ESMESC, v. 22, n. 28, p. 211236, 2015. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/128/107>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PASETTO, Neusa Vitola; MESANDRI, Fernando Eduardo. Comportamento organizacional: integrando conceitos de administração e da psicologia. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5986>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SALINEIRO, A. Políticas públicas em segurança pública e defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SANTOS, HM; SANTANA, AF; ALVES, CF. Análise de fatores críticos de sucesso da gestão de processos de negócio em organizações públicas: Analysis of critical success factors of business processes' management in government. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação. 11, 1, 120, Jan. 2012. ISSN: 16773071. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/996>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ANTROPOLOGIA E CULTURA BRASILEIRA– 66H

Trata da construção do conhecimento antropológico e o objeto da antropologia. Analisa a constituição da sociedade brasileira em suas dimensões histórica, política e sociocultural; a diversidade da cultura brasileira e o papel dos grupos indígena, africano e europeu na formação do Brasil. Enfatiza o papel dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica

CHICARINO, Tathiana (org.). Antropologia Social e Cultural. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22238>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978-85-216-2397-7. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2397-7>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GOMES, Flávio; DOMENGUES, Petrônio (org.). Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42371>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Bibliografia Complementar

BARROSO, Priscila Farfan; BONETE, Wilian Junior; QUEIROZ, Ronaldo Queiroz de Moraes. Antropologia e cultura. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595021853. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021853>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3523>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LARA, Gláucia Muniz P.; LIMBERTI, Rita de Cássia P. (orgs.). Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192618>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MATTOS, Regiane. História e cultura afrobrasileira. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana (org.). Sobre a violência. São Paulo: Autêntica, 2017. Livro digital. (1 recurso online). (Escritos de Marilena Chauí, 5). ISBN 9788551300855. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788551300855>. Acesso em: 7 mar. 2022.

PROCESSO PENAL – RITO COMUM – 66H

Analisa os sistemas de persecução criminal inquisitório, acusatório e misto. Explora com profundidade o rito processual penal comum e temas insertos como cautelares, provas e decisão. Desenvolve a percepção do processo penal de forma global e a operacionalização de seus principais institutos a partir de uma percepção funcionalizada adequada à ordem constitucional.

Bibliografia Básica

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978655590005. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978655590005>. Acesso em: 4 abr. 2022.

PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. 25. ed. rev., atual. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597026962. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026962>. Acesso em: 4 abr. 2022.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 29. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559770526. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770526>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, v. 1: parte geral (arts. 1º a 120). 28. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978655597172. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978655597172>. Acesso em: 4 abr. 2022.

LOPES JUNIOR, Aury. Investigação preliminar no processo penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502225992. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502225992>. Acesso em: 4 abr. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 19. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559644568. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644568>. Acesso em: 4 abr. 2022.

PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7782/material/Livro%20-Sistema%20Acusatorio%20-%20Geraldo%20Prado.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de processo e prática penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5598-4>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DIREITO DAS EMPRESAS APLICADO – 66H

A disciplina compreende o estudo das sociedades empresariais dentro de um contexto jurídico sistêmico, percebendo a atividade empresarial como um elemento fundamental no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, mormente em seu viés econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. Grupo GEN, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**. Grupo GEN, 2020.

VIDO, Elisabete. **Curso De Direito Empresarial**. 9 Ed. Editora Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais: direito de empresa**. 22ª edição – São Paulo: Saraiva, 2022

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2022. [Minha Biblioteca]

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial esquematizado**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2015. [Minha Biblioteca]

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. Editora Saraiva, 2022. [Minha Biblioteca]

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática**. 7ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

SEGURANÇA EMPRESARIAL E PATRIMONIAL – 66H

Aborda os principais institutos e procedimentos relativos à segurança empresarial e patrimonial, com destaque para a segurança bancária, corporativa e de dados comerciais, tratando das ameaças, medidas preventivas, tecnologias e plano de contingência, trata ainda da Lei Geral de Proteção de Dados e aborda os meios e estratégias de transporte de valores e de escolta armada.

BARRETO, Jeanine dos Santos et al. **Fundamentos de segurança da informação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595025875. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025875>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CARVALHO, André Castro (coord.) et al. **Manual de compliance**. 3. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559640898.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559640898>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES. **Manual do vigilante**: curso de formação. 2.ed. [São Paulo]: A Associação, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/manual-do-vigilante.zip/@@download/file/manual_do_vigilante_2a_edic

BARCELLOS, Bruno Maldonado et al. **Gestão patrimonial e logística no setor público**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595021662. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021662>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CAVALCANTE, Luis Felipe de Oliveira. **Administração patrimonial**. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788522123506. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522123506>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal**: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. (1 recurso online). (Sinopses Jurídicas, v. 9). ISBN 9788553619962. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619962>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Direito penal e propriedade privada: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio**. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788522490943. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522490943>. Acesso em: 12 set. 2022.

TÉCNICAS DE SEGURANÇA PESSOAL, ARMAMENTOS E MUNIÇÕES– 66H

Aborda as diversas técnicas e procedimentos relativos à segurança pessoal, envolvendo ambiente, fontes de perigo, tipos de crimes relacionados, medidas preventivas, reações ofensivas, plano de contingência, noções sobre blindagem de veículos, além da legislação sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e o Sistema Nacional de Armas – Sinarm

MARCÃO, Renato. **Estatuto do desarmamento**: anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5. ed. rev., ampl., atual. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555598209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598209>. Acesso em: 5 jul. 2022.

DELMANTO, Roberto. **Leis penais especiais comentadas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553602209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553602209>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ASSUMPÇÃO, Vinícius. **Pacote anticrime**: comentários à Lei n. 13.964/2019. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555591514.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591514>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio (coord.). **Lei anticrime comentada** (13.964/2019). São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555591897. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591897>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Legislação penal especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555594959. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555594959>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PROJETO INTEGRADOR - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM DIREITO – 66H

Aborda a avaliação estratégica: compreensão de norteadores estratégicos, cadeia de Valor, 5 forças de Porter e estratégias genéricas; o planejamento estratégico: matriz BCG e análise SWOT, realinhamento de norteadores estratégicos e declaração de objetivos; e o desdobramento estratégico: ações estratégicas/planos táticos e indicadores de desempenho e Key Performance Indicator (KPIs).

Bibliografia Básica

CAETANO, Cristiano Israel; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. Planejamento Estratégico e Administração em Segurança. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42582>. Acesso em: 5 abr. 2022.

NOGUEIRA, Cleber Suckow. Planejamento estratégico. SP: Pearson education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22110>. Acesso em: 5 abr. 2022.

TONI, Jackson de. O planejamento estratégico governamental: Reflexões metodológicas e implicações publicações na gestão pública. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37392>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. Administração estratégica : planejamento, ferramentas e implantação. Curitiba : Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37460>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CARVALHO JUNIOR, Moacir Ribeiro. Gestão de Projetos: da academia à sociedade. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6189>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CRUZ, Tadeu. Planejamento estratégico: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597021844. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021844>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CUSTODIO, Marcos Franqui (org.). Gestão da Qualidade e Produtividade. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22133>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ROCHA, Águida Garreth Ferraz. Planejamento e gestão estratégica. SP: Pearson education do Brasil, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183215>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS– 66H

Estuda temas relevantes da contemporaneidade como o processo de construção da cidadania e suas respectivas interfaces com os direitos humanos, ética e diversidade. Analisa as interferências antrópicas no meio ambiente e discute o desenvolvimento sustentável e o impacto das inovações tecnológicas. Aborda ainda tendências e diretrizes sociopolíticas, e questões de responsabilidade social e justiça.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. Desigualdades de gênero, raça e etnia. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3241>. Acesso 31 mar. 2022.

CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; NATALINI, Gilberto (org.). Mudanças climáticas: do global ao local. Barueri: Manole, 2014. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788520446607. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446607>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597011159. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011159>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Bibliografia Complementar

CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). (Sinopses jurídicas, 30). ISBN 9788553609963. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609963>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553607884. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553607884>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda (org.). Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de textos, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/47449>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FOTTORINO, Eric (org.) Quem é o Estado Islâmico?: compreendendo o novo terrorismo. trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192608>. Acesso em: 31 mar. 2022.

IBRAHIM, Francini Imene Dias. Educação ambiental: estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. São Paulo: Érica, 2014. Livro digital. (1 recurso online). ISBN

9788536521534. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536521534>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Leticia Ludwig. Bioética e responsabilidade. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978-85-309-5606-6. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5606-6>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MIRANDA, Mônica Luis; FARIA, Ricardo de Moura (org.). Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial. São Paulo: Contexto, 2003. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35253>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3517>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B.. História da Cidadania (orgs). 5a. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2223>

SOUZA, Carlos Leite de; AWAD, Juliana di C. M. Cidades sustentáveis: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788540701854. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540701854>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SOUZA, Milena Costa de. Sociologia do consumo e indústria cultural. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114803>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PROCESSO PENAL - INFRAÇÕES E PROCEDIMENTOS CRIMINAIS ESPECIAIS – 66H

A disciplina analisa os principais procedimentos penais especiais e suas respectivas infrações a partir de um viés problematizador e complexo. Enfrenta as contingências jurídicas reais decorrentes das infrações penais e respectivos procedimentos persecutórios previstos na legislação penal especial.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal econômico, v. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788547210182. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547210182>. Acesso em: 4 abr. 2022.

DELMANTO, Roberto. Leis penais especiais comentadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553602209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553602209>. Acesso em: 4 abr. 2022.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 29. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559770526. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770526>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Bibliografia Complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 15. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555594645. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555594645>. Acesso em: 8 abr. 2022.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Legislação penal especial. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Livro digital. (1 recurso online). (Esquemático). ISBN 9786553623286. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623286>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MARCÃO, Renato. Estatuto do desarmamento: anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5. ed. rev., ampl., atual. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital. (1

recurso online). ISBN 9786555598209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598209>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais. 7. ed. rev., atual. ref. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597025644. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597025644>. Acesso em: 4 abr. 2022.

POLASTRI, Marcellus. Crimes de trânsito: aspectos penais e processuais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788522497102. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522497102>. Acesso em: 11 abr. 2022.

VILAS BOAS, Marco Antonio. Estatuto do Idoso comentado: artigo por artigo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 978-85-309-6510-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-6510-5>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITOS HUMANOS – 66H

Apresenta um viés crítico ao estudo jurídico mediante a investigação permanente do fenômeno jurídico, por meio de um panorama histórico-filosófico do pensamento. Instiga no estudante indagações sobre justiça, cidadania e direitos humanos, destacando, no tocante a este, o conceito, fundamentos, desenvolvimento, características, sistemas de proteção e desafios na atualidade.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 15. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597026528. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026528>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553607884. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553607884>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553610198. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553610198>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Bibliografia Complementar

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 19. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786555595789. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555595789>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788520443170. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520443170>. Acesso em: 31 mar. 2022.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. 28. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786559641963. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559641963>. Acesso em: 1 abr. 2022.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 9. ed. rev., ampl. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9786553622456. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553622456>. Acesso em: 1 abr. 2022.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788547202781. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547202781>. Acesso em: 31 mar. 2022.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788502136557. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502136557>. Acesso em: 1 abr. 2022.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR – 30H

As Atividades Complementares constituem práticas acadêmicas obrigatórias, para os estudantes dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior e com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. Tem o propósito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional e estão formalizadas na Instituição por meio de Regulamento próprio devidamente aprovado pelas instâncias superiores, estando disponível para consulta.

3.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares constituem práticas acadêmicas obrigatórias, para os estudantes dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tem o propósito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional e estão formalizadas na Instituição por meio de Regulamento próprio devidamente aprovado pelas instâncias superiores, estando disponível para consulta.

As Atividades Complementares possibilitam a flexibilização curricular a partir da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e estímulo à prática de estudos independentes. Além disso, permitem a ampliação dos conhecimentos e o reconhecimento de competências adquiridas além da sala de aula, estimulando a iniciativa e autonomia do estudante em formação, como agente e sujeito do seu processo formativo profissional junto a sociedade na qual atuará.

As Atividades Complementares proporcionam progressiva autonomia intelectual dos estudantes, ampliando a possibilidade de apropriação do aprendizado advindo das relações com o mundo do trabalho, sua diversidade e peculiaridade, em conformidade com seus objetivos pessoais e profissionais.

Constituem objetivos das Atividades Complementares: (I) Expandir as áreas de abrangência e formação do estudante, para além da sala de aula; (II) Flexibilizar o currículo acadêmico, alinhado aos interesses formativos e profissionais do discente; (III) Oportunizar diversificadas formas de aprendizado e trocas de experiências em cenários diversos, a partir de atividades de cunho teórico ou prático, presencial ou a distância.

O cumprimento das Atividades Complementares dar-se-á pela integralização da carga horária definida na matriz curricular do curso, devendo ser cumprida pelo estudante ao longo e até ao término do curso, respeitando o regulamento e o respectivo **Manual de Atividades Complementares** que delimita sua abrangência, em acordo com o projeto pedagógico do curso, perfil do egresso e Diretriz Curricular Nacional. Tanto o Regulamento quanto o Manual de Atividades Complementares garantem a diversidade de atividades e

explicitam as formas de aproveitamento, promovendo Atividades Complementares de cunho institucional que promovem atividades de formação geral, e Atividades Complementares vinculadas à área e ao curso, portanto, de formação específica do discente.

As Atividades Complementares são incentivadas e valorizadas em alinhamento ao Projeto Pedagógico do Curso e Projeto Pedagógico Institucional, são de natureza científica, social, cultural, acadêmica e profissional, contemplando as esferas de ensino, pesquisa e extensão.

3.13.1 Operacionalização das Atividades Complementares

A gestão das Atividades Complementares está sob responsabilidade da Coordenação de Curso a quem cabe: (I) orientar os alunos sobre o cumprimento das Atividades Complementares e a entrega de seus comprovantes; (II) acompanhar e orientar a validação semestralmente do cumprimento das Atividades Complementares. Todos os registros são realizados em sistema específico que acumula as Atividades Complementares submetidas e validadas ao longo do curso, de modo que ao final, esse total precisa alcançar, minimamente, a carga horária atribuída na matriz curricular do curso.

O responsável pelo processo de validação das Atividades Complementares realizadas pelo estudante poderá, mediante análise documental, validar (ou não) o cadastramento, podendo demandar a entrega de documentos comprobatórios e/ou original à Coordenação do Curso que, por sua vez, poderá deferir uma carga horária menor da certificada nos casos em que não houver correspondência plena.

Para a entrega, registro e aprovação das Atividades Complementares o aluno conta com mecanismo exitoso na sua regulação, gestão e aproveitamento. Toda operacionalização é sistematizada por meio do Sistema Acadêmico que possui interface com o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os comprovantes podem assumir formas variadas: declaração ou certificado de participação, ficha de inscrição, dentre outras possibilidades que contenham o nome completo do aluno, a carga horária, nome do curso e/ou atividade realizada, identificada a instituição promotora.

Em específico, o curso de Segurança Pública promove eventos e palestras de caráter formativo, bem como cursos para a formação continuada de discentes, por exemplo: Palestra no âmbito da segurança pública .

As atividades previstas nos três grupos referenciados – ensino, pesquisa e extensão, conforme Manual de Atividades Complementares do Curso aprovado pelo Colegiado do Curso.

3.14 APOIO AO DISCENTE

a) Acolhimento ao discente

A Instituição pratica o acolhimento discente realizando uma agenda de atividades de recepção para os alunos ingressantes. Essas atividades, visam introduzir os alunos ao seu ambiente de estudo e aprendizagem, seus colegas, docentes e coordenador do seu curso, que fará a apresentação do Projeto Pedagógico do Curso, prestando ainda informações sobre a vida no campus. Essa agenda de acolhimento ocupa, em média, uma semana de ações direcionadas a facilitar a transição do estudante no ensino superior. Neste período, entre as várias ações, os estudantes são convidados a participar do Trote Solidário, que engloba a Ação do Bem, e que envolve calouros e veteranos em uma ação de trote, porém com propósito de responsabilidade social (mais informações já citadas na seção “Extensão” deste documento).

No curso de Superior de Tecnologia em Segurança Pública é realizada a Semana de Ambientação Acadêmica, a qual tem por objetivo proporcionar aos estudantes o acolhimento pelo início de semestre e orientá-los para o bom desenvolvimento dos estudos e organização dos cursos. Nessa semana, é realizada apresentação da coordenação, colegiado e organização do departamento; informações sobre o curso, estágio remunerado e estágio supervisionado obrigatório, atividades complementares; orientação sobre disciplinas presenciais, remotas e disciplinas em EAD, dentre outras apresentações conforme dúvidas e necessidades dos alunos.

b) Oferta de cursos extracurriculares

Ainda no que compete ao acolhimento e focado na questão de permanência do estudante, a Instituição oferece um conjunto de cursos extracurriculares que comportam cursos de nivelamento em Língua Portuguesa, Nova Ortografia, Raciocínio Lógico, cujo propósito é revisar conteúdos e resgatar competências de ensino médio, permitindo ao estudante retomar conhecimentos chave para a sua evolução e desenvolvimento acadêmico.

c) Espaço para atendimento extraclasse

Além disso, a Instituição prega e pratica o atendimento extraclasse dos estudantes pelos docentes que contam com espaços específicos nos *campi* para

esse atendimento, no que compete às disciplinas que lecionam e outras orientações de carreira que o estudante deseje receber e o docente se sinta à vontade para fazê-lo.

d) Apoio Psicopedagógico

Com vistas a garantir a acessibilidade metodológica e instrumental dos estudantes, a Coordenação de Qualidade Acadêmica conta com o **Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP)**, responsável pelo atendimento do corpo discente da IES, com o objetivo de apoiar os estudantes para que não haja barreiras ao seu desenvolvimento educacional ou processo de aprendizagem.

Baseado nas premissas regulatórias, no propósito de padronização das ações, fluxos dos processos, documentos, conteúdos e parcerias intersetoriais e, ainda, a avaliação permanente por meio de indicadores comuns, o NAP tem como premissa três pilares de atuação: EU SOU, EU RESPEITO e EU APRENDO.

O primeiro pilar, “EU SOU”, está relacionado a ações que visam desenvolver competências socioemocionais. Este pilar prevê desde ações de acolhimento de demandas relacionadas ao bem-estar emocional, até a execução de projetos de promoção e prevenção voltados à saúde mental. Por meio deste pilar são atendidas demandas observadas em diagnósticos anteriores, relatos da literatura e as orientações legais.

O pilar “EU RESPEITO”, vem ao encontro dos objetivos referentes à conscientização quanto o respeito à diversidade, direitos humanos e cultura da paz. Este pilar responde, entre outros, ao compromisso firmado no Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e Direitos Humanos. Estão previstas ações desde o âmbito metodológico e instrumental, até os âmbitos arquitetônico e atitudinal, comunicacional e programático. Neste pilar inclui-se o **Conselho de Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos (CRCD)**, órgão colegiado que possui atribuições consultivas, deliberativas e normativas em matérias relacionadas a igualdade, diversidade, acessibilidade plena, inclusão, direitos humanos e convivência positiva no espaço acadêmico.

Ligado a este pilar estão as lives #SELIGA que proporciona momentos online de formação crítica dos estudantes em relação aos temas diversidade, cultura da paz, e direitos humanos.

O NAP ainda atua em parceria com Operações, responsável pela infraestrutura, para garantir a ausência de barreiras de espaços arquitetônicos, e em parceria com Operações Acadêmicas, vinculado à Regulação e Suporte Acadêmico, para garantir a acessibilidade (instrumental) a recursos de tecnologia assistida materializados em equipamentos adaptados, e recursos que viabilizam aos estudantes com deficiência ou necessidades especiais acessos detalhados em regulamentos específicos.

O terceiro pilar, “EU APRENDO”, prevê ações de inclusão no processo de ensino-aprendizagem, atendendo e cumprindo às exigências legais de suporte aos estudantes PCDs a partir de uma visão inclusiva e não segregadora. Entre as ações estão contemplados os atendimentos de recepção e acompanhamento destes alunos ao longo de sua formação, monitorias de ensino e inclusão, kits de adaptação para inclusão, capacitação de coordenadores de curso e corpo docente e plano de comunicação voltado à promoção da inclusão na comunidade acadêmica. Ainda no âmbito de apoio ao discente a eliminação das barreiras de comunicação e digitais são conduzidas por vários setores, mas principalmente pelo Marketing e pela Educação a Distância que adota um conjunto de ações e softwares de apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Cita-se ainda a acessibilidade metodológica - já abordada na seção “Metodologia de Ensino” deste projeto, a qual trata da eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem apoiando docentes e discentes nesse percurso. Os estudantes com deficiências e/ou necessidades educacionais específicas contam com apoio e acompanhamento especializado do NAP num formato inclusivo, ou seja, sem que o aluno fique segregado ao setor e separado de sua turma.

Deste modo, o NAP objetiva atender diferentes demandas estudantis, atingindo não apenas o corpo discente, mas toda a comunidade acadêmica, contemplando o cumprimento da legislação vigente e os âmbitos necessários para que haja o melhor desenvolvimento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e posterior inclusão no mercado de trabalho.

O acesso ao atendimento do NAP é aberto a todos os estudantes que assim o desejarem, por meio de agendamento prévio de entrevista via solicitação no site da IES. Em outras situações, os estudantes são referenciados ao NAP pela Central de Atendimento ao Estudante, por docentes ou coordenador de curso, quando são percebidas dificuldades de aprendizagem no dia a dia da sala de aula. Nestas situações, o NAP, então, é quem busca o aluno para agendamento de avaliação sobre possíveis problemas que o aluno possa estar enfrentando. Uma vez formalizado o primeiro contato, o estudante é acompanhado nos demais semestres e os docentes orientados quanto aos procedimentos pedagógicos mais adequados àquele estudante.

e) Participação em Centros Acadêmicos

Com objetivo de reforçar a importância da centralidade do papel dos estudantes nos processos de ensino-aprendizagem, e ao longo de todo o percurso formativo, o Centro acadêmico oportuniza ações que realçam competências de liderança, atuação em equipe e comunicação. Essa perspectiva está alinhada às proposições previstas por órgãos governamentais que versam sobre gestão democrática, protagonismo discente e acessibilidade comunicacional, de tal forma a participação em centros acadêmicos é facultada aos estudantes, por isso, independe de disposição institucional.

f) Acompanhamento de estágios supervisionados não obrigatórios

Realizado por livre escolha do aluno, a partir do 1º semestre do curso, na área de sua formação, desde que esteja no projeto pedagógico do curso (§ 2º do art. 2º da Lei n.º 11.788/2008) e relacionado com a formação educacional do estagiário, quando previamente formalizado junto a instituição.

Com vistas a facilitar a realização do estágio não obrigatório, a instituição mantém convênios com Agentes de Integração, além de parcerias com empresas privadas e organizações governamentais e não governamentais.

A duração do estágio, numa mesma unidade concedente (a empresa), não poderá exceder a (2) dois anos, exceto quando se tratar de estágio realizado por pessoa com deficiência (art. 11 da Lei n.º 11.788/2008).

A jornada das atividades do estágio é definida de comum acordo entre a instituição (FMU), a Unidade Concede e o Aluno estagiário ou seu representante legal, devendo ser impreterivelmente compatível com o horário de funcionamento da unidade concedente e, cumulativamente, com o horário escolar do estagiário, de modo que não lhe afete o desempenho estudantil. A carga horária do estágio não obrigatório observa os limites previstos em lei, em especial no Capítulo IV da Lei n.º 11.788/2008.

No caso do estágio não obrigatório é compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada no Termo de Compromisso do Estágio, a concessão de auxílio-transporte e seguro contra acidentes pessoais. A cobertura deve abranger acidentes pessoais ocorridos com o estudante durante o período de vigência do estágio. Cobre morte ou invalidez permanente, total ou parcial, provocadas por acidente. O valor da indenização deve constar do Certificado Individual de Seguro de Acidentes Pessoais e deve ser compatível com os valores de mercado.

A formalização do estágio ocorre mediante a assinatura do Termo de Compromisso entre as partes e preenchimento do Plano de Atividades, conforme previsto na Lei n.º 11.788/2008, e avaliação da coordenação de curso, necessários à regularização do termo de compromisso. Destaca-se que o Termo de Compromisso é o único documento que comprova legalmente a relação de estágio, portanto o estágio só poderá ser iniciado com a assinatura do Termo de Compromisso e do Plano de Atividades.

Independentemente do aspecto profissionalizante, essa modalidade de estágio pode assumir a forma de atividade de extensão ou de ação comunitária, quando ocorrer a participação do aluno em empreendimentos ou projetos de interesse social.

O controle dos trâmites processuais para a efetivação do estágio é da responsabilidade da Coordenação de Curso, CAA e Setor de Carreira e Internacionalização da instituição.

O acompanhamento do estágio é realizado em prazo não superior a 6 (seis) meses, por meio de relatórios apresentados pelos discentes à Supervisão de Estágio Não Obrigatórios, e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da referida lei.

g) Estímulo e suporte à internacionalidade

A internacionalização no campus é largamente explorada na Instituição, permitindo aos estudantes desenvolverem *soft skills* requeridas pelo mercado de trabalho. Adicionalmente são oferecidos durante o período de férias e recesso escolar, cursos curtos de aperfeiçoamento em instituições estrangeiras aos estudantes, tanto em áreas de conhecimento específicas como de línguas, além de programas de apoio aos estudantes para cursarem um ou mais semestres no exterior em programas de dupla titulação já regulamentados em diversos cursos.

H) Incentivo e apoio à empregabilidade

A área de Carreiras tem o objetivo de preparar o aluno e o egresso para interagir com o mercado de trabalho global e gerenciar proativamente sua carreira, proporcionando recursos, orientações, experiências internacionais e oportunidades para obter um bom estágio ou emprego.

Para tal é disponibilizado aos estudantes o Portal Carreiras (Figura 8), que é uma plataforma digital que permite a oferta e utilização dos serviços como o portal de vagas, perfil, criador de currículos, eventos, acesso aos empregadores e conteúdo de carreira onde e quando quiserem de maneira online.

Assim, o Portal Carreiras auxilia o aluno a se preparar para o mercado de trabalho e formalizar seus estágios, além de reunir conteúdos, como vídeos, *webinars*, eventos, revisão de currículos etc.



Figura 14 - Layout do Portal Carreira
Fonte: Plataforma on-line

Ainda como apoio ao discente, o setor de carreiras monitora a performance de seus egressos no mercado de trabalho e promove a construção do relacionamento com empresas, abrindo espaço para a promoção de palestras

sobre o mercado de trabalho, setores de atuação, empreendedorismo, *workshops*, oficinas e recrutamentos. As empresas também contam com o Portal Carreiras para anunciar as oportunidades de trabalho direto na plataforma. O diferencial, é que as vagas são sugeridas com base no perfil do candidato, a partir do que ele informa ao sistema. Essa tecnologia também facilita a vida dos recrutadores, que recebem as candidaturas dos estudantes com mais aderência à empresa.

3.16 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE

O Programa de Formação Docente da instituição está alinhado à Política de Formação e Alta Performance do Modelo Acadêmico, que define etapas de planejamento, de produção, de aplicação e de análise ao longo do seu ciclo de execução e de funcionamento, buscando, com isso, alcançar maior assertividade e aderência na construção das ações e estratégias de formação, visto as demandas e as necessidades mapeadas pela IES pelos demais mecanismos de avaliação interna e externa.

Além disso, os eixos de formação contribuem para ordenar o aprofundamento e a audiência adequada para das ações e estratégias formativas que estruturam cada programa de formação, conforme Figura Abaixo.



Figura 16 - Ciclo de execução e funcionamento da Política de Formação e Alta Performance do Modelo Acadêmico

O Programa de Formação Docente tem por objetivo garantir a formação inicial e continuada de professores, desenvolvendo competências acadêmicas

necessárias para uma prática educativa atenta e comprometida, com um padrão de qualidade mensurável e com a excelência de formação dos egressos.

A missão desse programa é criar e oferecer ações e estratégias de formação e desenvolvimento docente que promovam a aprendizagem profunda e significativa para os estudantes, sem perder de vista a criação de uma cultura na qual o corpo docente esteja envolvido e engajado com seu próprio desenvolvimento de carreira e fortalecimento da sua trajetória profissional.

O Programa de Formação Docente está orientado para os seguintes objetivos estratégicos e institucionais:

- Formar professores de todos os níveis de experiência e conhecimento com uma visão estruturada de sua prática em sala de aula;
- Aplicar o desenvolvimento da alta performance docente como mecanismo de formação para o desenvolvimento da alta performance discente;
- Oferecer ações e programas, estruturados e eficazes, de desenvolvimento de conhecimentos e de habilidades para a atuação em sala de aula com foco na experiência formativa, na retenção e na melhoria da aprendizagem dos discentes;
- Elevar o docente a uma alta performance acadêmica utilizando estratégias, práticas e metodologias inovadoras que promovam o protagonismo e a aprendizagem;
- Envolver todos os níveis de liderança para apoiar o desenvolvimento do corpo docente na promoção do seu engajamento e cumprimento do programa;
- Desenvolver ferramentas, espaços e interlocuções que facilitem o processo de desenvolvimento e formação docente.

Para alcançar a alta performance o Programa de Formação Docente está balizado e ancorado no desenvolvimento de competências devidamente mapeadas e articuladas para a construção de uma trajetória formativa estruturada e contínua, conforme os eixos e níveis de formação do Modelo Acadêmico.

As competências foram selecionadas em alinhamento com os objetivos estratégicos da FMU e sustentam a Matriz de Formação Docente. Este referencial tem por objetivo direcionar o foco do Programa de Formação Docente para impactar diretamente a ação dos professores, a prática em sala de aula e o resultado acadêmico; ou seja, trata-se de uma matriz que qualifica o desempenho dos docentes para o desenvolvimento da cultura de aprendizagem e alta performance previstas no Modelo Acadêmico, conforme descrição de competências definidas, a seguir:

I. Modelo Acadêmico – Ministras aulas adequadas às estratégias e práticas pedagógicas previstas nas premissas acadêmicas, promovendo adaptações aos contextos culturais e de aprendizagem.

II. Metodologias de Aprendizagem – Aplicar metodologias de aprendizagem centradas no discente, no seu protagonismo e no desenvolvimento de competências que promovam uma consciência cidadã, uma atuação em favor de sua produtividade e sua inserção no mercado de trabalho.

III. Avaliação da Aprendizagem – Avaliar discentes de maneira coerente e sistemática e fidedigna, apoiando-se em abordagens diagnósticas, formativas, somativas, estimulando o emprego de instrumentos de autoavaliação e o permanente diálogo para devolutivas centradas em feedback.

IV. Cultura Digital – Incorporar as Tecnologias de Informação e Comunicação no âmbito educativo, de forma articulada com as diferentes formas de ser, de estar, de produzir, de interagir, de atuar e de pertencer no mundo real e virtual.

V. Domínio Socioemocional – Mobilizar mecanismos de apoio e envolvimento dos discentes no âmbito da afetividade, da diversidade humana, da inclusão, do respeito, da empatia e da solidariedade, promovendo e garantindo um ambiente propício para relações saudáveis, respeitadas e produtivas.

4. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 COORDENADOR DO CURSO

A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é exercida pela Professora Mestre Shirley Graff, graduada em Direito e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica, mestrado realizado na área de Direito Civil com ênfase em relações sociais.

O regime de trabalho é de dedicação integral à instituição (40h), com dedicação total à coordenação de curso. Tem mais de 3 anos de experiência na gestão acadêmica, 14 anos de experiência profissional e 8 anos de dedicação ao magistério superior.

Ademais, a Professora Shirley Graff também possui experiência e conhecimento com EaD, para utilização dessas técnicas, ferramentas e tecnologias educacionais, tais como a plataformas e outros meios de interação entre alunos e corpo docente.

A coordenadora exerce a liderança junto ao corpo docente do curso e junto aos seus estudantes. Acompanha a qualidade do trabalho dos tutores presenciais (quando se aplica) que apoiam a oferta de disciplinas a distância, e participa de maneira indireta da equipe multidisciplinar ao selecionar docentes para elaboração e validação do material didático das disciplinas EaD.

A coordenação do curso se reúne formalmente, pelo menos uma vez por semestre, com o Colegiado de Curso, duas vezes com o Núcleo Docente Estruturante, e uma vez com os representantes de turma, cujas atas das reuniões estão disponíveis para consulta. Reúne-se, conforme agenda de trabalho, com o Gerente da Escola de Direito, que por sua vez, se reúne semanalmente com o Reitor, Coordenação de Qualidade Acadêmica e seus pares.

Reúne-se ainda, cada início de semestre com todo o corpo docente, para reunião estratégica e de integração relativa ao período letivo que ora se inicia, além de contatos constantes, pessoalmente na sala de professores, na coordenação do curso, e nas dependências institucionais. Sua gestão é pautada em conformidade com os indicadores de qualidade contidos no questionário de Avaliação Institucional, cujos resultados são publicados no portal institucional, e que visam a melhoria contínua de sua performance e, por conseguinte, do curso. As atas e/ou pautas dessas reuniões encontram-se disponíveis para consulta.

4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui política própria, reúne-se com periodicidade mínima de duas vezes ao ano e é constituído por 5 (cinco) docentes, sendo seu coordenador membro integrante do NDE. O papel do NDE é atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC.

Todas as oportunidades de melhoria e necessidades de atualização do perfil profissional e das competências inerentes a sua formação, são formalizadas como produto das reuniões de NDE e seguem para deliberação do Colegiado de Curso, respeitando o trâmite previsto no Regimento Acadêmico institucional. É papel do NDE acompanhar o cumprimento da legislação no que compete à atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos, bem como editais do Exame Nacional de Cursos (Enade), além de tendências e mudanças do mundo do trabalho, propondo atualizações e adequações do mapa de competências e do Projeto Pedagógico de Curso, sempre que necessário.

A Política do Núcleo Docente Estruturante encontra-se disponível para consulta, bem como as atas advindas das reuniões. Os membros do NDE do curso estão apresentados no Quadro 8.

Docentes	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de permanência no NDE
Fábio Franco Pereira	Doutor	Integral	3 anos
Edson Nalon Silva	Mestre	Integral	2 anos
Marcelo Salvador Mingrone	Mestre	Parcial	2 anos
Nivaldo Sebastião Vicola	Doutor	Integral	2 anos
Shirley Graff	Mestre	Integral	8 meses

Quadro 8 – Membros do NDE do curso

4.3 COLEGIADO DE CURSO

O Regimento Geral da **Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU** instituiu o Colegiado do Curso como um órgão deliberativo, normativo e consultivo no âmbito do curso, possuindo função de auxiliar e propor medidas para a gestão do curso e para a execução deste Projeto Pedagógico.

O colegiado do curso de Segurança Pública está institucionalizado e possui representatividade dos segmentos, sendo constituído pelo Coordenador do Curso, que o preside, e por 4 professores, por representante dos alunos, representante do corpo técnico-administrativo e representante dos egressos, quando houver. Ele se reúne-se com a periodicidade mínima de duas vezes ao ano, sendo suas reuniões e as, respectivas, decisões devidamente registradas em ata. O colegiado do curso conta com um fluxo de decisões estabelecido em política própria, dispondo de mecanismo de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões.

Visando o melhor desempenho de suas ações, o colegiado realiza avaliação periódica sobre o seu desempenho com o intuito de implementar e/ou ajustar suas práticas de gestão por meio de um plano de ação.

Integrantes	Segmento
Shirley Graff- Coordenadora	Professora
Fábio Franco	Professor
Edson Nalon Silva	Professor
Marcelo Salvador Mingrone	Professor
Nivaldo Sebastião Vicola	Professor
Andrea Ventura Valdivia	Tutora
-	Egresso

Quadro 9 – Membros do Colegiado do curso

4.4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A contratação do corpo docente e tutorial consiste em um processo estruturado que se inicia com as aprovações do número de vagas e respectivos perfis, prospecção de candidatos, seleção colaborativa entre a área de Recursos Humanos e a área acadêmica, contratação e programas de integração docente.

A indicação das vagas de contratação, assim como os perfis desejados são de competência estritamente acadêmica. Na sequência, o departamento de Recursos Humanos inicia a prospecção interna que segue procedimentos estruturados de divulgação. Não havendo adequação entre aqueles que apresentam as manifestações de interesse e as características das vagas, ou não havendo interessados, inicia-se a prospecção externa de candidatos, com base no banco de currículos disponíveis.

Concluída a prospecção externa, inicia-se um trabalho de seleção conduzido de forma colaborativa entre RH e área acadêmica na condução de entrevistas e avaliações dos candidatos, incluindo eventuais aulas teste, no caso de contratação docente, nas quais são avaliadas suas competências pedagógicas e conhecimentos na área de docência pretendida. São também ponderados os aspectos relacionados à titulação, à produção acadêmica e disponibilidade.

A aprovação dos candidatos é definida pela equipe acadêmica envolvida no processo de avaliação, seguida por procedimentos de recolhimento de documentação, comprovantes de atividades acadêmicas, culminando com a celebração do contrato de trabalho operacionalizada pelo departamento de RH.

Assim como no caso dos colaboradores administrativos, os novos docentes e tutores são submetidos a um programa estruturado de aculturação e de integração na Instituição, conduzido pela equipe de Recursos Humanos em parceria com a coordenação de Qualidade Acadêmica. A integração no âmbito de cada Escola e Curso também ocorre, apropriando-se, o docente, do projeto pedagógico do curso e suas particularidades.

O corpo docente da Instituição é capacitado semestralmente por meio das Convenções Acadêmicas que incluem, além de reuniões diversas com o Reitor, Vice-presidentes, Diretores e coordenadores de curso, uma programação vinculada ao Programa de Formação Docente.

Os docentes que mais se destacam semestralmente são reconhecidos por meio do Prêmio de Excelência Acadêmica que envolve critérios como avaliação institucional e cumprimento de uma carga horária mínima de cursos de capacitação. A celebração ocorre na abertura oficial da Convenção Acadêmica.

A Instituição conduz uma ação de gestão acadêmica na qual o corpo docente é acionado semestralmente para atualizar criticamente o Plano de Ensino das disciplinas que ministram, com vistas a garantir sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente.

Essa atuação é fruto do nível intelectual dos docentes, materializados em sua titulação, e da gestão acadêmica que exerce liderança e cria os meios para que isso ocorra. No Quadro 10, a seguir, pode-se visualizar **a titulação do corpo docente** do curso.

O regime de trabalho de trabalho do corpo docente é demonstrado no quadro 10 sendo que esta composição viabiliza o atendimento das demandas existentes, divididas em aulas, atendimento extraclasse aos estudantes, participação em colegiados e na gestão do curso, envolvendo reuniões de planejamento.

O corpo docente do curso possui relevante **experiência profissional**, como pode ser observado no Quadro 10, possibilitando a contextualização de problemas práticos e aplicação da teoria de forma diferenciada nas disciplinas que compõem a matriz curricular. Além de transitar com segurança entre teoria e prática, garante a visão sistêmica necessária à promoção da interdisciplinaridade, exatamente como o mundo real do trabalho se apresenta, possibilitando o alinhamento às competências e perfil do egresso estabelecidos no projeto pedagógico do curso.

O corpo docente do curso conta com significativa **experiência no exercício da docência superior**, como pode ser observado no Quadro 10, o que permite uma atuação diferenciada no trato com os estudantes, com o endereçamento de dificuldades identificadas, com o exercício da empatia, com o ir e vir entre teoria e prática, e com o engajamento da turma, refletindo verdadeiramente a liderança exercida em classe. A FMU prevê a adoção de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, sendo os docentes capacitados para atuar com segurança na aplicação de todas elas, cujos resultados

retroalimentam o processo, permitindo ao docente resgatar temas importantes de modo a atingir os resultados de aprendizagem propostos ao final da disciplina.

O corpo docente do curso conta com significativa **experiência na docência da Educação Básica**, como pode ser observado no Quadro 10, o que permite uma atuação diferenciada, de liderança e reconhecimento de suas produções em sala de aula. Em sua atuação identifica possíveis dificuldades dos discente e elabora atividades específicas para a promoção da aprendizagem desses alunos. Em sua prática, utiliza linguagem adequada considerando as especificidades de cada turma. Promove uma maior interação no processo de ensino-aprendizagem, baseando-se em exemplos contextualizados e alinhados com os objetivos de aprendizagem e competências desenvolvidas no âmbito do curso. A metodologia de ensino adotada na Instituição está baseada no uso intensivo de metodologias ativas e no uso corrente de avaliações diagnósticas, formativas, e somativas, que per se contribuem diretamente com a avaliação de sua práxis.

Docentes	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de Experiência Docente no Ensino Superior (anos)	Tempo de Experiência Profissional (anos)	Tempo de Experiência na EAD (anos)
Christiane De Fátima Aparecida Souza Passos	Mestre	Tempo Integral	12	21	8
Edson Nalon Silva	Mestre	Tempo Integral	12	36	4
Fábio Franco Pereira	Doutor	Tempo Integral	15	17	9
Guilherme Ferreira Rossetto	Mestre	Tempo Integral	5	11	0,5
Janaína Quintas Antunes	Doutora	Tempo Integral	12	21	3
Marcelo Salvador Mingrone	Mestre	Tempo Parcial	19	26	2
Marihe Alves Rossini	Especialista	Tempo Parcial	1	8	1
Nivaldo Sebastião Vícola	Doutor	Tempo Integral	30	35	6
Paul Galindo Mandacary	Especialista	Tempo Parcial	1	7	1
Pedro Serico Vaz Filho	Doutor	Tempo Parcial	24	32	0,5
Rui Carvalho Piva	Doutor	Tempo Integral	26	54	15
Shirley Graff	Mestre	Tempo Integral	7	13	5

Ademais, cabe destacar as atribuições do corpo docente da instituição:

- Encaminhar sugestões para a elaboração da proposta pedagógica do curso.
- Elaborar e revisar planos de ensino, submetendo-o à aprovação da Coordenação de Curso e Colegiado de Curso, em conformidade com o modelo pedagógico da instituição, na forma e prazo solicitados.
- Contribuir e zelar pela compatibilidade do Plano de Ensino com o material didático, revisando, atualizando e/ou propondo a implementação de melhorias nos conteúdos, objetos de aprendizagem e banco de atividades somativas/formativas já existentes; em conformidade com o modelo pedagógico da instituição (atribuição exclusiva dos docentes das disciplinas online).
- Zelar pela aprendizagem do estudante, pela qualidade do ensino ministrado, pela atualização contínua e pelo resultado dos acadêmicos nos processos de avaliação externa.
- Atender, permanentemente, ao processo formativo conduzido e acompanhado pela área de Qualidade Acadêmica.
- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e a carga horária, os dias letivos e horários estabelecidos (atribuição exclusiva dos docentes das disciplinas presenciais).
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação institucional, à reflexão pedagógica e ao desenvolvimento profissional."
- Participar ativamente do desenvolvimento científico e cultural da sua área de conhecimento.
- Colaborar nas atividades de articulação da instituição com a comunidade e outras instituições.
- Elaborar, revisar e validar os instrumentos de avaliação, e atuando também no processo de avaliação, sempre que necessário.

- Validar os materiais didáticos e objetos de aprendizagem produzidos, no prazo e forma solicitados (atribuição exclusiva dos docentes das disciplinas online).
- Participar da concepção, desenvolvimento e realização de webnários, podcasts, preparação de materiais complementares e outros objetos de aprendizagem (atribuição exclusiva dos docentes das disciplinas online).
- Adequação/adaptação de material didático e instrumentos de avaliação ao estudante assistido pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, quando solicitado.
- Acompanhar e orientar a equipe de tutores nas salas virtuais e ambientes acadêmicos (atribuição exclusiva dos docentes das disciplinas online).
- Registrar, no prazo estipulado pela instituição, os resultados das avaliações do aproveitamento escolar.
- Orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs e projetos, bem como supervisionar as atividades de Estágio, na forma e limites de sua designação específica.
- Atuar e desenvolver atividades e projetos ligados à Pesquisa e à Extensão, quando integrado aos respectivos órgãos.
- Participar como membro do Colegiado dos cursos de graduação nos quais possui vínculo e das comissões/comitês/conselhos a que for designado; bem como da Equipe Multidisciplinar e dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, se nomeado.
- Atender as solicitações oriundas da Coordenação de Curso e/ou Gestão da EaD, bem como convocações para reuniões (presenciais ou virtuais) e capacitações.
- Zelar pela ordem da sala de aula e/ou Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Orientar os estudantes, quando solicitado.
- Participar das ações de acolhimento, do estímulo à aprendizagem, sucesso escolar e permanência.
- Integrar bancas examinadoras, quando designado.
- Acatar as normas estatutárias e regimentais da instituição bem como as decisões dos órgãos Colegiados Superiores.

- Observar e cumprir o Regimento, políticas e determinações da Instituição e de seus órgãos e colegiados internos.
- Exercer as demais atribuições inerentes ao exercício da docência previstas na legislação educacional, no regimento interno e nas políticas institucionais; bem como participar de ações voltadas ao incremento e manutenção da qualidade do ensino prestado pela instituição.

Já o corpo tutorial, detalhado no Quadro 11, apresentado na sequência, também possui significativa **experiência no exercício da tutoria na modalidade EAD**, o que possibilita: a identificação de dificuldades de aprendizagem dos discentes, a modulação da linguagem e a utilização de exemplos; o exercício da empatia com a turma, contextualizando conceitos e exemplos, e estimulando um ambiente de promoção da aprendizagem marcadamente colaborativo; e a mediação pedagógica junto aos estudantes. Emprega avaliações diagnósticas, formativas e somativas, planejadas pelos professores, todas contempladas no Plano de Ensino da disciplina. Esse exercício permite a retomada de conteúdos visando ao atingimento dos objetivos de aprendizagem propostos ao final do percurso. Ao fazer isso tem atuação diferenciada nos Fóruns e em outros canais de interação com os estudantes, fornecendo o suporte necessário. As atribuições do corpo tutorial foram apresentadas no presente PPC.

Tutores	Titulação	Tempo de experiência em tutoria - anos	Tempo de experiência em cursos EAD - anos
Anderson Mota	Especialista	2	1
Andrea Ventura Valdivia	Mestre	4	5
Aguinaldo Ricciotti Pettinati Filho	Doutor	6	8
Isabel Cristina Nunes Freire	Mestre	1	1
Luísa Ortiz Thomazella	Especialista	3	4
Renato Samuel Lima	Mestre	5	5

Quadro 11 – Informações sobre o corpo tutorial do curso

5. INFRAESTRUTURA

5.1. LABORATÓRIOS E INFRAESTRUTURA DE APOIO

5.1.1 Infraestrutura de apoio

a) Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

O curso conta com gabinete ou estação de trabalho para coordenação e acomodações para assistentes de curso com equipamentos necessários, há recepção em todos os campi para atendimento dos estudantes, bem como salas de reunião próximas para atendimento individualizado e/ou em grupos de estudantes e docentes.

b) Sala de professores e de reuniões

O curso conta com sala de professores equipada visando ao conforto do corpo docente e atende todos os critérios de disponibilidade de equipamentos, dimensão e limpeza, constituindo-se em um ambiente agradável que contribui para a integração docente. Ressalte-se que todas as salas de professores contam com **rede wireless** e que um número significativo de docentes utiliza seu próprio notebook e outros *devices* eletrônicos. A sala dos professores conta ainda com apoio técnico-administrativo e espaço para guarda de materiais docentes.

O Quadro 11 a seguir descreve detalhes da Sala de Professores do campus do curso em oferta:

Campus/ Polo	m ²	Funcionários	Salas Atendim. m ²		Coffee m ²	Mesas	Cadeiras	PCs	Tel	Armários/ Escaninhos	Impres- -soras	Rede wireless
Santo Amaro	254,8	4	17,6	3	1	12	109	22	3	176	2	1

Quadro 11 – Detalhes sobre a sala dos professores do campus do curso

c) Salas de aula

As salas de aula da Instituição têm infraestrutura adequada sofrendo manutenção semestral ou, imediatas, em situações específicas. As salas de aula contam com *datashow* fixo ou operam em regime de reserva antecipada, usufruem de wireless no campus, cadeiras confortáveis, ótima acústica, iluminação adequada, e em conformidade com os padrões de limpeza e conservação. As salas de aula são equipadas com carteiras ou mesas de fácil

manuseio, o que permite configurações espaciais variadas adequadas à diferentes estratégias de ensino-aprendizagem.

O Quadro 12, a seguir, descreve detalhes das Salas de Aula do campus do curso em oferta:

DETALHAMENTO	QUANTIDADE DE SALAS
SALAS DE AULA DO CAMPUS/UNIDADE	77
SALAS DE AULA COM EQUIPAMENTOS FIXOS	
PROJETOR	29
CPU	26
MONITOR LCD	26
SALAS DE AULA SEM EQUIPAMENTOS	36

Quadro 12 – Detalhes sobre as salas de aula do campus do curso

d) Espaço de trabalho para professores em tempo integral

O curso conta com espaço de trabalho para professores em tempo integral, com conexão à rede e Internet, viabilizando suas atividades acadêmicas, planejamentos e atendimentos a discentes, possuem os equipamentos necessários, recepção e espaço para atendimento dos estudantes e guarda de material pessoal.

5.1.3 Equipamentos de informática

A Instituição conta com laboratórios de informática instalados em locais com infraestrutura adequada atendendo com folga os estudantes do campus do curso. Além disso, o campus está integralmente atendido por rede wireless.

Campus/Polo	N. de laboratórios	N. de computadores	N.de Ipads
Santo Amaro	3	129	0

Quadro 13 – Detalhamento dos equipamentos de informática do campus

Os laboratórios de informática contam com regulamento de utilização que orienta o uso por parte da comunidade acadêmica e detalha a utilização dos laboratórios extra aula. Há também uma Política de Atualização de Equipamentos e Softwares, que rege o trabalho do setor responsável pela gestão dos laboratórios de informática. Ambos estão disponíveis para consulta.

5.1.4 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático

As disciplinas online utilizam materiais previamente concebidos, denominados Referenciais e Complementares. Todos esses materiais são disponibilizados integralmente no formato eletrônico no Ambiente Virtual de Aprendizagem previamente ao início das aulas. Seus processos de produção e disponibilização online estão formalizados, com indicadores bem definidos. A concepção e produção dos materiais didáticos segue o seguinte processo:

- 1) Definição da oferta de disciplinas a distância pela equipe acadêmica, identificando a necessidade nova produção ou aproveitamento de conteúdo;
- 2) Elaboração ou revisão do Plano de Ensino para as disciplinas a serem ofertadas;
- 3) Contratação do(s) fornecedor(s) para atuar nas demandas de produção de novos conteúdos;
- 4) Seleção e contratação dos autores e validadores: os autores externos são especialistas selecionados com base em análise de currículo Lattes e experiência na área de atuação da disciplina; o diretor acadêmico da área e o coordenador do curso são acionados para indicar professores que têm interesse em validar o conteúdo produzido pelos autores externos;
- 5) Escrita do conteúdo: O autor escreve o conteúdo e os scripts de cada mídia de acordo com o que foi definido no planejamento de conteúdo;
- 6) Validação do conteúdo: conteúdo elaborado pelo autor é validado pelo(s) validador(es) especialistas indicados pela direção acadêmica da área e pela equipe de Qualidade Acadêmica de Conteúdo;
- 7) Produção, Edição, Diagramação e Revisão do conteúdo: realização de todo o processo de produção da disciplina com foco no design instrucional e design educacional, bem como na programação; finalização dos materiais diagramados conforme planejamento de conteúdo;
- 8) Validação Final: Equipe interna valida e testa todos os conteúdos entregues antes de disponibilizar no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O processo de produção é executado utilizando métodos e ferramentas ágeis, o que nos permite ter um plano de contingência sólido a fim de antecipar e corrigir possíveis falhas ou atrasos. Dessa forma, reuniões diárias envolvendo os times da instituição e dos fornecedores são realizadas ao longo de todo processo de produção. Caso seja identificado risco de atraso, um plano de ação para recuperação é definido em conjunto, com a identificação do responsável e da data limite para execução. Se, ainda assim, o risco não for mitigado em até 15 dias que antecedem a data limite, um segundo fornecedor é acionado, com a garantia dos prazos de disponibilização e segue-se o fluxo padrão.

Uma vez disponibilizado o material no AVA - Ambiente Acadêmico, caso haja alguma divergência nas atividades ou nos materiais referenciais, os professores e tutores contam com uma ferramenta de reporte denominada VERDANADESK, onde podem abrir um chamado, os quais são endereçados para equipe de produção de conteúdo. Os professores e tutores são notificados assim que a divergência for corrigida.

5.1.13 Da infraestrutura dos polos de apoio às atividades presenciais

O Polo de apoio presencial é uma unidade operacional voltada para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas dos cursos e programas ministrados na modalidade a distância. A lista de polos vinculada ao curso encontra-se no Anexo C. Nessas unidades, os acadêmicos e elas vinculados realizarão atividades presenciais, em conformidade com o previsto no Projeto Pedagógico do curso.

O Polo de apoio presencial garantirá os mesmos padrões de qualidade da sede e será estruturado de tal forma a:

- Prover condições de mobilidade irrestrita às pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida;
- Dispor de equipe de profissionais capacitados para desempenhar as atividades planejadas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Considerar na localização desses polos as peculiaridades da sua região de inserção e as características dos cursos a serem ministrados;
- Assegurar aos acadêmicos as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos neles ministrados;

- Prover o acesso à internet de banda larga em laboratórios com os recursos de TI indispensáveis para os fins a que se destinam;
- Permitir o livre acesso dos académicos ao laboratório de informática para consulta à internet, realização de trabalhos académicos e promoção da inclusão digital; e
- Dispor de um plano de manutenção e conservação das instalações físicas e dos equipamentos, contando com profissionais devidamente habilitados para a execução destes serviços.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas). Norma Técnica ABNT NBR 9050/2015. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/at_download/file .

BRASIL, Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília, 2019.

BRASIL. Aviso circular nº 277/96 de 8 de maio de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto 5.626/2005 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e os direitos da pessoa surda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000.

BRASIL. Decreto 7.611/2011 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

BRASIL. Decreto n. 4281/2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

BRASIL. DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de

proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

BRASIL. DECRETO Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm.

BRASIL. Decreto Nº 5.296/2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.234/10 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,que%20lhe%20confere%20o%20art.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 2017.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012 publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Lei 13.819/2019 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera o Art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei n. 9795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.436/2002 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015 de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Lei nº 13.663/18, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Acessibilidade ao Ensino Superior – Incluir /2013, programa que cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 e no edital INCLUIR 04/2008, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 583/2001, de 04 de abril de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 003/2004. Propõe instituir e divulgar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 8/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação. 2007. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>.

BRASIL. Portaria nº 2.678/02 de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>.

BRASIL. Portaria nº 3.284/2003 de 7 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>.

BRASIL. Portaria Normativa nº 23, de 23 de dezembro de 2017. Brasília, 2017

BRASIL. Portaria Normativa nº11, de 21 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Brasília, 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

ÍNDICE GERAL DE CURSOS. INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->. Acesso em: 13 abr. 2020.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Nota Técnica DAES/INEP Nº 008/2015
<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Nota-Tecnica-008-2015.pdf>.

INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade Social nas Empresas. Primeiros Passos. 1. ed. São Paulo: set. 1998.

MARTINS, J. C. Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo. Disponível em: http://togyn.tripod.com/o_papel_das_interacoes_na_sala.pdf > Acesso em: 10 de jun. de 2020. Publicação: Série Ideias n. 28. São Paulo: FDE, 1997. Páginas 111-122.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, presencial e a distância. Brasília: MEC, 2017.

PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan. A epistemologia genética de Jean Piaget. Revista FACEVV, vol. 1., 2009. Número 2. p. 22-35.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES). Roteiro de Auto-avaliação Institucional - Orientações Gerais. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES). SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004. Disponível em: <https://www.usjt.br/avaliacaoinstitucional/arquivos/sinaes.pdf>. Acesso em: 09 abr 2020.

UFCSPA. Pró-Reitoria de Graduação. Manual de orientações para reconhecimento de cursos de graduação. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/flipbook/manual-reconhecimento/manual-de-reconhecimento-de-cursos.pdf> Acesso em: 10-nov-2019

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXOS

Anexo A

RELATÓRIO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO FÍSICO E VIRTUAL DO CURSO

Área do conhecimento CNPq/CAPEs	2016 TIT./VOL		2017 TIT./VOL		2018 TIT./VOL		2019 TIT./VOL	
	C. Sociais Aplicadas	41486	107936	41672	108251	42700	101763	43365
C. Humanas	25320	56320	25366	56502	25850	56960	25985	57245
Linguística, Letras e Artes	17386	31693	17491	31952	17865	32185	18086	32503
TOTAL	84192	195949	84529	196705	86415	190908	87436	192513

Anexo B
BASE DE DADOS DA INSTITUIÇÃO

FORNECEDOR	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CONTEÚDO
EBSCO	https://portal.fmu.br (biblioteca)	Academic Search Ultimate Business Source Ultimate Regional Business News Health Source - Consumer Edition Health Source: Nursing/Academic Edition AHFS Consumer Medication Information MedicLatina SPORTDiscus with Full Text MEDLINE Dentistry & Oral Sciences Source AgeLine Hospitality & Tourism Complete Computers & Applied Sciences Complete Engineering Source Fonte Acadêmica MEDLINE Complete RILM EDS (Ebsco Discovery Service)
Revista dos Tribunais	https://portal.fmu.br (biblioteca)	RT ONLINE - Periódicos
Target GedWeb	https://portal.fmu.br (biblioteca)	Normas ABNT e Mercosul
Minha Biblioteca	https://portal.fmu.br (biblioteca)	E-books
Biblioteca Virtual (Pearson)	https://portal.fmu.br (biblioteca)	E-books

Anexo C

POLOS EAD ATIVOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS – FMU

NOME DO POLO	UF
POLO ÁGUA BOA - MT	MT
POLO ALFENAS	MG
POLO ALTA FLORESTA	MT
POLO ANDRADINA	SP
POLO ARACAJÚ - JARDINS	SE
POLO ARAÇATUBA - AVIAÇÃO	SP
POLO ARAÇATUBA - CENTRO	SP
POLO ARAPUTANGA	MT
POLO ARAUCÁRIA - PR	PR
POLO BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CENTRO	SC
POLO BARRETOS - SP	SP
POLO BARUERI - ALDEIA DA SERRA	SP
POLO BARUERI - ALPHAVILLE	SP
POLO BARUERI - CENTRO II	SP
POLO BELÉM - CIDADE VELHA	PA
POLO BELÉM - SÃO BRAZ	PA
POLO BELO HORIZONTE - CENTRO	MG
POLO BELO HORIZONTE - CÉU AZUL	MG
POLO BELO HORIZONTE - SERRA	MG
POLO BELO HORIZONTE - VENDA NOVA	MG
POLO BETIM - CENTRO	MG
POLO BLUMENAU	SC
POLO BLUMENAU - VILA GERMÂNICA	SC
POLO BOTUCATU	SP
POLO BOTUCATU - SP	SP
POLO BRASÍLIA - TAGUATINGA SUL	DF
POLO BRASÍLIA - VICENTE PIRES	DF
POLO CAÇADOR	SC
POLO CAETITÉ - BA	BA
POLO CAIEIRAS - CENTRO	SP
POLO CAJAMAR - SP	SP
POLO CAMPINAS	SP
POLO CAMPINAS - AMOREIRAS	SP
POLO CAMPINAS - CAMPO GRANDE	MS
POLO CAMPINAS - CENTRO	SP
POLO CAMPO GRANDE - CARANDÁ	MS
POLO CAMPO GRANDE - MS	MS
POLO CAMPO LIMPO PAULISTA	SP

POLO CAMPO MOURÃO - PR	PR
POLO CAMPOS DOS GOYTACAZES - LEOPOLDINA	RJ
POLO CANAA DOS CARAJAS - PA	PA
POLO CARAGUATATUBA - SP	SP
POLO CARAPICUÍBA - CENTRO	SP
POLO CARIACICA	ES
POLO CARUARU	PE
POLO CARUARU - CENTRO	PE
POLO CASCAVEL - ALTO ALEGRE	PR
POLO CAXIAS DO SUL - MEDIANEIRA	RS
POLO CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT	MT
POLO CHAPECÓ II	SC
POLO CODAJÁS	AM
POLO COMODORO	MT
POLO CONCÓRDIA	SC
POLO CONTAGEM - MG	MG
POLO CONTAGEM - NAZARÉ	MG
POLO COTIA - SP	SP
POLO CUBATÃO - SP	SP
POLO CUIABÁ - ALVORADA	MT
POLO CURITIBA - BAIRRO ALTO	PR
POLO CURITIBA - CENTRO	PR
POLO CURITIBA - PORTÃO	PR
POLO DIADEMA - CENTRO - SP	SP
POLO DIVINÓPOLIS - MG	MG
POLO DOIS VIZINHOS	PR
POLO DUQUE DE CAXIAS - RJ	RJ
POLO EMBU DAS ARTES - PARQUE PIRAJUSSARA	SP
POLO EMBU GUAÇU II	SP
POLO FERRAZ DE VASCONCELOS - SP	SP
POLO FLORIANÓPOLIS - CAPOEIRAS	SC
POLO FLORIANÓPOLIS - LAGOA	SC
POLO FMU - LIBERDADE - CLÍNICAS	SP
POLO FMU - LIBERDADE - FAGUNDES	SP
POLO FMU - LIBERDADE - PRÉDIO 10	SP
POLO FMU - LIBERDADE / BRIGADEIRO - PRÉDIO 43 E 44	SP
POLO FORTALEZA - ALDEOTA	CE
POLO FORTALEZA - CENTRO	CE
POLO FORTALEZA - GUARARAPES	CE
POLO FOZ DO IGUAÇU - CENTRO	PR
POLO FRANCA SP	SP
POLO FRANCISCO MORATO - SP	SP
POLO GOIANÉSIA	GO
POLO GOIÂNIA - SUDOESTE	GO
POLO GOVERNADOR VALADARES	MG

POLO GRAVATAÍ	RS
POLO GRAVATAÍ - PARQUE DOS ANJOS	RS
POLO GUARAPARI - ES	ES
POLO GUARULHOS	SP
POLO GUARULHOS - CUMBICA II	SP
POLO GUARULHOS - VILA GALVÃO II	SP
POLO GUARULHOS CENTRO	SP
POLO GUARULHOS II	SP
POLO GUARULHOS MACEDO II	SP
POLO HORTOLÂNDIA - CENTRO	SP
POLO HUMAITÁ - AM	AM
POLO IBIPORÃ - PR	PR
POLO IBIÚNA - SP	SP
POLO IGUAPE - OM	SP
POLO ILHABELA - SP	SP
POLO INDAIATUBA - CENTRO	SP
POLO ITAJAÍ - DOM BOSCO	SC
POLO ITANHAÉM - SP	SP
POLO ITAPECERICA DA SERRA II	SP
POLO ITAPEVI	SP
POLO ITAPIRA - SP	SP
POLO ITAQUAQUECETUBA - CENTRO	SP
POLO ITAQUAQUECETUBA ACIDI CENTRO II	SP
POLO ITATIBA - SP	SP
POLO JACAREÍ - CENTRO	SP
POLO JACAREÍ - CENTRO II	SP
POLO JACAREZINHO - PR	PR
POLO JAGUARIUNA - SP II	SP
POLO JANDIRA - SP	SP
POLO JOÃO PESSOA - CENTRO	PB
POLO JOÃO PESSOA PB - TAMBAUZINHO	PB
POLO JOINVILLE - BEIRA RIO	SC
POLO JUÍNA - MT - SÃO JOSÉ OPERÁRIO	MT
POLO JUIZ DE FORA	MG
POLO JUNDIAÍ - CENTRO	SP
POLO LARANJAL PAULISTA	SP
POLO LAVRAS	MG
POLO LENCÓIS PAULISTA - CENTRO	SP
POLO LENCÓIS PAULISTA - JARDIM UBIRAMA	SP
POLO LIBERDADE	SP
POLO LIBERDADE - CASA METROPOLITANA	SP
POLO LIBERDADE - GALVÃO BUENO	SP
POLO LIMEIRA - SP	SP
POLO LIMOEIRO DO NORTE	CE
POLO LINHARES	ES

POLO LONDRINA	PR
POLO LONDRINA - CENTRO	PR
POLO LORENA - CENTRO	SP
POLO LORENA - VILA NUNES	SP
POLO MACAPÁ - CENTRO	AP
POLO MACEIÓ - JATIÚCA	AL
POLO MAIRIPORÁ - SP	SP
POLO MANAUS - ADRIANOPOLIS	MA
POLO MANAUS - CIDADE NOVA	AM
POLO MANAUS - NOVO ALEIXO	AM
POLO MANAUS - ZONA LESTE	AM
POLO MARABÁ - CIDADE NOVA I	PA
POLO MARABÁ - CIDADE NOVA II	PA
POLO MARÍLIA	SP
POLO MARINGÁ - CENTRO	PR
POLO MARINGÁ - ZONA SETE	PR
POLO MAUA - ITAPARK	SP
POLO MAUÁ - VILA BOCAINA	SP
POLO MOGI DAS CRUZES	SP
POLO MOGI DAS CRUZES II	SP
POLO MOGI GUACU - SP	SP
POLO MOGI MIRIM - SP II	SP
POLO MONGAGUÁ - SP	SP
POLO NATAL - POTENGI	RN
POLO NITEROI - CENTRO	RJ
POLO NOVA FRIBURGO	RJ
POLO NOVA IGUAÇU - RJ	RJ
POLO NOVA LIMA	MG
POLO NOVO HAMBURGO - RS	RS
POLO OSASCO	SP
POLO OSASCO - JARDIM VELOSO	SP
POLO OSASCO - KM18	SP
POLO OSASCO - VILA YARA	SP
POLO OURO PRETO	MG
POLO PALMAS - PD SUL	TO
POLO PARAUAPEBAS	PA
POLO PARAUAPEBAS II	PA
POLO PARNAMIRIM - RN	RN
POLO PASSO FUNDO	RS
POLO PASSO FUNDO - CENTRO	RS
POLO PIMENTA BUENO - RO	RO
POLO PIMENTAS II	SP
POLO PINDAMONHANGABA - SP	SP
POLO PIRACICABA - CENTRO	SP
POLO POÁ - SP II	SP

POLO POMERODE	SC
POLO PONTA GROSSA - OFICINAS	PR
POLO PONTE ESTAIADA / HOVET	SP
POLO PORTO ALEGRE - HIGIENÓPOLIS	RS
POLO PORTO ALEGRE - TRISTEZA	RS
POLO PORTO VELHO - RO	RO
POLO PRAIA GRANDE - BOQUEIRÃO	SP
POLO PRAIA GRANDE - OCIAN	SP
POLO PRESIDENTE PRUDENTE - CENTRO	SP
POLO PRESIDENTE PRUDENTE - VILA COMERCIAL	SP
POLO RECIFE - UNIVERSITARIO	PE
POLO REDENCAO - PA	PA
POLO REGISTRO - SP	SP
POLO RIBEIRÃO PIRES - CENTRO	SP
POLO RIBEIRÃO PRETO	SP
POLO RIBEIRÃO PRETO - CENTRO	SP
POLO RIO BRANCO - CENTRO	AC
POLO RIO CLARO - SANTANA	SP
POLO RIO DE JANEIRO - BARRA DA TIJUCA	RJ
POLO RIO DE JANEIRO - BOTAFOGO	RJ
POLO RIO DE JANEIRO - CENTRO	RJ
POLO RIO DE JANEIRO - COPACABANA	RJ
POLO RIO VERDE	GO
POLO RONDONÓPOLIS - MT	MT
POLO SALTO - SP	SP
POLO SALVADOR - CAJAZEIRAS	BA
POLO SALVADOR - COSTA AZUL	BA
POLO SALVADOR - PARALELA	BA
POLO SANTA CRUZ DO SUL	RS
POLO SANTA CRUZ DO SUL - CENTRO	RS
POLO SANTA ERNESTINA - SP	SP
POLO SANTANA - AP	AP
POLO SANTANA DE PARNAÍBA	SP
POLO SANTANA DE PARNAÍBA - BURLE MARX	SP
POLO SANTANA DO ARAGUAIA - PA	PA
POLO SANTARÉM - PA II	PA
POLO SANTO AMARO	SP
POLO SANTO ANDRÉ	SP
POLO SANTO ANDRÉ - CENTRO	SP
POLO SANTO ANDRÉ - VILA LUZITA	SP
POLO SANTOS	SP
POLO SANTOS - BOQUEIRÃO	SP
POLO SANTOS - PRAIAMAR	SP
POLO SÃO BERNARDO DO CAMPO - CENTRO	SP
POLO SÃO BERNARDO DO CAMPO - MARECHAL	SP

POLO SÃO BERNARDO DO CAMPO - PAULICÉIA	SP
POLO SÃO BERNARDO DO CAMPO - RUDGE RAMOS II	SP
POLO SÃO CAETANO - CENTRO	SP
POLO SÃO CARLOS - CENTRO	SP
POLO SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SP
POLO SÃO JOSÉ - CENTRO	SC
POLO SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP	SP
POLO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP
POLO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - REDENTORA	SP
POLO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
POLO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - BOSQUE DOS EUCALIPTOS	SP
POLO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - JARDIM AQUARIUS	SP
POLO SAO JOSE DOS CAMPOS - JD COLINAS	SP
POLO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - CENTRO	PR
POLO SÃO LOURENÇO - MG	MG
POLO SÃO LUÍS - ANIL	MA
POLO SÃO LUÍS - COHAMA	MA
POLO SÃO LUIS - SÃO FRANCISCO	MA
POLO SÃO PAULO - ACLIMAÇÃO II	SP
POLO SÃO PAULO - ALTO DE PINHEIROS	SP
POLO SÃO PAULO - ANÁLIA FRANCO II	SP
POLO SÃO PAULO - ARICANDUVA	SP
POLO SÃO PAULO - ARTUR ALVIM	SP
POLO SÃO PAULO - AV. PAULISTA	SP
POLO SÃO PAULO - BARRA FUNDA	SP
POLO SÃO PAULO - BELA VISTA II	SP
POLO SÃO PAULO - BELÉM / BELENZINHO	SP
POLO SAO PAULO - BERRINI	SP
POLO SÃO PAULO - BOM RETIRO	SP
POLO SÃO PAULO - BOM RETIRO II	SP
POLO SÃO PAULO - BRÁS	SP
POLO SÃO PAULO - BRASILÂNDIA / TAIPAS	SP
POLO SÃO PAULO - BUTANTÃ	SP
POLO SÃO PAULO - CACHOEIRINHA	SP
POLO SÃO PAULO - CAMBUCI	SP
POLO SÃO PAULO - CAMPO BELO	SP
POLO SÃO PAULO - CAMPO GRANDE INTERLAGOS	SP
POLO SÃO PAULO - CAMPO LIMPO	SP
POLO SÃO PAULO - CAPELA DO SOCORRO	SP
POLO SÃO PAULO - CARANDIRU	SP
POLO SÃO PAULO - CARRÃO	SP
POLO SÃO PAULO - CASA VERDE II	SP
POLO SÃO PAULO - CHÁCARA SANTO ANTÔNIO	SP
POLO SÃO PAULO - CIDADE ADEMAR	SP
POLO SÃO PAULO - CIDADE DUTRA	SP

POLO SÃO PAULO - CIDADE TIRADENTES	SP
POLO SÃO PAULO - CONSOLAÇÃO	SP
POLO SÃO PAULO - ERMELINO MATARAZZO	SP
POLO SÃO PAULO - FREGUESIA DO Ó	SP
POLO SÃO PAULO - GRAJAÚ	SP
POLO SÃO PAULO - GUAIANASES	SP
POLO SÃO PAULO - INTERLAGOS	SP
POLO SÃO PAULO - IPIRANGA	SP
POLO SÃO PAULO - ITAIM PAULISTA	SP
POLO SÃO PAULO - ITAQUERA	SP
POLO SÃO PAULO - JABAQUARA	SP
POLO SÃO PAULO - JABAQUARA II	SP
POLO SÃO PAULO - JAÇANÃ	SP
POLO SÃO PAULO - JAGUARÉ	SP
POLO SÃO PAULO - JARDIM PAULISTA	SP
POLO SÃO PAULO - JD. BRASIL	SP
POLO SÃO PAULO - LAJEADO	SP
POLO SÃO PAULO - LAPA	SP
POLO SÃO PAULO - LARGO TREZE	SP
POLO SÃO PAULO - LIMÃO	SP
POLO SÃO PAULO - MANDAQUI	SP
POLO SÃO PAULO - MOOCA	SP
POLO SÃO PAULO - MORUMBI I	SP
POLO SÃO PAULO - MORUMBI II	SP
POLO SÃO PAULO - PARQUE DO CARMO	SP
POLO SÃO PAULO - PARQUE NOVO MUNDO	SP
POLO SÃO PAULO - PARQUE SÃO JORGE	SP
POLO SÃO PAULO - PARQUE SÃO LUCAS	SP
POLO SÃO PAULO - PENHA	SP
POLO SÃO PAULO - PERUS	SP
POLO SÃO PAULO - PINHEIROS II	SP
POLO SÃO PAULO - PIRITUBA	SP
POLO SÃO PAULO - POMPEIA	SP
POLO SÃO PAULO - PONTE RASA II	SP
POLO SÃO PAULO - REPÚBLICA	SP
POLO SÃO PAULO - SANTANA	SP
POLO SÃO PAULO - SANTO AMARO	SP
POLO SÃO PAULO - SÃO DOMINGOS	SP
POLO SÃO PAULO - SÃO JOÃO CLÍMACO	SP
POLO SÃO PAULO - SÃO MATEUS	SP
POLO SÃO PAULO - SÃO MIGUEL PAULISTA	SP
POLO SÃO PAULO - SAPOEMBA	SP
POLO SÃO PAULO - SAÚDE	SP
POLO SÃO PAULO - SÉ	SP
POLO SÃO PAULO - TATUAPÉ	SP

POLO SÃO PAULO - TUCURUVI	SP
POLO SÃO PAULO - VILA LEOPOLINA	SP
POLO SÃO PAULO - VILA MARIA	SP
POLO SÃO PAULO - VILA MARIANA	SP
POLO SÃO PAULO - VILA OLÍMPIA	SP
POLO SAO PAULO - VILA PAULISTA	SP
POLO SÃO PAULO - VILA PRUDENTE II	SP
POLO SÃO PAULO - VILA RÉ	SP
POLO SÃO PAULO - VILA SONIA	SP
POLO SÃO PAULO - VILA TOLSTOI	SP
POLO SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG	MG
POLO SERRA	ES
POLO SMART FORTALEZA - GUARARAPES	CE
POLO SMART VITÓRIA	ES
POLO SOROCABA	SP
POLO SOROCABA - CENTRO	SP
POLO SOROCABA - JARDIM AMÉRICA	SP
POLO SUMARÉ - SP II	SP
POLO SUZANO - SP	SP
POLO TABOÃO DA SERRA - CENTRO	SP
POLO TABOAO DA SERRA - CENTRO II	SP
POLO TABOÃO DA SERRA - PIRAJUÇARA	SP
POLO TAGUAÍ	SP
POLO TAUBATÉ - SP	SP
POLO TERESINA - JÓQUEI II	PI
POLO TUPA - SP	SP
POLO UBERABA - CENTRO	MG
POLO UBERLÂNDIA - CENTRO	MG
POLO UBERLÂNDIA - CESÁRIO	MG
POLO UBERLÂNDIA - PACAEMBU	MG
POLO UMUARAMA	PR
POLO URUPES - SP	SP
POLO VALINHOS - SP	SP
POLO VIÇOSA	MG
POLO VILA DOS REMÉDIOS	SP
POLO VILA MARIANA I	SP
POLO VILA MATILDE	SP
POLO VILA VELHA - PRAIA DA COSTA	ES
POLO VINHEDO - SP	SP
POLO VITÓRIA - PRAIA DA COSTA	ES
POLO VITÓRIA - PRAIA DO CANTO	ES
POLO VOLTA REDONDA	RJ
POLO VOLTA REDONDA - RJ	RJ
POLO VOTUPORANGA	SP
POLO VOTUPORANGA - CENTRO	SP

